

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**SOFRIMENTO E RESILIÊNCIA: O IMPACTO DO ABUSO SEXUAL NA SAÚDE DE  
JOVENS MULHERES VITIMADAS EM MANAUS**

**ROSIMEIRE DE CARVALHO MARTINS**

**Vitória  
2007**

**ROSIMEIRE DE CARVALHO MARTINS**

**SOFRIMENTO E RESILIÊNCIA: O IMPACTO DO ABUSO SEXUAL NA SAÚDE DE JOVENS MULHERES VITIMADAS EM MANAUS**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia, sob a orientação do Prof. Dr. Lídio Souza.

**Vitória**

**2007**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M386s Martins, Rosimeire de Carvalho, 1956-  
Sofrimento e resiliência : o impacto do abuso sexual na saúde de  
jovens mulheres vitimadas em Manaus / Rosimeire de Carvalho  
Martins. – 2007.  
198 f. : il.

Orientador: Lídio Souza.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Crime sexual. 2. Saúde. 3. Adolescentes e violência. 4.  
Resiliência (Traço da personalidade). 5. Crime contra a mulher. I.  
Área de Secundárias. II. Universidade Federal do Espírito Santo.  
Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

---

**Dedico esta tese a minha família, por todos os momentos que deixamos de estar juntos e pela paciência em tolerar minhas angústias durante essa trajetória.**

**“Mais que o corpo, a violência machuca a alma,  
destrói os sonhos e acaba com a dignidade da mulher”.**

**Maria Gabriela**

## AGRADECIMENTOS

Quero manifestar meus sinceros e profundos agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram na elaboração deste trabalho e, em particular:

Ao prof. Dr. Lídio Souza, meu estimado orientador, que sempre com sua peculiar inteligência e invejável capacidade de trabalho, soube sugerir, corrigir, acrescentar e ordenar este trabalho, suas sugestões de alterações com certeza, melhoraram muito a versão final, e por ter acreditado em meu trabalho e acolhido minha proposta inicial. Sua seriedade e direcionamento firmes possibilitaram a realização desta tese.

Agradeço a Deus por ter me dado saúde para cumprir essa jornada.

Aos professores e colegas do curso de pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo, sou muito grata pelas contribuições que deram a este trabalho, especialmente durante minha participação nas disciplinas oferecidas pelo programa e também, pela acolhida carinhosa em Vitória.

Aos professores Paulo Rogério Menandro e Helerina Aparecida Novo, pelas valiosas contribuições na qualificação do meu projeto.

Às amigas, Célia Regina Rangel do Nascimento, Maria do Rosário Rodrigues, Sibelle Barros e Dirce Nazaré de Andrade Ferreira, por suas acolhidas em Vitória e na UFES.

À querida professora e amiga Valéria Weiguel, pelo incentivo.

A Maria Lúcia Ribeiro Fajóli, pela maneira amiga, prestativa e simpática com a qual sempre me atendeu na secretaria do PPGP.

Às Psicólogas Jucirema de Souza Cruz Lobato, do Projeto SENTINELA, e Hildes Farina Delduque, chefe do setor de psicologia do Hospital Getúlio Vargas, que permitiram a coleta de dados e colocaram à minha disposição a documentação necessária para a coleta de dados.

A Gizelly, minha filha e colega de profissão, que sempre esteve disponível para me orientar na parte de informática deste trabalho, além das sugestões para melhorá-lo.

Ao Marco Aurélio e Silvy Karen meus filhos, pelas sugestões, e inestimável colaboração na orientação jurídica e ordenação do texto.

Ao Mário Jorge, meu marido pelas sugestões e inestimável ajuda na impressão gráfica da tese.

A Waldercir Rodrigues, colega de profissão pela inestimável ajuda na leitura do texto.

Ao professor José Enos Rodrigues, pela maneira amigável e competente com que fez a revisão da tese.

Aos colegas de doutorado, que durante todo o período do doutorado, extrapolaram o convívio acadêmico e se transformaram em grandes amigos, com quem compartilhei momentos de muitas alegrias.

Aos amigos Roberto Martins, Jeane Martins e D. Ruth pela maneira carinhosa e amigável com que me receberam em Vitória.

À Universidade Federal do Amazonas pela minha liberação das atividades docentes.

Aos meus colegas professores do departamento de psicologia da Universidade Federal do Amazonas, por terem ficado na minha ausência com a árdua tarefa de tentar suprir a vasta demanda de turmas no curso de psicologia.

À direção do hospital Universitário Getúlio Vargas onde realizei a pesquisa, pela oportunidade propiciada, especialmente aos colegas do setor de psicologia que me ajudaram no contato com as mulheres vítimas.

Ao CNPq, que, por todo o tempo de duração do doutorado, me estimulou financeiramente para a realização deste trabalho.

Finalmente, a todas as mulheres vítimas de abuso sexual que entrevistei remexendo em fatos nem sempre agradáveis e pude atender como psicóloga clínica, e cujo

sofrimento em parte ajudei a superar. Agradeço-lhes pela confiança que em mim depositaram, para ajudá-las na compreensão de seus sentimentos.

Martins, Rosimeire de Carvalho “Sofrimento e resiliência: o impacto do abuso sexual na saúde de jovens mulheres vitimadas em Manaus”. Vitória, abril de 2007, 195 páginas. Tese de doutoramento, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou investigar o impacto do abuso sexual na saúde de jovens mulheres vitimizadas na cidade de Manaus, bem como as representações sociais de abuso, agressor e mãe. Foram entrevistadas dezoito mulheres vitimadas sexualmente, sendo doze vítimas de abuso extrafamiliar e seis de abuso intrafamiliar. Na primeira parte do protocolo de entrevistas procuramos coletar informações sócio-demográficas das participantes e na segunda parte solicitamos que falasse livremente sobre o ocorrido. Os dados das entrevistas foram analisados através da utilização da técnica de análise de conteúdo temática. Verificamos que para 50% das mulheres os efeitos negativos da ocorrência na saúde permaneciam, mesmo após a passagem de um ano do ocorrido, dificultando seus relacionamentos sexuais, sociais e familiares. Nestes casos observamos que elas não puderam contar com o apoio de familiares, da mãe ou de profissionais. Nos outros 50%, identificamos uma crescente mobilização para superar o estresse e retomar a vida, e que o apoio social e familiar, bem como o serviço de apoio psicológico, atuam como facilitadores no processo individual de enfrentamento dos efeitos adversos da violência sofrida. As mulheres representam o abuso sexual como um ato de violência extrema, enfatizando principalmente a força física e a violência do abusador. Identificamos ambiguidade no grupo de mulheres que sofreram abuso intrafamiliar, visto que parte das mulheres o percebeu como não violento. As representações sociais sobre o abusador se referem a um homem que possui autoridade, poder e força, é sempre mais velho, violento e não se preocupa com a vontade das mulheres vitimadas, verificando-se também ambiguidade visto que o abusador foi percebido nesse grupo como alguém “amigo” nas representações do grupo que sofreu violência sexual intrafamiliar. A mãe é representada pela maior parte das entrevistadas como “Mãe Ruim”, caracterizada como aquela que é insensível, negligente e pouco confortadora, com a qual mantêm relações conflituosas. A “Boa Mãe” foi referida por poucas entrevistadas, indicando que o relacionamento entre elas era menos conflituoso. Concluímos que a dor genuína exteriorizada nos discursos das mulheres vitimadas, através da explicitação de uma diversidade de transtornos físicos e psicológicos e de representações compostas por elementos predominantemente negativos, denuncia uma realidade social vergonhosa e tolerante com as violências sexuais praticadas contra mulheres, adolescentes e crianças. Embora tenhamos identificado que uma parte das mulheres é resiliente e procura superar os efeitos perversos da ocorrência, entendemos que muito tem que ser feito para que, conhecendo os efeitos que este tipo de violência pode provocar, sejam adotadas medidas preventivas e de assistência consonantes com os direitos das cidadãs brasileiras.

**Palavras Chave:** violência sexual; saúde; resiliência; adolescentes em situação de risco; representação social.

Martins, Rosimeire de Carvalho “suffering and resilience: the impact of the sexual abuse in the health of young victimized women”. Vitória, April 2007. Doctoring thesis, presented to the Post Graduation program of the Federal University of Espírito Santo.

## **ABSTRACT**

This research investigated the impact of the sexual abuse in the health of victimized women in the city of Manaus, as well as the social representations of the abuse, aggressor and mother. There were interviewed eighteen sexually victimized women; twelve of them were victimized by an unknown person and six by someone from her own family group. In the first part of the interview protocol we collected social demographic informations of the participants and in the second part we asked them to talk freely about what happened. The data of the interviews was analysed by the technique of theme analysis of content. We verified that in 50% of the women the negative effects in their health remained, even after one year after the violence, making their sexual, social and family relations difficult. In these cases we observed they could not count on the support of the family, mother or professionals. In the other 50%, we identified a growing movement to overcome the stress and to retrieve their lives, and that the social and family support, as well as the psychological support service act as helpers in the individual process of facing the effects of the suffered violence. Women represent the sexual abuse as an act of extreme violence, emphasising mainly the physical strength and the violence of the abuser. We identify an ambiguity in the group of women that suffered abuse inside their families, because part of the women did not perceive the act as violent. The social representations about the abuser refer to a man that possess authority, power and strength, always older, violent and does not worry about the will of the victimized women, we also verify ambiguity in the representations of the group of women that suffered sexual violence inside the family, because the abuser was perceived as someone friendly. The mother is represented by a major part of the interviewed women as a “bad mother”, characterized as insensitive, negligent and that lack comfort, with whom they have a conflictuous relationship. The “good mother” was referred by a few interviewed women indicating that the relationship among them was less conflictuous. We conclude that the genuine pain exteriorized in the speeches of the victimized women, through the explanation of a diversity of physical and psychological effects and by representations composed by negative elements mainly, show a shameful social reality and also tolerant with the sexual violences performed against women, adolescents and children. Although we have identified that a part of the women is resilient and tries to overcome the evil effects of the occurrence, we understand that a lot has to be done to help assistance and preventive measures can be adopted observing the writs of the Brazilian citizens, knowing the effects of this type of violence can cause.

**Key words:** sexual violence, health, resilience, adolescents in risk situation, social representation.

MARTINS, Rosimeire de Carvalho "Souffrance et résilience: L'Impact cause femmes victimisées". Vitória. Avril de 2007. Thèse de doctorat présentée dans le cadre de la Psychologie de l'Université Fédérale d'Espírito Santo.

## RÉSUMÉ

La recherche a eu le but d'investiguer l'impact causé par l'abus sexuel sur la santé des femmes victimisées à Manaus, ainsi que le rôle des représentations sociales d'abus, d'abuseur et de la mère. Pour la réaliser, ils ont été interviewées dix-huit femmes victimes d'abus, où douze ont été d'abus extrafamilial et les autres six d'abus intrafamilial. À la première partie du protocole d'interviews, nous avons trouvés des informations sociodémographiques sur les participantes; à la deuxième, nous avons pris le discours libre de la victime sur l'abus. Les données collectées ont été analysées à travers d'une technique de contenu thématique. On vérifie que en 50% des victimes les effets négatifs sur la santé restaient ni même après le décours d'une année, ce qui a rendu les affaires de la victime: sexuels, sociaux et familiaux. Dans ces circonstances, nous avons regardé qu'elles n'ont pas pu prendre le soutien de la famille, de la mère ou d'un professionnel. Dans les autres 50% des victimes, on identifie que, quand on a la mobilisation de ces agents pour les aider, la récupération se développe d'une forme que le processus individuel de combat aux effets pervers se devient moins difficile. Les victimes se figurent l'abus sexuel comme un acte d'extrême violence, principalement la force physique et violence employée par l'abuseur. On identifie aussi l'ambiguïté dans le groupe de victimes d'abus intrafamilial, vu que quelques-unes l'ont senti comme un acte non-violent. Les représentations sociales sur l'abuseur se réfèrent comme une figure autoritaire, puissante et forte, toujours le plus âgé, qui ne donne pas d'importance à la volonté de la victime, La mère en est présentée pour la plupart comme «mauvaise», caractérisée pour être insensible, négligente et pas amicale, dont les relations sont conflictuelles. La «bonne» mère n'est pas trop mentionnée, ce qu'indique une relation plus amicale. On conclut que la douleur explicitée en paroles montre une diversité de dérangements physiques et psychologiques et représentations composées pour des éléments surtout négatifs, qui dénoncent une réalité sociale gênante et tolérante pour les violences sexuelles pratiquées contre les femmes, les adolescents et les enfants. Lorsqu'on ait identifié qu'une partie des femmes est résiliente et veut surmonter les effets pervers d'occurrence, on comprend qu'il y a beaucoup à faire pour améliorer le processus de récupération, afin de que des mesures préventives et d'assistance soient adoptées pour garder les droits des femmes et des enfants au Brésil.

**Mots-Clés:** violence sexuelle; santé; résilience; adolescents en risque social; représentation sociale.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER.....	33
2.1 LEGITIMAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.....	37
2.2 O GÊNERO FAZ A DIFERENÇA .....	39
2.3 VIOLÊNCIA SEXUAL.....	45
2.3.1 Estupro .....	50
2.3.2 Atentado Violento ao Pudor .....	51
2.3.3 Assédio Sexual .....	51
2.4 LEI DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....	51
2.5 A VIOLÊNCIA SEXUAL EM MANAUS.....	54
ABUSO SEXUAL EXTRAFAMILIAR .....	61
3.1 QUANDO A VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL É UMA CRIANÇA OU ADOLESCENTE .....	71
ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR .....	75
4.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	75
4.2 INCESTO E CULTURA.....	80
4.3 A FAMÍLIA INCESTUOSA.....	85
FUNDAMENTO TEÓRICO - METODOLÓGICO: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	97
5.1 TRABALHO DE CAMPO.....	103
5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES .....	103
5.3 AS ENTREVISTAS .....	105
5.4 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS .....	107
5.5.1 ABUSO .....	107
5.5.2 ABUSADOR .....	107
5.5.3 VÍTIMA.....	108
5.6 ANÁLISE DE RISCOS E BENEFÍCIOS .....	108
5.7 A RELAÇÃO PESQUISADOR / ENTREVISTADA.....	109
RESULTADOS E ANÁLISE.....	112
6.1 O ABUSO SEXUAL.....	117
6.1.1 TABELA 01 – Tipos de Abuso Sexual .....	117
6.1.2 TABELA 02 – Local Onde Ocorreu o Abuso Sexual.....	117
6.1.3 TABELA 03 – Periodicidade do Abuso Sexual .....	118
6.1.4 TABELA 04 – Tempo de Duração Aproximada do Abuso Sexual .....	119
6.1.5 TABELA 05 – Sentimentos Mobilizados na Hora do Abuso Sexual .....	119
6.1.6 TABELA 06 – Avaliação da Vítima Sobre o Relacionamento com a Família.....	122
6.1.7 TABELA 07 – Avaliação da Vítima Sobre a Mãe .....	127
6.1.8 TABELA 08 – Atividade Sexual das Participantes .....	132
6.2 OS ABUSADORES .....	137
6.2.1 TABELA 09 – Vínculos Afetivos e de Parentesco da Vítima com o Abusador.....	137
6.2.2 TABELA 10 – Estratégias Utilizadas pelo Abusador.....	138
6.2.3 TABELA 11 – Uso de Drogas pelo Abusador na Hora do Abuso .....	141
6.3 CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL PARA A SAÚDE DAS VÍTIMAS.....	142
6.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ABUSO SEXUAL, DO ABUSADOR E DA MÃE.....	152
6.4.1 Representações Sociais sobre o Abusador.....	154
6.4.2 Representações Sociais sobre o Abuso Sexual.....	154
6.4.3 Representações Sociais das Vítimas Sobre suas Mães .....	155
RESILIÊNCIA: SEGUINDO ADIANTE... APÓS O ABUSO SEXUAL .....	157
CONCLUSÕES.....	167

REFERÊNCIAS .....	179
ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL .....	193
TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA.....	195
TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA.....	196
TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA – PESSOA VITIMADA.....	197
TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA – RESPONSÁVEL PELA VÍTIMA.....	198

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Tipos de abuso sexual.....	117
Tabela 02: Local onde ocorreu o abuso sexual.....	117
Tabela 03: Periodicidade do abuso sexual.....	118
Tabela 04: Tempo de duração aproximada do abuso sexual.....	119
Tabela 05: Sentimentos mobilizados na hora do abuso sexual.....	119
Tabela 06: Avaliação da vítima sobre o relacionamento com a família.....	122
Tabela 07: Avaliação da vítima sobre a mãe.....	127
Tabela 08: Atividade sexual das participantes .....	132
Tabela 09: Vínculos afetivos e de parentesco da vítima com o abusador.....	137
Tabela 10: Estratégias utilizadas pelo abusador .....	138
Tabela 11: Uso de drogas pelo abusador na hora do abuso.....	141

## APRESENTAÇÃO

As fontes oficiais de informação sobre a violência sexual em Manaus, dentre as quais se encontra a Secretaria de Segurança Pública e os Programas de atendimento às Vítimas, indicam que este fenômeno tem crescido, especialmente nas áreas periféricas da cidade. Sabe-se, entretanto, que uma gama significativa dessa forma de violência não chega ao conhecimento institucional oficial, constituindo uma cifra “sombria” sobre a qual não há quaisquer informações. Mesmo o que é registrado sofre sérias limitações, tendo em vista o deficitário preenchimento dos formulários que não informam dados essenciais ao esclarecimento do evento, inclusive os do atendimento psicológico previsto às vítimas.

A cidade de Manaus é marcada pelas contradições contemporâneas e desigualdades sociais profundas, que revelam, através da violência, dados significativos que sugerem a urgência de investigações voltadas às crianças e aos adolescentes com a finalidade de se pesquisar o impacto da violência sexual na saúde dos mesmos. Essa demanda social que provocou a indagação minuciosa dos efeitos da violência na saúde das vítimas é o que nos impulsiona, como psicólogos, a intervir nessa realidade social.

Em Manaus, os registros do Programa SENTINELA<sup>1</sup> indicam uma diminuição na idade de vítimas de abuso sexual. Há registros indicadores de que o abuso sexual intrafamiliar (incesto), somente no período de janeiro a abril de 2002, evoluiu para 27% na faixa etária de 15 a 18 anos; 18% na faixa etária de 0 a 6 anos; e 55% na faixa etária de 7 a 14 anos. Já o abuso sexual extrafamiliar evoluiu para 31% na faixa etária de 15 a 18 anos; 18% na faixa etária de 0 a 6 anos; e 51% na faixa etária de 7 a 14 anos. O Programa Sentinela registrou, no ano de 2002, 401 casos de abuso sexual; em 2003 atendeu a 368 casos de abuso sexual; em 2004 recebeu 310 casos e em 2005 assinalou o registro de 650 casos de abuso sexual.

---

<sup>1</sup> O Programa SENTINELA tem atuação nacional e é uma iniciativa do Ministério da Assistência e Promoção Social. É destinado ao atendimento social especializado de crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de violência sexual e também combate o abuso e a exploração sexual. (O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes, p.142).

As preocupações que colocamos em discussão ao longo deste trabalho têm origem em uma constatação prática e direta que começa com nosso envolvimento desde 1997, como psicóloga fazendo atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual encaminhadas pelo juizado de menores a nosso consultório, na cidade de Fortaleza. Nesses atendimentos, o que mais nos impressionava eram as várias queixas traduzidas em dificuldades nos relacionamentos. Como as pessoas vitimadas relatavam que essas dificuldades passaram a ser identificadas após o abuso sexual, fomos levados a crer que tais dificuldades poderiam estar ligadas ao abuso sofrido.

Em 1998 nossa preocupação aumentou e novamente passou a fazer parte de nossos questionamentos quando passamos a atuar com orientação de alunos que faziam atendimento como parte do estágio de clínica psicológica a vítimas de violência sexual, no Serviço de Atendimento Psicológico do curso de psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Nossos alunos relatavam que as pessoas atendidas também falavam de dificuldades em seus relacionamentos após sofrer o abuso.

Quando em 2003 pesquisando junto aos psicólogos, atuantes nos programas de atendimento às vítimas, tanto no Hospital Universitário quanto no programa Sentinela, causou-nos estranheza o fato de que quase todas as vítimas de abuso sexual, que tinham buscado voluntariamente, ou que haviam sido encaminhadas pelo Instituto Médico Legal ou delegacias especializadas para os serviços de atendimento, só procuravam o setor de psicologia porque eram orientadas na recepção do hospital para isso e quando o faziam, só o faziam por causa dessa orientação da recepção. Poucas vítimas davam prosseguimento ao atendimento continuado após o primeiro contato com o psicólogo do setor de psicologia. As pessoas vitimadas procuravam logo o setor médico para minimizar as conseqüências físicas, como a possibilidade de gravidez ou a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

Assim, ficava sempre um certo desconforto em considerar que alguém, que julgávamos muito necessitado de nossos serviços, não quisesse falar sobre o ocorrido. Algumas dessas vítimas nos falavam da sua dificuldade de comentar sobre a violência sofrida, porque já haviam relatado o acontecido diversas vezes para os responsáveis pelo atendimento no Instituto Médico Legal e Delegacia da Mulher e, portanto, não se sentiam à vontade para repetir tudo e reviver a sua dor.

Desde então, essa atitude das vítimas de violência sexual vem nos inquietando e nos impelindo a buscar melhor compreensão sobre a saúde das pessoas que sofrem esse tipo de violência.

Pretendemos, com este trabalho, contribuir para a pluralidade da análise do tema da violência contra mulheres, buscando colaborar na construção de caminhos alternativos de intervenção no campo e o debate sobre a violência, em especial, a direcionada às pessoas que sofrem abuso sexual, cujo impacto na saúde pretensamente deveria mobilizar um sentimento de indignação e ensejar movimentos de transformação dessa realidade. A nosso ver, é possível imaginar que o abuso sexual provoque um impacto psicológico negativo nas relações afetivas e sexuais, deixando, na maioria das vezes, algumas seqüelas. Assim, tentamos responder às seguintes questões: as mulheres vítimas de abuso sexual encontram dificuldades em seus relacionamentos, originadas pelo abuso sexual sofrido? Há um impacto do abuso sexual na saúde da mulher vitimada? Como enfrentam o impacto do abuso em sua saúde?

Com um compromisso de participação efetiva na construção social e promoção da saúde na cidade de Manaus, buscamos dar respostas a essas perguntas e alcançar os seguintes objetivos: Identificar nas representações sobre o abuso sexual sofrido pelas mulheres vitimadas, se há impacto da violência em sua saúde; compreender quais os tipos de dificuldades são originados pelo abuso sexual; conhecer a história do abuso sexual de mulheres vitimadas; saber como se dão as relações familiares em famílias onde ocorre o abuso sexual; compreender como é percebido e sentido, pelas mulheres vítimas de violência sexual, o abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar em seus relacionamentos afetivos; saber como eram suas relações com o abusador; identificar as formas de enfrentamento em suas vidas e buscar elementos que possam contribuir para a criação de novas políticas de proteção contra a violência sexual na cidade de Manaus.

O delineamento do campo de estudo sobre violência sexual tem constantemente se baseado no fato de que todo ato de violência se baseia na força e no poder que uma pessoa detém sobre outra, e que o ato violento se interpõe entre a pessoa vitimada e sua liberdade de escolha como um ato de dominação. Quase sem exceção, os artigos e livros que têm se dedicado a estudá-lo enfatizam as conseqüências extremamente maléficas provocadas pelo abuso sexual.

A presente investigação, que versa sobre o impacto da violência sexual na saúde dos vitimados, traz essa discussão precisamente no enfoque da Psicologia Social. É nesse terreno que essa pesquisa se move. A saúde da vítima após um ano de decorrência do abuso, suas relações familiares, sexuais e cognitivas ficaram marcadas pela tensão e pelo conflito que se estabeleceu em sua vida e se refletiu em suas interações afetivas e sociais. Buscamos também, identificar as estratégias utilizadas pelas vítimas para minimizar o impacto em sua saúde. Essas estratégias diante do sofrimento e das adversidades estão sendo entendidas nesse trabalho como postura de Resiliência e referem-se à capacidade da vítima de superar suas dificuldades e de vencer os fatores de risco em ambientes diversos, de forma a administrar sua vida apesar de dificuldades a princípio consideradas desestruturantes.

Sabemos o quão devastador pode ser o abuso sexual para o desenvolvimento psicossocial de uma pessoa. Por outro lado, o discurso de nossas entrevistadas nos permite saber que algumas que sofreram abuso sexual conseguem passar por esse evento com sofrimento, mas sem comprometimentos graves considerados “traumáticos”, de forma que lhes é possível encontrar caminhos de (re) construção de suas próprias vidas.

É a visão psicossocial que orienta a discussão que se segue, situada especificamente no campo da violência contra a mulher e as implicações que isso trouxe para aquelas que a sofreram. A história da produção da violência e o exame de seus reflexos para a saúde da mulher permitem colocar em relevo um tema que percorre a literatura, mas com pouco destaque. Definir a violência sexual contra a mulher é uma tarefa árdua, pois, embora tome como referência os padrões universais definidos em convenções internacionais, submete-se a injunções próprias de cada cultura.

## **CAPÍTULO I**

### **INTRODUÇÃO**

A preocupação com a violência se coloca hoje como uma questão central para muitas sociedades. Inúmeras causas são apontadas como propiciadoras do seu aumento. Uma face assustadora desse fenômeno é que o mesmo passa a ser visto como natural, restando aos que são afetados aprender a conviver com ele.

A violência, segundo Araújo (1996), não pode se caracterizar apenas pela agressão física, tendo em vista envolver também as violências sexual e psicológica, que incluem agressões verbais e humilhações que afetam a auto-estima e a capacidade de reação e decisão da pessoa agredida.

A expressão mais chocante do uso da força é a praticada contra crianças e contra adolescentes. Semelhante forma de violência destrói a manifestação mais humana que a civilização construiu – o direito à liberdade. Um exemplo claro disso é a violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente como pessoas, e outro é a negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança.

Um dos tipos de violência que gera grande preocupação em nossa sociedade é também a violência sexual, conseqüência da falta de garantia dos direitos relacionados à saúde de milhões de crianças e de jovens, principalmente quando se trata das condições básicas que abonam a sobrevivência física e um desenvolvimento psicológico saudável. Esta ausência de responsabilidade social e precariedade de políticas sociais de assistência refletem-se na falta de atenção psicológica especializada às milhares de pessoas que sofrem violência sexual e vivem relegadas à própria sorte.

Damergian (1986) destaca que a permissividade social surge como agravante dessa situação:

[...] nossa sociedade é tolerante com a violência, incorpora-a a seu cotidiano, de forma tal que não nos espantamos mais com as notícias de brutalidades cometidas indiscriminadamente contra crianças e contra adolescentes, inundando jornais e noticiários. Somos permissivos, complacentes e acomodados com a violência. Essa perda da capacidade de espanto diante da violência e da capacidade de lembrar a sua extensão e as suas conseqüências, esse dar de ombros indiferente e apressado acaba nos tornando cúmplices passivos de fatos que são aceitos como parte do destino trágico da humanidade (p. 3) [...]

No Brasil a temática da violência doméstica, especificamente a sexual, é bastante recente e só despertou maior preocupação no campo científico, institucional e político a partir da década de 1980. Prova concreta disso são as pesquisas como as de Marques (1986), Santos (1987) e Azevedo & Guerra (1989), que enfatizam a preocupação com a violência doméstica. Embora a produção científica nesta área tivesse sido ampliada, a preocupação dos trabalhos produzidos estava mais voltada para a denúncia e para a demonstração da incidência desse tipo de violência.

Atualmente, o quadro referente às pesquisas está se alterando, pois as investigações desenvolvidas sobre abuso sexual, principalmente nos Estados Unidos e França, têm contribuído para a evidência do impacto da violência sexual na saúde das vítimas. Pesquisas recentes nesses dois países, publicadas no Brasil, como as de Furniss (2002), Gabel (1997), Hirigoyen (2002), Teicher (2002) e as pesquisas desenvolvidas no Brasil, como as de Amazarray e Koller (1998), Santos (1997), Sobreira (1997), Charam (1997), Mees (2001) e Rangel (1998) entre outras, revelam preocupação com possíveis impactos na saúde, quando se referem ao aparecimento de problemas psicológicos como depressão, ansiedade e dificuldade nas relações afetivas e sexuais.

Cumprir mencionar ainda que, nos Estados Unidos, a pesquisa científica sobre essa temática, segundo Gelles e Wolfner (1994), se iniciou de forma intensa a partir das décadas de setenta e oitenta e vem a cada dia ganhando maior expressão no meio científico. A crescente busca por pesquisas tem sua justificativa, porque desde 1976, segundo dados de Daro e Svevo (1999), o índice de abuso infantil cresceu em mais de 300% na América do Norte.

Preocupado com esta temática Finkelhor (1994) realizou um estudo epidemiológico em 21 países e concluiu que o abuso sexual de crianças é, de fato, um problema internacional. Em todos os locais onde o abuso foi estudado, os

pesquisadores demonstraram a existência da violência sexual em níveis altos, o que é comprovado pelo fato de poder ser detectada em uma amostra de apenas 100 sujeitos na população em geral. Vale ressaltar que o estudo não incluía o Brasil, mas acredita-se que aqui os dados sejam semelhantes.

Na referida pesquisa, mulheres sofreram abuso sexual na infância numa variação entre 7% a 36%; já, para os homens, a variação oscilava entre 3% e 29%. Essa variação percentual seria explicada pelas diferentes concepções de abuso sexual de crianças, bem como pelas distintas abordagens metodológicas utilizadas.

Finkelhor (1994, p. 412) avalia que “as pesquisas quase sempre abordam o problema do abuso sexual infantil de forma muito superficial, pois carecem de metodologias mais sofisticadas”. O pesquisador também constatou, em uma investigação sobre os abusos sexuais com estudantes universitários, que a violência sexual ocorre mais com mulheres e que essa agressão quase sempre é perpetrada por alguém de sua própria família (Finkelhor, 1985). Na maioria dos casos em que as vítimas são meninas, a idade variou de 10 a 12 anos em 47% dos casos. O autor aduz ainda que “a maioria dos entrevistados que sofreram abuso sexual valorou de forma negativa sua experiência, dizendo ter havido grande impacto em sua saúde” (p. 535).

Outros pesquisadores americanos – Gold, Huches e Swingles (1996) também ressaltam o impacto negativo do abuso sexual na saúde da vítima, pois avaliaram, através de entrevista clínica, 135 mulheres que participaram de terapia, e chegaram à conclusão de que as mulheres vítimas de violência sexual também sofrem danos, como depressão e ansiedade, muito mais intensos e invasivos que as mulheres que não sofreram o abuso sexual.

Outro trabalho que apresenta resultados acerca dos efeitos do abuso sexual é o de Mian, Marton e LeBaron (1994), realizado no Canadá na cidade de Ontário, onde os autores pesquisaram os efeitos do abuso em crianças de 3 a 5 anos em um grupo de 70 meninas e constataram que o efeito do abuso sexual é tão imediato que se reflete ainda no desempenho escolar dessas crianças.

Essa temática também foi pesquisada por Kendall-Tackett, Willims e Finkelhor (1994) que ao fazer uma revisão de 45 estudos concluem que adolescentes vítimas de abuso sexual estão em risco crescente de problemas interpessoais e psicológicos, se comparados a seus amigos que não foram sexualmente abusados. Esses autores ressaltam, ainda, que os adolescentes vitimados desenvolvem uma

auto-imagem negativa expressa por uma baixa auto-apreciação, um conceito pessoal e uma imagem corporal negativas, os quais podem conduzir a problemas de depressão, de ideação suicida, de abuso de drogas, de tentativas de automutilação e de problemas sexuais.

Resultado similar encontrou López (1994) em sua pesquisa sobre abuso sexual feita com 200 sujeitos vítimas de abuso em várias comunidades da Espanha. Do total dos sujeitos entrevistados, 49,7% eram mulheres ainda adolescentes, as quais revelaram que após terem passado por tal experiência, desenvolveram sentimentos de desconfiança, de asco, de medo, de hostilidade, de vergonha, de ansiedade e dificuldades em seus relacionamentos sexuais. Outros pesquisadores como Mattos (2002), Sadigursky & Magalhães (2002), Habigzang & Caminha (2004) e Gonçalves (2004), têm indicado também as conseqüências do abuso sexual na vida de mulheres vitimadas.

Conquanto haja um cabedal de investigações, notamos que muitas dessas pesquisas sobre a violência sexual têm se apresentado como objeto de estudo e de análise onde predominam abordagens parciais que não se referem às implicações psicossociais, principalmente quando se trata de pesquisas da área médica, caracterizadas como estudos epidemiológicos.

A despeito dos esforços realizados nesta área, em geral, os estudos acabam reduzindo as indagações a um aspecto epidemiológico e estatístico, isto é, deixando de aprofundar a discussão sobre as conseqüências do impacto da violência na saúde, e deixando de contribuir para o conhecimento das condições de saúde em que se encontram crianças e adolescentes vitimados pelo abuso sexual.

Castro & Riquer (2003) nos chamam a atenção para essa questão dizendo que, para enriquecer as investigações, é indispensável optar por novos métodos de investigação que sejam sustentados em um corpo conceitual das ciências sociais e abandonar os referenciais teóricos meramente estatísticos.

Vale ressaltar, no entanto, a grande contribuição dessas pesquisas de cunho epidemiológico que, ao acompanhar as vítimas de violência durante algum tempo após a constatação do abuso, identificaram certos efeitos adversos de longo prazo, que se sucediam ao evento violento e tinham nele sua causa mais provável.

Tomando como referência essas pesquisas, algo que merece ser frisado é o fato de haver diferentes dimensões do processo de violência sexual da criança e do adolescente, visto que, se por um lado, as investigações representam um avanço na

constituição do conhecimento, por outro, apresentam a fragmentação do fenômeno na medida em que, em sua maioria, colocam em relevância somente um aspecto das conseqüências do processo para a saúde de quem foi vitimado.

Desse modo, acreditamos ser imprescindível a busca de um conhecimento integrado da violência sexual por diversas áreas do conhecimento, o que nos impõe uma visão interdisciplinar como um desafio, não só teórico, mas também metodológico a ser enfrentado, haja vista a necessidade de se conhecer o ser que foi vitimado em todos os seus aspectos, especialmente quando se trata da perspectiva psicossocial, a qual envolve a pessoa em sua multiplicidade de relações.

Convém certificar que as autoridades governamentais do Brasil reconhecem que as conseqüências geradas pela violência sexual afetam de forma bastante negativa as pessoas que são submetidas ao constrangimento físico e moral. O reconhecimento da existência dos efeitos na saúde e o cumprimento do proposto na Constituição Federal, acabam por fomentar a criação de programas assistenciais às pessoas que estão sofrendo ou que já sofreram esse tipo de violência.

O Brasil, signatário da convenção sobre os Direitos da Criança, adotou a doutrina da proteção integral em sua lei maior, a Constituição Federal, no seu art. 227, disposto da seguinte forma:

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...]

A doutrina da proteção integral foi regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90, artigo 3º), o qual assevera:

[...] a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento, físico, mental, moral, e social, em condições de liberdade e dignidade [...]

Assim, a legislação vigente assegura o atendimento das necessidades, a liberdade e a dignidade das crianças e dos adolescentes, para desenvolverem

plenamente sua personalidade, considerando seu estado de formação biopsicossocial, afetivo e intelectual.

A prevenção da violência sexual contra crianças e contra adolescentes consiste em garantir o exercício pleno de seus direitos, preservando-os de qualquer situação de risco social e pessoal. Funda-se, além disso, em reduzir o número de vítimas potenciais, mediante informações sobre a realidade da exploração sexual e pela educação, através da disseminação de técnicas e estratégias de autoproteção, oferecendo oportunidades e alternativas para diminuir os riscos.

Entretanto, conforme alerta Barbosa (1999):

[...] embora existam, os programas brasileiros de prevenção contra abuso e exploração sexual ainda não são suficientes... e embora alguns desses programas tenham demonstrado excelentes resultados, não atendem às necessidades de um grande número de vítimas [...] (p. 31).

A coordenação para combater o abuso e a exploração sexual se localiza na Bahia, o CEDECA-BA<sup>2</sup>, que coordena ações de ONGs e ações de comissões parlamentares. O processo de mobilização desenvolvido pelo CEDECA-BA chamou a atenção do ECPAT<sup>3</sup>, órgão internacional de proteção à criança e ao adolescente, que mais tarde se transformou em ONG e elegeu o CEDECA-BA como seu representante no Brasil.

No plano internacional, a prevenção e métodos de tratamento contra a negligência e o abuso sexual da criança e do adolescente, de acordo com Daro e Svevo (1999, p. 65), “ainda são um campo novo no qual muitas tentativas e métodos de tratamento continuam envoltos em controvérsias”. Conforme o autor, a insuficiência de dados internacionais sobre a incidência de abuso infantil e os meios de tratamento e de prevenção estão motivando a Sociedade Internacional de Prevenção contra a Negligência e o Abuso Sexual (ISPCAN – Interntional Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect) a levar adiante um esforço significativo na área de atenção à criança e ao adolescente vitimados.

<sup>2</sup> CEDECA – O Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes foi fundado em 1991 e tem como missão defender e garantir os direitos de crianças e adolescentes por meio de ações que assegurem a proteção, a prevenção e o tratamento de meninos e meninas vítimas de violência sexual, bem como de seus familiares. (O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes, p.133-134)

<sup>3</sup> ECPAT – End Child Prostitution, Child Pornograpy and Trafficking of Children for Sexual Purposes, foi constituída como uma ONG que congrega treze instituições em projetos e ações de interesse na promoção e garantia de direitos. (*Op. Cit.* p.137-138)

Conforme informação de Daro e Svevo (1999):

[...] a ISPCAN está se esforçando para aumentar a pesquisa, bem como identificar os modelos práticos bem sucedidos, além de desenvolver diretrizes para dar assistência aos profissionais da prevenção contra a negligência e o abuso infantil e aos colaboradores de programas pelo mundo inteiro [...] (p. 65).

Frente à atuação de diferentes entidades de combate ao abuso, verificamos que a violência sexual tem diferentes acepções, dependendo se as pessoas estejam ligadas a ONGs, a sindicatos, a empresas multinacionais, ou a organizações comunitárias. É importante ressaltar também o fato de que os conceitos referentes à compreensão do abuso sexual variam de sociedade para sociedade, entre os que pesquisam essa temática e até mesmo de organização para organização.

Assim, por "crimes sexuais", Azevedo e Guerra (1989, p. 38) garantem que se podem entender “todos aqueles comportamentos que o direito reprime e castiga, por estarem constituídos por uma manifestação ou atividade ilícita ligada à sexualidade”. Portanto abuso sexual é qualquer relacionamento interpessoal no qual a relação sexual<sup>4</sup> é praticada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas, implicando violência psicológica, social e física.

Furniss (2002) ressalta que o abuso sexual da criança é definido por afirmações legais no contexto de sistemas cultural, social e legal específicos.

Para esse autor:

[...] as definições legais relacionam-se a práticas aceitáveis ou inaceitáveis de educação da criança e à posição das crianças em diferentes sociedades. Tais definições descrevem as normas, os limites e as fronteiras do comportamento apropriado e aceitável dos adultos em relação às crianças. É importante também lembrar que, muitas vezes a aceitação das normas culturais como parâmetro legitima práticas violentas contra crianças e adolescentes (p. 12) [...]

Dentro dessa perspectiva Schechter e Roberge (apud Furniss, 2002, p. 12), ofereceram uma das mais conhecidas e úteis definições normativas, a saber:

[...] a exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, pouco desenvolvidos, em atividades sexuais

---

<sup>4</sup> Termo que segundo Nunes (1987) possui uma dimensão humana e cuja sedimentação de significados encontra-se envolta em um feixe de valores morais, determinados e determinantes de comportamentos, usos e costumes sociais que dizem respeito a mais de uma pessoa.

que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares [...]

É inegável que, subjacente à maioria das definições normativas, está a noção de que os relacionamentos sexuais entre adultos e crianças constituem abuso sexual da criança, porque esses envolvimento somente deveriam acontecer por livre vontade e por livre escolha, sem qualquer tipo de coerção. Desse modo, cumpre explicitar de forma mais evidente o que caracteriza a violência sexual.

Santos (1997, p. 10) reitera que a violência sexual pode ser caracterizada como:

[...] um ataque sexualmente agressivo, em que o consentimento da vítima não está presente, tornando-se um crime. Destaca ainda que a violência sexual pode se apresentar de duas formas: o estupro e o atentado violento ao pudor. Aquele é o mais popularmente conhecido, freqüentemente referido pelas pessoas como o que caracteriza a violência sexual. Tal tipo de agressão é o ataque com penetração peniana da vagina. Quaisquer outras formas de ataque são consideradas como atentado violento ao pudor [...]

A Legislação Brasileira, no artigo 213 do Código Penal Brasileiro, traz o seguinte texto para o crime de estupro: “Constranger mulher à conjunção carnal<sup>5</sup>, mediante violência ou grave ameaça”. A presunção da violência é assim citada no artigo 224, “Presume-se a violência, se a vítima: a) não é maior de 14 (catorze) anos; b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância; c) não pode, por qualquer causa, oferecer resistência”. Portanto, quando alguma dessas situações estiver presente, a relação sexual é caracterizada como estupro.

Já, ao definir o atentado violento ao pudor, o artigo 214 do Código Penal Brasileiro dispõe: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. Alcântara (1982, p. 104) informa que a presunção de violência ou grave ameaça é a mesma caracterizada pelo estupro e descreve o atentado violento ao pudor como:

---

<sup>5</sup> Por “conjunção carnal” entende-se como “cópula vagínica” (cf. ALCÂNTARA, H. R. **Perícia médica judicial**. Rio de Janeiro, 1982) ou “penetração peniana da vagina” (KOLODNY, R. C.; MASTERS, W. H.; JOHNSON, V. E. **Manual de medicina sexual**. Textbook of sexual medicine. Tradução Nelson G. Oliveira. São Paulo: Manole, 1982. p. 432).

[...] todo e qualquer ato sexual que fuja à natureza pênis-vagina e se inclua entre: as cópulas ectópicas como a sodomia, a inter fêmora, a felação (irrumatio in ore), a cunilíngua; os toques impudicos, como os beliscões, as palmadas glúteas, a bolinagem; os beijos prolongados e intensos e as mordidas e sucções volúpticas [...]

Em se tratando de punição para tais crimes, classificados como crimes contra os costumes, mas também considerados hediondos, o Código Penal institui atualmente uma pena de seis a dez anos de reclusão, podendo também ser.

Convém ressaltar que juridicamente a instauração de inquérito policial depende de representação da vítima, isto é, deriva da sua vontade a instauração de inquérito. Entretanto, muitas vezes, a vontade da pessoa é cerceada por questões sociais (vergonha, medo, etc.), impedindo, assim, que o culpado seja punido. Por outro lado, há a questão das seqüelas na saúde da vítima, pois a denúncia de um abuso sexual pressupõe a existência de um processo que discutirá durante muito tempo um fato que, na maioria das vezes, ela quer que seja esquecido. A questão resulta em um paradoxo onde, se por um lado, existe a omissão da vítima, há, por outro, a necessidade de que a saúde da pessoa seja tratada.

Cumprе ressaltar que o abuso sexual de crianças e de adolescentes é um dos tipos de violência mais freqüentes e assume muitas formas que vão, desde o acariciamento até o estupro.

Quanto aos tipos de abuso sexual, Azevedo e Guerra (2000) usam o conceito de abuso-vitimização, que permite abranger dois subtipos de abuso: o incesto e a exploração sexual. O incesto se define para elas como toda atividade de caráter sexual, que envolva uma criança ou adolescente de 0 a 18 anos e um adulto, que tenha com ela uma relação de parentesco ou de afinidade. A conceituação é bastante ampla para incluir como agressor pai adotivo, padrasto, tutor ou outras pessoas ligadas à família, à criança ou ao adolescente e cujas relações sexuais sejam interditas por lei ou costume. A exploração sexual, por sua vez, “implica na participação de criança ou adolescente menor de 18 anos em atividade de prostituição e pornografia infantil, isto é, no comércio do sexo” (p. 42).

A distinção, por conseguinte, entre os dois subtipos de violência não está relacionada à questão da consangüinidade, haja vista que o incesto implica uma relação intrafamiliar, enquanto a exploração sexual uma relação que tanto pode ser familiar quanto extrafamiliar. Além disso, é conveniente esclarecer que a definição

apresentada presume que existe somente um requisito, a saber – envolver um menor e um adulto, com relação de consaguineidade ou de afinidade.

Na concepção de AZEVEDO & GUERRA (2000, p. 42):

[...] abuso sexual e incesto às vezes costumam ser confundidos, mas não são a mesma coisa. Abuso sexual (ou vitimização sexual) geralmente designa relações sexuais entre um adulto e uma criança. Incesto refere-se a relações sexuais entre dois membros de uma mesma família, cujo casamento seria proibido por lei ou por costume... Muita vitimização sexual é incestuosa, e, muito incesto é vitimização sexual tal como a definimos: mas eles não são idênticos. Em particular, o contato sexual entre familiares da mesma idade é uma espécie de incesto que não é vitimização e o contato sexual entre um adulto estranho à família e a criança é vitimização que não é incesto [...]

Mees (2001, p. 17) também ressalta a necessidade de diferenciar esses dois termos. Assim, o abuso sexual e incesto são definidos:

[...] pela exposição de uma criança à estimulação sexual não somente a relações heterossexuais ou homossexuais completas, mas também jogos sexuais tendo como objetivo estimular sexualmente a criança, ou utilizá-la para obter estimulação sexual. Conseqüentemente, o abuso sexual pode ser um coito, masturbação, carícias e beijos sexualizados ou atos exibicionistas. Já o incesto, é a infração do tabu que pesa sobre as relações sexuais entre dois membros da família nuclear, exceto marido e mulher, ou seja, entre pais e filhos ou entre um casal de irmãos. O tabu pode se estender a outros parentes ou graus de parentesco cujos vínculos podem ser biológicos, de afinidade, de classificação ou imaginários, e a relação sexual entre dois indivíduos assim definidos será considerada incesto [...]

Apesar da aparente diferença entre os dois conceitos, Mees (2002) ressalta que um terceiro, o abuso sexual intrafamiliar, permite a reunião entre eles. Esta noção retém os aspectos do abuso relativos ao apelo sexual feito à criança, bem como destaca tal ocorrência no interior da família. Reúnem-se, assim, o abuso sexual e o incesto.

Recamier (1995) vai mais além e refere-se à existência de um clima incestuoso onde a violência para já existe:

[...] não se trata de incesto propriamente dito, mas de algo relacionado a clima incestuoso, isto é, um clima em que sopra um vento de incesto sem que haja incesto. Seria uma espécie de incesto "soft". Não há nada juridicamente condenável, mas a violência perversa está presente [...] (p. 60).

Hirigoyen (2002) revela que “os atendimentos psicológicos a crianças e a adolescentes indicaram que uma das conseqüências do abuso sexual, principalmente se for prolongado, é a perda de auto-estima. Em alguns casos, perdem a confiança nos adultos chegando até ao suicídio” (p. 61).

Entretanto, lamentavelmente, segundo Vigarello (1998 p. 213), “a opinião geral continua mais preocupada com a eventual depravação<sup>6</sup> das vítimas do que com seu impacto, mesmo sabendo que ele existe quando isso acontece”.

Além dos aspectos apontados, Teicher (2002, p.85) lembra que maus-tratos na infância podem ter efeitos negativos duradouros no desenvolvimento emocional e nas funções do cérebro. Esse pesquisador estudou a neurobiologia do abuso infantil e diz que:

[...] os efeitos do abuso infantil podem manifestar-se de várias formas, em qualquer idade. Internamente, pode aparecer como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático; pode também expressar-se externamente como agressão, impulsividade, delinqüência, hiperatividade ou abuso de substâncias. Podendo chegar a uma condição psiquiátrica [...]

Nessa mesma linha de pensamento, também, Sadigursky e Magalhães (2002 p. 422) “ressaltam a intensidade das feridas emocionais e pontuam como danos psicossociais as dificuldades afetivas, sexual e de socialização, baixa auto-estima, além de depressão”.

É importante ressaltar que, embora haja o reconhecimento dos efeitos do abuso sexual na saúde da pessoa vitimada, algumas mulheres contam com o apoio social e a compreensão de familiares e amigos, fazendo com que haja superação das dificuldades originadas pelo abuso.

Segundo Furniss (2002 p.13), é certo que “os abusos sofridos antes dos dezoito anos causam maior impacto do que aqueles ocorridos em idades posteriores”. No entanto, achamos importante ressaltar que nem todas as crianças que sofreram abusos sexuais necessitam de tratamento profissional, e muitas delas conseguem conviver ou superar os danos causados à sua saúde, com a ajuda da família e dos amigos.

A questão do impacto da violência sexual relativa a adolescentes também é enfatizada por Polanczyk, Zavaschi e Benetti et al (2003) e por Charam (1997); os

<sup>6</sup> Este termo, no presente contexto, tem a seguinte acepção: degradação moral; perversão, corrupção; decadência; declínio. (cf. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 942)

autores afirmam que a violência sexual representa um sério problema de saúde pública, que implica grande impacto físico e emocional para aqueles que a ela são expostos. Para esses autores, crianças e adolescentes abusados sexualmente podem desenvolver transtornos de ansiedade, sintomas depressivos e agressivos, apresentar problemas quanto ao seu papel e funcionamento sexual e dificuldades sérias em relacionamentos interpessoais. Segundo eles, as evidências ainda apontam para a existência da associação entre abuso sexual na infância e na adolescência e a ocorrência de depressão na vida adulta.

Convém registrar, segundo (Furniss, 2002), que dois fatores colaboram para colocar as crianças e adolescentes em situação de risco, quais sejam: as reações negativas da família, tendo em vista que os sedutores escolhem uma criança ou um adolescente mais próximo do seu relacionamento, fazendo a maior parte dos abusos ocorrer dentro da família ou dentro de um círculo extensivo à família e aos amigos; e o despreparo dos profissionais em entender o que ocorre com as vítimas.

Quanto ao aspecto familiar, Gonçalves (2003) aponta que as modificações do cotidiano da família, em consequência de práticas sociais e de trabalho, podem ter alguma relação com a violência dentro da família, fazendo com que seja crescente a violência, tanto em relação à mulher quanto em relação às crianças e aos adolescentes. Segundo a estudiosa um dado que chama cada vez mais a atenção de pesquisadores e de autoridades na área é o grande número de crianças que são agredidas pelos pais, fato que pode acontecer em todas as classes sociais, e, dificilmente tal ato, em suas formas mais amenas, é entendido como violência, pois é visto como se os pais tivessem “direito” a essas práticas.

É importante ressaltar que embora o fenômeno da violência familiar tenha alcançado maior visibilidade a partir da década de noventa, ele sempre ocorreu e não podemos atribuir o aumento da agressão de pais contra filhos apenas às modificações ocorridas no cotidiano das famílias, mas também às transformações sociais.

Com relação à família, Ferreira & Steiner (1986, p. 63) também destacam que “é no próprio meio familiar que tudo começa, visto que muitas vezes a criança ou o adolescente está cercado pela violência e sofre dentro de casa calados e passivamente o abuso sexual praticado por seus pais, que permanecem impunes”. Esses autores ressaltam que, “quando os abusos sexuais ocorrem no seio familiar, a situação das vítimas é ainda pior, haja vista que elas têm medo e vergonha dos

outros membros da família, além do medo de que a família se desintegre se descobrirem o segredo”.

Embora tenhamos esses quadros, a violência física e sexual com crianças e com adolescentes ainda causa espanto em nossa sociedade. Sugar (1992) salienta que “muitas pessoas têm dificuldades em aceitar que o abuso sexual de crianças e de adolescentes ocorra dentro de famílias de variado grau de consangüinidade e de proximidade, como é o caso de incesto” (p. 58). Ressalta que para uma pessoa ativa socialmente, o abuso sexual pode significar algo doloroso, um peso, trata-se de sentimento de culpa, de perda de controle, de sentimento de menos-valia, de raiva, de depressão, de medo, de perda da confiança e de traição.

Hay e Safnuk (1998) dizem que “esses efeitos podem conduzir, na idade adulta, a uma incapacidade de estabelecer outras relações que não sejam puramente sexuais” (p. 7).

É notório, portanto, que as seqüelas deixadas pelo abuso sexual são indelévels, e não sendo essas seqüelas suavizadas pela ajuda da família, amigos e profissionais, podem trazer diversos prejuízos à saúde não só na época do ocorrido, pois seu impacto persegue as vítimas, às vezes, por toda a vida.

Todavia, como já vimos, este assunto não tem tido o devido tratamento na sociedade brasileira, principalmente quando se trata das implicações na sexualidade das pessoas que a sofreram, permanecendo dissimulada devido ao silêncio que cerca as vítimas e a reticência das mesmas em se queixarem. Ressaltamos que somado a isso existe a surdez dos órgãos institucionais responsáveis por reprimir práticas de violência sexual contra as pessoas.

Ademais, isso também revela a falta de sensibilidade social, pois são as crianças e os adolescentes os mais vitimados, visto que sofrem por não terem maturidade física e psicológica suficientes, por isso, freqüentemente, os traumatismos sofridos nem sempre só são as seqüelas visíveis, a saber: lacerações e infecções, mas também conseqüências psicológicas, pois são as que mais se perpetuam.

Reiterando esta posição, Gabel (1997, p. 63) atesta que “as implicações afetivas podem ocasionar dificuldades de relacionamento sexual na idade adulta”. Já Barbosa (1999, p. 26) assevera que “algumas crianças que sofreram abuso sexual, nos primeiros anos de vida, podem apresentar baixa auto-estima e que poderá não se sentir mais com direito de ser protegida nem valorizada como ser humano”.

Furniss (2002) ressalta que entender as conseqüências do abuso sexual é um trabalho árduo e inseguro devido à falta de estudos longitudinais. Portanto, antes de caracterizar a sintomatologia do abuso sexual, faz-se necessário citar os fatores que influenciam o impacto desta experiência na saúde da pessoa vitimada.

O autor ressalta fatores que podem ser agravantes para o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual:

[...] varia de acordo com a idade da criança no início do abuso; com a duração do abuso que produz conseqüências mais negativas; com o grau de violência causado pelo uso da força empreendida pelo perpetrador, que resulta em conseqüências mais negativas tanto a curto como a longo prazo; da diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a vítima, pois quanto maior for a diferença de idade, mais graves serão as conseqüências; a importância da relação entre abusador e vítima, visto que, quanto maior for a proximidade e intimidades, piores serão as conseqüências; a ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social; o grau de segredo da família e de ameaças contra a criança [...] (p. 15).

Outros autores, como Emery & Laumann-Billings (2005), ressaltam que esses efeitos dependem principalmente do tipo de violência sofrida e de outros fatores como: “a) características individuais, como um elevado grau de auto-estima para minimizar ou neutralizar os efeitos adversos da violência. b) da natureza da relação entre agressor e vítima. c) da resposta social à violência sofrida, como o auxílio de profissionais especializados. d) do apoio dos outros significativos, principalmente no núcleo familiar”(p. 122).

Mesmo existindo vários estudos relativos ao universo que envolve o abuso sexual, ainda é preciso investigar mais, tornando-se imperativo delinear pesquisas que incluam novos ângulos de análise tão necessários ao entendimento do impacto desse fenômeno na saúde das pessoas vitimadas.

Dessa forma, o que tem predominado na literatura atual sobre a violência sexual é a percepção de que as pessoas vitimadas ficam presas na teia de sofrimento que lhe foi imputado, onde alguns não conseguem se libertar de forma rápida e outros sucumbem de forma drástica através de atentados à própria vida. Estudos mais recentes nessa última década têm identificado que o impacto da violência sofrida depende sobretudo dos recursos individuais e sociais com que a pessoa que sofreu a violência pode contar.

## CAPITULO II

### A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

A violência como fenômeno social vem se constituindo em desafio para as pessoas que a pesquisam e teorizam sobre ela. Um dos primeiros desafios que esses pesquisadores encontram para aprofundar as discussões e teorizações sobre este tema, reside na própria delimitação do que é e do que não é violência.

Esses pesquisadores em geral concordam com que a violência é um termo polissêmico e que assume forma e sentidos que variam de acordo com a cultura e o momento histórico em que é praticada. Nessa perspectiva, Santos (2004) e Maakaroun (2002) dizem que a violência se inscreve em uma rede abrangente e conjunta em que vários elementos (individuais, sociais, históricos, culturais e interpessoais) se relacionam. Desse modo, constitui-se de formas variadas que sugerem diferentes acepções.

Quanto a essa questão, Minayo e Souza (1998) ressaltam que qualquer reflexão teórico-metodológica sobre a violência pressupõe o reconhecimento de sua complexidade, de sua polissemia e da controvérsia desse fenômeno como objeto social. Segundo Minayo e Souza (1998):

[...] de um lado, estão aqueles que sustentam que a violência resulta de necessidades biológicas, psicológicas ou sociais, fundamentando-se na sociobiologia ou na etologia. De outro, estão aqueles que a explicam como fenômeno de causalidade apenas social, provocada quer pela dissolução da ordem, quer pela “vingança” dos oprimidos, quer pela fraqueza do Estado [...] (p. 1).

Por isso mesmo, segundo a autora, há geração de muitas teorias que, no entanto, são parciais porque “definem a violência ou como ações humanas individuais, de grupos, de classes, ou que ocasionam a morte de outros seres humanos, ou que afetam a integridade física, moral, e mental” (MINAYO, 1998, p. 1).

Já Costa (1986, p. 18) assevera que podemos entender como violência aquela situação em que o indivíduo "foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessário ao crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar".

Referindo-se a esse assunto, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em seu documento sobre o tema (apud Minayo, 1998, p. 2), declara que "a violência, pelo número de vítimas e a magnitude de seqüelas emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países".

Para Minayo e Souza (1998), esta constatação faz com que o setor de saúde se constitua em uma área para onde deságuam todas as formas de violência, devido quase sempre à necessidade de um atendimento de urgência que precisa ser dado às vítimas.

Michaud (2001), ao investigar a etimologia do termo, verificou que o termo se "originou do latim, "*violentia*", que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir" (p. 8). O autor define de forma bastante ampla a violência dizendo que:

[...] há violência quando numa situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais [...] (p. 11).

Ainda em Michaud (2001), encontramos que é um erro pensar que a violência pode ser concebida e apreendida independentemente de critérios e de pontos de vista. "Estes podem ser institucionais, jurídicos, sociais e até pessoais, segundo a vulnerabilidade física ou a fragilidade psicológica dos indivíduos" (p. 12). Uma abordagem objetiva se esforça, segundo esse autor:

[...] para por entre parênteses todas as normas, e ainda assim, lembrando que é preciso estar consciente de que as definições objetivas, ainda que as mais úteis, não são isentas de pressupostos e também não apreendem o conjunto dos fenômenos, como também que há na apreensão da violência um componente subjetivo que depende dos critérios utilizados. Também é preciso levar em conta que nem sempre é possível haver um equilíbrio satisfatório entre um e outro ponto de vista e, finalmente, é preciso saber que não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito [...] (pp.13-14).

Souza (2004) ressalta que a violência não pode ser pensada como excepcional e nem pode ser concebida como parte da ordem natural das coisas e também como característica inscrita no ser humano. Enfatiza que a violência é “socialmente produzida e sujeita a nuances históricas e culturais e, por isso, é passível de ser reduzida e controlada por normas construídas a partir das lutas políticas originadas nas próprias relações sociais” (p. 58-59).

Souza (2004) enfatiza que o conceito de violência está circunscrito às relações sociais, seu conceito carrega uma polissemia que exige uma explicação do seu alcance e dos seus limites, que mudam com o tempo e com espaço onde ela ocorre. Ressalta que o simples uso da força ou de coação contra alguém dificilmente poderia ser caracterizado como violência, visto a mesma estar submetida ao conjunto de interesses sociais e normas culturais.

Nessa direção, também Pinheiro e Almeida (2003), definem violência como ação, produção de dano/destruição e intencionalidade; desse modo, para esses autores, violência, é toda ação intencional que provoca dano.

Violência, em seu significado mais freqüente,

[...] quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade [...] (Teles e Melo, 2002 p.15).

Percebe-se, desse modo, que essa visão ampla da violência se fundamenta na proposta dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) realizada em Genebra em 2000 que diz:

[...] O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação [...]

Essa definição, portanto, associa a intencionalidade à prática do ato, e a inclusão da palavra “poder” e da expressão “uso da força física” amplia a natureza de um ato violento e abrange atos que resultam de uma relação de poder, inclusive ameaças e intimidações, além da negligência.

Pinheiro e Almeida (2003) ressaltam que essa definição permite, também:

[...] considerar as formas de violência que não acarretam necessariamente lesão ou morte, mas que oprimem as pessoas, as famílias, as comunidades, como um todo. Muitas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos, por exemplo, podem resultar em graves problemas físicos, psicológicos e sociais, nem sempre levando à invalidez e à morte [...] (p.16).

Santos (2004) alerta que, “embora a violência costume muito mais ser pensada no senso comum como algo que ameaça o sujeito, sobretudo no espaço público, na rua, são freqüentes as ocorrências de violência no âmbito familiar” (p. 132). Ressalta que ela ocorre dentro dos lares a partir de relações violentas envolvendo pessoas com as quais se tem vínculos afetivos e de parentesco. Ressalta que, embora esse espaço familiar seja visto como um espaço de relações amorosas, carinhosas e de proteção, muitas vezes se torna um lugar de conflitos e de muito sofrimento humano, onde a vítima pode ser muitas vezes a criança ou o adolescente e a mulher, o homem, ou o idoso.

Quando ocorre na família, ela é chamada de violência intrafamiliar ou de violência doméstica e representa segundo GUERRA (2001 p. 32-33):

[...] todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis contra a mulher, crianças ou adolescentes que sendo capaz de causar dano, físico, sexual e ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm que serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento [...]

Para o CRAMI (2002), Centro Regional de Atendimento aos Maus-tratos na Infância:

[...] violência doméstica é a que ocorre dentro de casa, nas relações entre as pessoas da família entre homens e mulheres entre pais, mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas, ou seja, entende que é aquela praticada dentro do âmbito doméstico por pessoa que tenha com a criança ou o adolescente uma relação de consangüinidade ou afetividade [...] (p. 18).

Há os que preferem denominá-la violência intrafamiliar ou familiar e, neste caso, pode ocorrer fora do espaço doméstico, como resultado de relações violentas entre membros da própria família, que pode ser formada por uma comunidade de indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por

afinidade ou por vontade expressa. Na literatura corrente, segundo Machado e Araújo (2004), a expressão violência de gênero na sua forma mais freqüente, tem sido usada para se referir a violência do homem contra a mulher. Autores como Portugal (2000), Azevedo (1995), Soares (2000) e Saffioti & Almeida (1995), usam esse termo para designar uma forma específica de violência: a violência contra a mulher e a violência contra os homens dentro do espaço doméstico.

A violência de gênero é então o termo usado para designar a violência praticada contra a mulher pela sua condição de ter o sexo feminino, ou seja, apenas e simplesmente pela sua condição de ser mulher. Esse termo passou a ser adotado a partir dos anos setenta com os movimentos feministas.

No entanto, para Saffioti (2004) a violência de gênero é um conceito mais amplo que o de violência contra a mulher, “engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher“ (p. 44), ou seja, gênero é a construção social do masculino e do feminino. Ainda em Saffioti (2004) encontramos que as relações de gênero, bem como as de classe social e de etnia, condicionam o pensamento e a percepção do sujeito sobre o mundo, ou seja, elas funcionam como uma lente através da qual o sujeito vê o mundo.

## **2.1 LEGITIMAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

A perspectiva de análise das relações de gênero, em constante interface com outras áreas do conhecimento, tem contribuído para desvendar os diferentes mecanismos de legitimação social que promovem a violência doméstica contra a mulher, as crianças e os adolescentes.

A longa trajetória histórica de legitimação social da violência contra mulheres, em face de um período de menor atenção a esta violência, reflete o quanto as estruturas hierárquicas e patriarcais são sustentadas pela cultura. O atual ordenamento das relações de gênero, comportando um processo de permanências e mudanças, reatualiza o valor da função de mãe.

Segundo Morgado (2004):

[...] a culpabilização da mulher pelo fracasso em assumir com perfeição as tarefas do lar, por uma educação que não produza filhos bem ajustados ou pela intranqüilidade do marido, mantêm-se com permanências e poucas mudanças como uma marca histórica, até os dias de hoje. Esta responsabilidade, atribuída ainda quase que de forma exclusiva à mulher, constitui-se em um dos sustentáculos para sua culpabilização pela não ruptura de uma relação de violência, seja contra ela ou contra suas filhas [...] (p. 320).

Para essa autora, “mesmo nas sociedades européias, tal postura mostra-se ainda presente. Os profissionais do “The London Rape Crisis Centre” (1999), que é um centro de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, afirmam que tal responsabilidade deve equiparar-se à de todos os adultos que cuidam de crianças” (p. 321). Por esta razão, enfatizam que, quando uma menina é vítima de abuso sexual, o principal responsável por tal violência é aquele que cometeu o delito.

A reatualização da perspectiva da mulher como “ pilar de sustentação moral e afetiva da família conduz diferentes segmentos sociais, ainda hoje, a formular perguntas altamente culpabilizadoras, tais como: “por que você mantém a relação violenta?”, “Por que você não se separou antes?” (ALMEIDA, 1999 p. 12).

Morgado (2004) concorda com Almeida (1999) e enfatiza que são sempre desconsiderados os mecanismos existentes em nossa sociedade que inviabilizam a saída da relação violenta, permanecendo em evidência somente o fracasso da mulher para levar a cabo o processo de ruptura.

Desse modo, partimos da premissa de que o lugar historicamente ocupado pela mulher fornece algumas possibilidades, mas lhe impõe fortes limites de ação contra seus agressores diretos, que são os abusadores sexuais de crianças e adolescentes sob sua responsabilidade.

A sociedade brasileira, herdeira de um sistema patriarcal, continua atribuindo ao homem um lugar de destaque que resulta em privilégios, seja como marido ou companheiro, seja como pai. Assim, a atribuição de funções em nossa sociedade, determinada pelas condições de inserção de classe, gênero e etnia, configura uma inserção subordinada da mulher (SAFFIOTI, 1999).

Assim diz Morgado (2004), que os sujeitos sociais, portadores de relativa autonomia frente aos processos socializadores, incorporam e reproduzem, com maior ou menor autonomia, as funções que lhes são atribuídas socialmente.

Diz essa autora que:

[...] sobre as mulheres brasileiras, recaem imensas responsabilidades: a de dona-de-casa, de trabalhadora, amante, companheira e mãe. Exige-se, para todas as funções, esmero, dedicação e competência. Entretanto, a perspectiva do bom desempenho, quase que exclusivo, destas funções pelas mulheres constitui-se em uma atribuição social, nem sempre visível ou explicitada, que se modifica de acordo com os embates travados no interior da sociedade, imprimindo-lhe um movimento constante em direção à manutenção da ordem vigente e/ou de transformações sociais. Na medida em que a inserção social mais ampla da mulher se dá de forma subordinada, sua inserção na família não poderia fugir a esse modelo (p. 311) [...]

Concordamos com Saffioti, (1999) quando diz que “a inserção da mulher na sociedade é marcada por um papel de subordinação que não explicita necessariamente as desigualdades entre homens e mulheres, pois a desigualdade é vista como natural, visto que é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (p.83).

## **2.2 O GÊNERO FAZ A DIFERENÇA**

A violência é uma das mais graves formas de tratamento injusto empregada em assuntos relacionados à sexualidade e às questões de gênero. Constitui aviltamento dos direitos humanos e liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, e de expor opiniões e desejos, direitos considerados inalienáveis de todo ser humano. Revela-se como um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais.

A violência contra a mulher também conhecida hoje como violência de gênero, “surge como categoria importada da gramática das Ciências Sociais, e tem servido para classificar conjuntos de elementos comuns, importantes para a identificação dos membros de grupos a partir do sexo, cuja definição seja socialmente aceita” (IZUMINO, 2004, P.83).

Segundo Scott (1988), as precursoras no uso dessa categoria de análise parecem ter sido as feministas americanas com o objetivo de tornar mais resistente o caráter social das relações entre os sexos e argumentar contra o determinismo biológico implícito nos termos, “sexo” e “diferenças sexuais”.

No Brasil, a atuação da militância feminina, acrescida pelas reivindicações dos movimentos sociais, criou condições históricas, políticas e culturais cujas conseqüências foram imediatas. Primeiro, destaca-se a criação de grupos de atendimento às mulheres vítimas de violência, cujos pioneiros foram o SOS Corpo de Recife em 1978 e segundo foi o SOS Mulher de São Paulo em 1980, ambos caracterizados por uma nova ação política diante das instâncias e das instituições públicas.

Izumino (2004) esclarece que o termo gênero foi introduzido nas Ciências Sociais:

[...] para estabelecer as diferenças entre sexo biológico e sexo social, isto é, enquanto sexo se refere às diferenças biológicas e anatômicas entre homens e mulheres, gênero ocupa-se em designar as diferenças sociais e culturais que definem os papéis destinados a homens e mulheres em cada sociedade [...] (p. 84).

Desse modo, a autora enfatiza que, “ao entender as relações entre os sexos como socialmente definidas, a categoria de gênero permite estabelecer uma interdependência entre homens e mulheres, ou seja, um não existe sem o outro, a definição de um está relacionada à definição do outro, sem que esta implique relações hierárquicas ou de dominação” (p.84).

Izumino (2004, p. 85) diz que no tocante aos estudos relacionados à violência contra a mulher alguns aspectos da categoria gênero permitem uma releitura das relações estabelecidas entre a vítima mulher e o praticante da violência. Assim, se a interpretação do papel social de um só é possível quando articulado ao papel social do outro e à compreensão que cada um tem do outro, a relação entre a vítima e o praticante da violência que marcou os estudos de violência contra a mulher nos anos oitenta precisa ser revista.

Izumino (2004, p. 85) diz que “uma vez que as relações de gênero são definidas como relações sociais, um segundo elemento definidor que deve ser considerado é o fato de que as relações de gênero são também relações de poder”.

Tanto Machado (1992), Saffioti e Almeida (1995) quanto Scott (1988), afirmam que esse poder está presente no relacionamento mulher-homem, mas se encontra distribuído de forma desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização social.

Castro & Riquer (2003) enfatizam que, embora as conseqüências da violência de gênero sejam constantemente muito mais percebidas na saúde de mulheres e isso tenha se refletido mais nas ciências da saúde, é nas Ciências Sociais que essa temática tem ganhado corpo e tem formado um campo de conhecimento de estudos sobre a mulher. O desenvolvimento desta área de conhecimento tem sido imprescindível principalmente pela urgência sentida por alguns profissionais em atender as vítimas da violência de gênero, e também pela possibilidade de evidenciar socialmente esta problemática, bem como desenvolver os aspectos jurídicos e políticas públicas adequados ao problema.

A Organização dos Estados Americanos em 1993, em Assembléia Geral da ONU com vistas a tentar eliminar a violência contra a mulher, definiu-a como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Nessa declaração, a assembléia geral reconheceu que essa violência era uma manifestação da histórica desigualdade de relações de poder entre mulheres e homens nas quais as mulheres eram especialmente vulneráveis, e que a violência contra a mulher era um obstáculo para a implementação da igualdade, do desenvolvimento e da paz.

Sobre essa questão, também Saffioti (2004) nos chama a atenção dizendo que a relação entre homens e mulheres não é determinada naturalmente pela anatomia sexual e sim decorrente das desigualdades, em detrimento do gênero feminino.

As teorias que associam as diferenças existentes nessa relação à determinação biológica foram superadas graças, principalmente, às pesquisas que defendem a construção social de gênero. Ou seja, as relações estabelecidas entre homens e mulheres são resultantes de processos sociais; assim, não podem ser pensadas como imutáveis, e sim compreendidas dentro de um referencial dinâmico, em permanente transformação. Desse modo, Saffiotti (2004) nos chama atenção dizendo que o conceito de gênero não está associado a um ser específico, mas a um universo relacional que constitui as identidades do homem e da mulher.

Segundo Saffioti (2004, p. 19), “são as mulheres as maiores vítimas da violência doméstica”. A pesquisa de Passeti (1995) realizada na cidade de São Paulo de 1988 a 1992 e a de Silva & Vecina (2002) junto com a equipe do CNRVV<sup>7</sup>, em 2002, verificaram que 78% e 62% respectivamente, das vítimas de abuso sexual eram mulheres. Esses dados revelam o tamanho que assume a violência contra a mulher na sociedade brasileira. Nesta perspectiva, afirma Saffiotti (2004) que uma sociedade que conserva ainda uma ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção de violência, uma vez que é essa sociedade a formadora também das representações de gênero responsáveis pela legitimação da dominação masculina internalizada por homens e mulheres.

Ressalta ainda Saffiotti (2004.b) que a violência de gênero é produzida e se reproduz nas relações de poder onde estão consagradas as categorias de gênero, classe, raça/etnia. Desse modo, para essa autora, a violência de gênero se constitui em uma forma singular da violência global formada pela sociedade patriarcal que possibilita aos homens o direito de dominar. A perspectiva teórica de Saffiotti vincula a opressão das mulheres à naturalização da sociedade patriarcal que permite aos homens privilégios nos seus relacionamentos sociais e afetivos com as mulheres.

Cumprir mencionar que, para Saffiotti (1999), a “violência de gênero é uma decorrência das diferenças entre homens e mulheres convertidas em desigualdades em detrimento do gênero feminino” (p. 156). Desse modo, para ela, utilizar o conceito de gênero é sair da esfera de explicações puramente biológicas ou individualizadas para considerar o sujeito também como sujeito histórico e social por excelência.

Araújo & Mattioli (2004 p. 20) dizem que “embora a dominação masculina ainda seja um privilégio que a sociedade patriarcal concede aos homens, nem todos os homens utilizam-na da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação”.

Sabemos que a prática da violência contra a mulher faz parte do dia-a-dia dos grandes centros urbanos, do país e do mundo. É comumente banalizada, tratada como algo que faz parte da vida e, de tão natural, é ignorada.

---

<sup>7</sup> Centro de Referência às vítimas de violência do Instituto Sedes Sapientiae. É uma instituição de caráter religioso, que tem como objetivo principal o trabalho voltado para a educação e saúde mental, priorizando as populações menos favorecidas.

Araújo e Mattioli (2004) ressaltam que:

[...] dois fatores foram determinantes para o aprofundamento dos debates: a disseminação dos estudos de gênero, no Brasil, que recolocou o gênero como um elemento preponderante na compreensão da violência e também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os dois fatores, desde os anos noventa, vêm influenciando não só a produção de estudos específicos, mas também a viabilização de ações e políticas sociais que contemplem os diferentes aspectos do fenômeno [...] (p. 9)

A “violência de gênero, freqüentemente colocada como a violência do homem contra a mulher, tem sido uma das grandes preocupações do movimento de mulheres nos últimos trinta anos” (Machado e Araújo, 2004 p.37). A luta das feministas contra o modelo patriarcal de dominação masculina deu visibilidade ao fenômeno e exigiram, do Estado e da sociedade civil, políticas, leis e ações mais efetivas para lidar com o problema. Como resultado dessas lutas feministas é que surgiram as Delegacias de Defesa da Mulher, os Conselhos Estaduais da Condição Feminina e os Serviços de Atendimento às vítimas de Violência (MACHADO & ARAÚJO, 2004, p. 37).

Todavia, já na década de noventa, houve uma certa ênfase nos estudos sobre a sexualidade masculina sendo essa dimensão relacional pouco discutida nos estudos feministas, e comumente os argumentos culpabilizantes em relação ao masculino ainda se faziam presentes direta ou indiretamente, nas produções acadêmicas contemporâneas (ARILHA, RIDENTI & MEDRADO, 1998).

O que se observa do debate estabelecido entre as feministas brasileiras no início dos anos noventa é que a categoria de gênero trouxe fôlego aos estudos sobre mulheres, permitindo que as análises teóricas acompanhassem as rápidas mudanças que ocorreram nos últimos anos na sociedade brasileira, e revelassem que também os homens sofrem violência por parte das mulheres e que essa situação de sofrimento também precisa ser considerada nos estudos sobre a violência de gênero.

Tais estudos de gênero começaram segundo Trindade (2004) porque os estudos até então realizados:

[...] se revelaram frágeis por não se constituírem em estudos verdadeiramente de gênero. Pode-se dizer que, em sua maioria, os estudos da primeira geração se constituíram em estudos feministas/femininos, pois apenas as mulheres tinham oportunidade de falar sobre o seu sofrimento

sobre a opressão masculina; apenas as mulheres poderiam ser consideradas vítimas da tradição androcêntrica. Os tradicionais estudos de gênero estiveram surdos para as vozes masculinas durante décadas, o que certamente significou um entrave para a compreensão da violência característica das relações de gênero: a violência conjugal [...] (p. 15)

Na década de noventa do século passado se iniciou a segunda geração dos estudos de gênero, e as pesquisas sobre essa temática se afastaram da ótica feminista tradicional, com o início de estudos sobre masculinidades. Tais estudos, de acordo com Trindade (2004), têm:

[...] permitido a configuração das mazelas próprias do viver masculino, demonstrando que a hegemonia de modelos tradicionais de masculinidades atravessa barreiras culturais e vêm resistindo através da história. Importante ressaltar que o conjunto de dados gerados evidencia que também o homem é penalizado por esse enquadramento, que afeta sua saúde, produz sofrimento psíquico e o expõe a diferentes formas de violência [...] (p. 15)

Ressalta ainda a estudiosa que o conjunto de dados gerado por tais estudos indicou o quanto o homem tem sofrido com essa forma de percebê-lo, o que conseqüentemente afeta sua saúde quando ele é exposto às diferentes formas de violência.

Uma das facetas desses novos trabalhos segundo Machado (1992) é a ênfase atribuída ao aspecto relacional de gênero que implica, entre outras coisas, o fato de que os estudos sobre mulheres devem necessariamente também incluir estudos sobre homens, o que conseqüentemente afirma essa forma de estudos sobre mulheres como um campo de conhecimento que só adquire sentido quando inserido em um contexto mais amplo, no qual deve ser considerada ainda a presença de outras categorias de análise, como etnia e a classe social. Exemplo de avanço nessa perspectiva de estudo pode ser encontrado no trabalho de Alvim e Souza (2005) que analisam a violência conjugal em uma perspectiva relacional.

O estudo desses autores revelou a exclusão dos homens nos estudos de gênero e mostrou a profícua necessidade de adoção de uma nova perspectiva visando consolidar a produção sobre masculinidades. No estudo, os autores tiveram o cuidado de produzir uma pesquisa que não reproduzisse os problemas dos estudos anteriores de gênero. Nessa perspectiva, eles tiveram a preocupação de

interrelacionar os discursos masculinos e femininos, para não privilegiar nenhum desses atores sociais como portador da verdade.

Hoje, segundo Alvim & Souza (2004):

[...] pode-se perceber que tanto as produções internacionais, quanto as brasileiras, apresentam mudanças e diferentes tendências: tanto os estudos feministas quanto os de masculinidades têm, como características, uma preocupação em analisar as relações de gênero e não apenas a mulher ou o homem [...] (p. 46).

Castro & Riquer (2003) ressaltam que, embora essas mudanças apresentem-se expressivas, elas ainda se limitam muitas vezes a mostrar somente dados sócio-demográficos dos homens. No entanto, parece ser inquestionável que as mulheres são as maiores vítimas das relações de gênero desiguais.

Por esta razão, é importante enfatizar que a violência de gênero é um fenômeno social grave que traz inúmeras conseqüências físicas e psicológicas para as vítimas, e também para as crianças e adolescentes que a vivenciam. Das diferentes formas que assume a violência contra a mulher, é a violência sexual que tem menor visibilidade.

### **2.3 VIOLÊNCIA SEXUAL**

A violência sexual é uma das mais graves manifestações de violência de gênero, é um crime universal, clandestino e subnotificado, praticado contra a liberdade sexual de uma pessoa. Pode ser definido como um ato sexual não consentido que ocorre com ou sem penetração genital, oral ou anal por parte do agressor. De todas as formas de violência contra a mulher, crianças e adolescentes, a violência sexual é uma das mais freqüentes.

Violência sexual é o termo empregado, sobretudo, para os casos de estupro cometidos dentro e fora de casa. Estupros são atos de força em que a pessoa agressora obriga a outra a manter relação sexual contra sua vontade; é uma freqüente modalidade de abuso sexual, que inclui apenas penetração vaginal pelo pênis e caracteriza-se segundo o Art. 213 do Código Penal, pelo constrangimento da mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. As vítimas reconhecidas pela justiça brasileira têm sido somente do sexo feminino, mesmo

quando crianças e adolescentes. É considerado um problema de saúde pública devido à sua elevada incidência e às graves conseqüências para a saúde da mulher.

O Artigo 263 da lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispôs sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescentou um parágrafo único ao artigo 213 do Código Penal, agravando a pena quando cometido o estupro contra menor de quatorze anos de idade.

Comumente, o termo “violência sexual” ou “agressão sexual” é a expressão usada para denominar a violência sexual praticada principalmente contra crianças e adolescentes. Parece-nos, também, importante lembrar que alguns pesquisadores têm adotado a expressão agressão sexual em lugar de estupro porque, dessa forma, podem incluir uma ampla gama de outros atos sexuais delituosos, como tentativa de estupro e atos libidinosos proibidos. Em nossa pesquisa adotamos a expressão abuso sexual, aqui usado como sinônimo de estupro, um dos tipos de “violência sexual”.

Azambuja (2004) ressalta que “essa diversidade de definições, baseadas em diferentes critérios, revelam a existência de um grande número de dificuldades metodológicas, tanto em relação à definição do estupro quanto à estimativa de sua prevalência” (p. 127).

Desse modo, segundo Araújo, Martins e Santos (2004, p.25), como violência sexual, podemos considerar “qualquer ato sexual a que a vítima é submetida contra sua vontade, como estupro ou tentativa de estupro ou abuso sexual, atentado violento ao pudor, atos libidinosos, sedução e assédio sexual”. Convém ressaltar, de acordo com Araújo, Martins e Santos (2004, p. 26) que “o estupro muitas vezes pode acontecer dentro da relação conjugal e, freqüentemente, não é considerado como tal pela própria vítima”, o que Bandeira (2004) chama de estupro marital e que também só passa a ser reconhecido pela sociedade com a Lei Maria da Penha outorgada em 2006.

Cortez (2006) diz que a violência ocorre como reflexo do poder outorgado ao longo dos anos ao homem e que tem propiciado a regulação e afirmação do seu papel hegemônico, ressaltando que “o poder dentro de uma família e, em nossa sociedade, mais comumente o homem, e a ele são outorgados diversos direitos sobre aqueles que vivem sob seus cuidados” (p.30).

O abuso sexual é compreendido como qualquer atividade ou interação, na qual a intenção é estimular e/ou controlar a sexualidade da pessoa que está

sofrendo o abuso. Etimologicamente, abuso indica separação, afastamento do uso normal; por si só, a palavra indica, ao mesmo tempo, um uso errado e um uso excessivo, pois abusar é precisamente ultrapassar os limites e, portanto, transgredir (GABEL, 1997).

Gabel (1997 p. 12) supõe uma “disfunção em três níveis: o poder de uma pessoa sobre a outra e/ou do grande sobre o pequeno”, em caso de crianças ou adolescentes, o uso delinqüente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que o indivíduo tem sobre o seu próprio corpo. Abuso contém ainda a noção de poder, de astúcia, de confiança. O perpetrador utiliza-se do poder, da relação de confiança e/ou força física, para colocar a criança ou o adolescente em situações para as quais não possui condições maturacionais biológicas e psicológicas de enfrentamento (FURNISS, 2002, FERREIRA & SCHRAMM, 2000, CAMINHA 1999, e FLORES 1994).

O abuso sexual também pode ser definido, de acordo com o contexto de ocorrência, em diferentes categorias. Fora do ambiente familiar, pode ocorrer em situações nas quais as crianças e ou adolescentes são envolvidas em pornografia e exploração sexual (AMAZARRAY & KOLLER, 1998).

Araújo, Martins & Santos (2004 p. 26) ressaltam que até mesmo mulheres adultas podem ser submetidas ao abuso sexual. Dizem essas autoras que “muitas mulheres se deixam “estuprar” por seus maridos e companheiros, em nome do “dever conjugal”, ou mesmo por medo da violência que podem sofrer diante da recusa”. Enfatizam ainda que a recusa da mulher em se submeter à vontade e ao desejo sexual do marido ou companheiro afeta profundamente seu sentimento de posse, podendo também despertar ciúme e sentimentos persecutórios de traição. O direito da mulher de ser sujeito de sua sexualidade, de recusar o ato sexual contra sua vontade, normalmente não é reconhecido pelos homens nem pelas próprias mulheres.

Uma das dificuldades encontradas quando se vai pesquisar em documentos originados pelo atendimento às vítimas é a confusão em torno da definição do abuso sexual, visto que a maioria das definições encontradas nos autos policiais foge do que se compreende por abuso sexual. Sabe-se, no entanto, que a crescente dificuldade está intimamente relacionada ao fato de que estão incluídos no termo abuso sexual a manipulação dos genitais, o incesto, o estupro, a sodomia, o

exibicionismo, a pedofilia e a exploração comercial na prostituição ou na produção de material pornográfico.

Outra questão que merece destaque também é que se espera sempre marcas visíveis do abuso sexual, e nem sempre o abuso sexual produz efeitos passíveis de observação. Gonçalves (2003) diz que a manipulação da genitália e o sexo oral são formas cujas manifestações quase sempre não deixam vestígios corporais, ou são mais sutis, mas estão entre as modalidades mais comuns de abuso sexual. Assim, ao contrário do que julga o senso comum, o abuso sexual é de difícil percepção, o que provavelmente contribui para que ele seja uma das formas menos denunciadas de violência. Outro fator que contribui para o baixo número de notificações sobre esse tipo de violência, é que ele ocorre com maior frequência no círculo familiar, e tem como autores os pais, responsáveis, irmãos ou parentes próximos da criança ou adolescente.

Furniss (2002 p. 301) diz que:

[...] quando tem lugar na família, o abuso sexual tende a ser repetitivo e a permanecer envolto em silêncio. Isso ocorre porque no círculo fechado da família, o agressor sexual seduz a criança ou a ameaça [...] ( p. 162)

Existem dois tipos de abuso sexual, o abuso incestuoso, também conhecido como intrafamiliar praticado por algum familiar ou conhecido da vítima, e o extrafamiliar, praticado por alguém desconhecido da vítima e que não tem com ela laços de consanguinidade e amizade.

O abuso sexual intrafamiliar tem sido visto como o tipo que é menos notificado, visto que conta com o silêncio da família que vê a denúncia do ato resultando na provável prisão do abusador, o que compromete o orçamento familiar, pois o abusador deixaria de manter a família, já que possivelmente perderia seu emprego. Gonçalves (2003 p. 162) chega a dizer que “o silêncio é uma marca do abuso sexual intrafamiliar, pois ele envolve mais diretamente a criança, e também outros membros da família. Mesmo quando é percebido e identificado, ele nem sempre é anunciado ou impedido”.

Já a denominação de abuso sexual extrafamiliar é utilizada para designar a violência sexual que ocorre fora do círculo familiar e em geral é o tipo de abuso sexual mais denunciado, principalmente porque as outras formas de abuso sexual

como o atentado violento ao pudor, atos libidinosos, sedução e assédio sexual nem sempre são percebidas pela sociedade como abuso sexual.

Cumprir mencionar que essa forma de violência tem despertado o interesse dos órgãos governamentais no sentido de viabilizar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar uma rede de atenção e proteção integral à mulher, criança e adolescentes expostos à situação de abuso sexual e situação de vulnerabilidade e também contribuir com a criação de estratégias e ao mesmo tempo fortalecer o sistema de garantias, de direitos e de proteção dessa população.

Como resultado da mobilização da sociedade brasileira, após a realização no âmbito internacional do compromisso político firmado em 1996 no primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças, em Estocolmo, em julho de 2000, foi elaborado no Brasil o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que se transformou num instrumento de defesa e garantia de direitos contendo seis eixos estratégicos: análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil.

A realidade da sociedade brasileira tem mostrado que, dentre as situações mais graves de exclusão, vulnerabilidade e risco social em que estão envolvidos crianças, adolescentes e mulheres, encontram-se as situações de exploração sexual comercial e de abuso sexual. No Brasil, a violência sexual contra crianças adolescentes e, também contra a mulher, constitui-se em um fenômeno complexo cuja compreensão requer a consideração do contexto histórico, econômico, cultural e político.

Convém ressaltar que enfrentar o problema da violência e exploração sexual requer focá-lo como um brutal desrespeito aos direitos humanos, além de refletir sobre ações no plano de produção material da sociedade e sobre as mudanças no modo de pensar e agir dessa sociedade.

Quanto a essa questão, o que se observa é que os avanços na legislação brasileira no que se refere ao sistema de garantias e defesa de direitos da criança e do adolescente, com destaque especial para o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069), são de uma abrangência, complexidade e qualidade que não têm sido plenamente identificadas nas práticas dos profissionais responsáveis por sua implantação.

Dentre as dificuldades que se interpõem na legitimação desses princípios verifica-se um *modus operandi* dos atores envolvidos, marcados por uma cultura que, em muitos aspectos, mantém princípios e representações que são contrários à cultura da proteção integral. Modos de pensar e práticas instituídas ao longo da nossa história não desaparecem apenas com as mudanças na legislação.

Cumprе mencionar, portanto, que o estupro e os demais crimes sexuais (juridicamente classificados de crimes contra os costumes) são classificados no Brasil como crimes de ação penal privada e somente podem ser investigados a partir do momento em que a vítima o denuncia, levando as autoridades competentes ao conhecimento dos fatos.

Deixa-se, portanto, a cargo da vítima a vontade ou não de que se investigue a violência. Entretanto, quando os crimes definidos no Título VI (Das Medidas de Segurança) do Código Penal ocorrem com o abuso do Pátrio Poder, ou seja, quando o autor é padrasto, tutor ou curador, a ação penal é pública (art. 225, II do Código Penal).

Considerando as dificuldades na conceituação dos crimes contra os costumes, o atual Código Penal Brasileiro, em seu capítulo I, referente aos crimes contra a liberdade sexual assim caracteriza esses crimes:

### **2.3.1 Estupro**

No Art. 213 do Código Penal Brasileiro, este tipo de violência é definido legalmente apenas pela penetração vaginal obtida pelo constrangimento mediante grave ameaça ou uso da força, excluindo-se todas as outras formas de penetração.

É importante ressaltar que menores de 18 anos e maiores de 14 anos de idade, podem ser vítimas de estupro e atentado violento ao pudor, como qualquer pessoa. Porém, a lei preocupa-se com a possibilidade de o adolescente ser enganado e levado a praticar atos sexuais, aproveitando-se de sua inexperiência, imaturidade e ingenuidade, o que permite verificar se a violência é presumida, com o conseqüente aumento da pena.

Desse modo, não pode ser utilizado para caracterizar meninos sexualmente vitimados. Tal fato leva conseqüentemente a caracterizar esse tipo de violência sexual como “atentado violento ao pudor”, tendo em vista que, para caracterizá-la

como estupro, é imprescindível a “cópula vagínica”, característica fundamental citada no Código Penal.

### **2.3.2 Atentado Violento ao Pudor**

O Art. 214. especifica: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. São considerados como atos libidinosos (desde que praticados com violência ou grave ameaça): passar as mãos nas pernas da vítima; passar as mãos nas nádegas da vítima; em suas coxas e seios; coito anal e sexo oral; contemplação lasciva. Quanto a esta última, há divergência jurisprudencial: a) há atentado violento ao pudor consumado, quando o agente corta as vestes íntimas da vítima, que dormia, para contemplá-la; b) para a configuração do crime não basta apenas contemplação lasciva sendo necessário o contato corporal.

### **2.3.3 Assédio Sexual**

O Art. 216 define o assédio sexual como constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego cargo ou função.

## **2.4 LEI DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

O problema da violência contra a mulher tem ao longo dos anos transcendido o espaço privado e invadido a ordem pública, que a reconheceu como problemática social que tem requerido do Governo Brasileiro soluções imediatas.

Muitas eram as mudanças no ordenamento jurídico que reclamavam uma posição do Governo Brasileiro. Desse modo, no final do ano de 2004, o poder executivo tomou a iniciativa legal de apresentar propostas, originadas em anos de discussão entre o governo brasileiro e grande número de representantes de mulheres vítimas de violência.

A primeira iniciativa contra a violência feminina se deu a partir da ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women-CEDAW*), ocorrida em fevereiro de 1984.

O reflexo dessa iniciativa é visto na Constituição de 1988, Artigo 5º, que reconhece a igualdade entre homens e mulheres, em particular na relação conjugal. A Constituição diz que “participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, para o bem-estar do mundo e para a causa da paz”.

A segunda iniciativa adotada pelo Brasil e que complementa a CEDAW, com vistas à solução do problema foi a ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, que foi adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, em 06 de junho de 1994, e ratificada pelo Governo Brasileiro em 27 de novembro de 1995, na qual reconhece que a violência contra a mulher constitui uma violação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais. Seu texto assegura que “a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres”.

Outro passo significativo dado pelo Brasil foi a ratificação feita em 2002 do protocolo da Convenção que trata da Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a mulher, que oferece a possibilidade de as denúncias individuais serem submetidas ao Comitê. Tal fato reforçou a sistemática de fiscalização e adoção de medidas contra Estados signatários desses acordos internacionais que sejam condescendentes com casos isolados de discriminação contra a mulher.

De acordo com Alves (2006), apesar de todo o comprometimento do País em adotar políticas públicas de combate à violência e à discriminação contra a mulher com a assinatura desses acordos internacionais, as propostas implementadas foram tímidas. Esse autor ressalta que mesmo a criação dos Juizados Especiais em 1995, essa medida foi insuficiente para a solução do problema, tendo servido apenas como porta de acesso ao Poder Judiciário para as mulheres vítimas de violência, sem que isso tenha contribuído para o aumento das denúncias. A partir da sua criação foram simplificados os procedimentos judiciais vigentes responsáveis pela

punição dos agressores que, no entanto, foram obrigados apenas a pagar uma cesta básica alimentar ou prestar serviços à comunidade.

Com a criação da lei de combate a violência doméstica e familiar que prevê a criação de juizado específico para violência doméstica e familiar para esse problema, o autor diz que ainda assim não será suficiente.

Desse modo, após mobilização intensa dos movimentos feministas, o Poder Legislativo alterou o Código Penal de 1940 com a edição da lei 10.886, de 17 de junho de 2004, que acrescenta parágrafos ao Art. 129 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". O dispositivo a que se refere, trata do crime de lesão corporal praticada "contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade", estipulando pena de detenção de seis meses a um ano. Também agrava a pena em um terço, quando a violência doméstica praticada for de natureza grave.

Essa lei foi sancionada pelo Presidente da República no dia 7 de agosto de 2006, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, alterando o Código de processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

É importante ressaltar que, na atualidade, existe na área jurídica uma grande discussão sobre o entendimento sobre desigualdade de gênero expresso na Lei 10.886; argumenta-se que ela se preocupa só com a violência feminina, deixando de lado a violência praticada por mulheres contra os homens, embora a própria Constituição estabeleça igualdade jurídica entre homens e mulheres. Paradoxalmente, ao invés de mostrar um avanço sócio-jurídico sobre a compreensão da violência de gênero, tal norma mostra que no país as relações sociais que foram construídas historicamente e são responsáveis pela construção de mitos sobre a fragilidade feminina ainda hoje permanecem, principalmente quando elegem somente a mulher como objeto de proteção.

Sabemos que, embora não haja muitas denúncias de homens vitimados pelas mulheres, isto não significa que esse tipo de violência não ocorra ou não possa ocorrer também em grande escala. Tal debate passa pelo tratamento desigual dado

por essa lei à violência contra a mulher fazendo uma distinção que a nosso ver fere os preceitos de igualdade Constitucional.

## 2.5 A VIOLÊNCIA SEXUAL EM MANAUS

Em Manaus, a violência sexual é considerada causa importante de morbidade, atingindo principalmente as mulheres jovens em idade reprodutiva<sup>8</sup>. É difícil, entretanto, estabelecer a prevalência da violência sexual porque os casos denunciados são apenas uma pequena proporção do total. Uma das causas que contribui para o baixo índice de denúncias é que a maioria das agressões ocorre em ambientes familiares ou são praticadas por pessoas conhecidas, onde existe um vínculo sentimental ou hierárquico entre os agressores e as vítimas. Outra causa é que, quando esse tipo de violência ocorre fora da família e por desconhecido da vítima, surge o medo de vingança, a sensação de culpa, o desconhecimento dos direitos e o descrédito na justiça.

Na cidade de Manaus, as ações para o combate à violência infelizmente ainda não são ações integradas da justiça, educação, ação social e saúde, juntamente com a sociedade civil. Os serviços oferecidos à sociedade manauara restringem-se principalmente ao atendimento de mulheres agredidas sexualmente, sejam crianças, adolescentes ou adultas, para atender a suas necessidades imediatas e protegê-las dos riscos de gravidez, de doenças sexualmente transmissíveis e das conseqüências psicológicas da violência.

Observamos, através da História, que o europeu, ao fixar-se na Amazônia, revelou formas diversas de comportamento violento contra a população local, empreendendo luta feroz para impor o modelo de trabalho escravo contra os moradores dessas terras, para escravizá-los ou transformá-los em mão-de-obra barata para extração das chamadas drogas do sertão: canela, cravo, salsaparrilha, raízes aromáticas, cacau e baunilha e, claro, tentar encontrar ouro. O cativo era permitido quando o índio fosse apesado em “guerra justa”<sup>9</sup> pelas tropas de resgate, isto é, nas lutas em que ele atacasse os colonos ou quando agarrado por uma tribo

---

<sup>8</sup> Ministério da Saúde. Normas sobre a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Brasília: Área Técnica Saúde da Mulher, Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas, Secretaria de Políticas de Saúde, Ministério da Saúde; 1999.

<sup>9</sup> Prática utilizada pelos portugueses na Amazônia colonial, como forma de adquirir braço escravo indígena para as lavouras das chamadas drogas do sertão.

inimiga e estivesse aguardando o momento de ser sacrificado. Nesse último caso, o sertanista resgatava-o. Os abusos dos sertanistas eram constantes, reduzindo à escravidão quantos indígenas encontrassem, estivessem ou não em situação de guerra justa.

Apesar de todas as controvérsias existentes na quantificação da população local, sabe-se que a população da Amazônia chegava a 6,8 milhões de índios. De acordo com o jesuíta João Daniel, em seu livro *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*, entre 1741 e 1757, os índios [...] eram tantos que pareciam enxames de mosquitos, as povoações eram sem número, as linguagens eram sem conto [...] (p. 111).

Apesar de a tentativa da dominação portuguesa na Amazônia ter sobrepujado quase que totalmente a cultura indígena local, muito dessa cultura ainda permanece até os nossos dias nos costumes das famílias locais, caracterizando de forma muito particular os grupos que na Amazônia se fixaram.

Com a criação da Capitania, que passou a se chamar Barcelos em 1758, ainda durante o período Pombalino na Amazônia, e ainda com a busca ilícita e incessante do braço indígena para extração das drogas do sertão, as vilas que se tornariam as futuras cidades da Amazônia, quase sem moradores brancos, arrastavam-se segundo REIS (1989):

[...] numa vida miserável. Com exceção de algumas poucas exportações de café, anil, cacau e tabaco para Belém, a produção agrícola nas três últimas décadas desse período conheceu pouco desenvolvimento, constava de anil, café, tabaco, algodão, cacau, arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar e maníba [...] (p. 124).

Desse modo, a população da capitania em 1775 era composta predominantemente de índios, alguns negros africanos, mamelucos e os portugueses que para essa região eram mandados para fixar fronteiras e para dominar, em nome de Portugal, as terras adquiridas através da posse da região.

Da diversidade étnica indígena e dos muitos outros grupos formados a partir da interação entre brancos, negros e índios, formava-se a sociedade local mesclada de costumes e tradições e, embora fosse predominantemente marcada pelo predomínio da cultura indígena, incorporou através do poder local a cultura do homem branco, o que de fato não foi muito diferente de outras povoações do resto do território brasileiro.

Já em 1808, a capital foi instalada no Lugar da Barra e ainda continuava na condição de subalterna ao Pará; a futura Manaus, saía segundo Reis (1989) “aos poucos da modéstia em que se escondia, com suas onze ruas, duas praças e cerca de duas dúzias de casas cobertas de palha “ (p. 152).

A condição de capital da Província em 1856 provocou um aumento populacional na cidade de Manaus, com a vinda de imigrantes de localidades do Brasil e do exterior, mas foi do Ceará o número mais significativo de pessoas. A imigração nordestina destinava-se principalmente a atender aos núcleos de colonização ligados à extração da borracha. Essas levas imigratórias de nordestinos para a Amazônia proporcionaram a essa região um apogeu denominado de “ciclo da borracha”, período de grande riqueza e importância para a cidade que comumente era chamada de Paris dos trópicos e, segundo Souza (1977 p. 103):

[...] a moderna mentalidade colonialista do imperialismo, livre do salvacionismo mercantilista, mas fincada nas raízes dominadoras da antiga sociedade extrativista portuguesa, afastou o Amazonas de sua própria identidade. A exploração dos seringais não deixava lugar para estilos tribais de vida, pois aos poucos os índios foram assimilando o modo de vida dos brancos. Intensificava-se também a junção do nordestino com o nativo, dando origem ao resultado do índio com o branco, o chamado caboclo do Amazonas [...]

Em 1967, foi implantada a Zona Franca de Manaus, através do decreto-lei 288/67 que visava criar no interior da Amazônia Ocidental um Centro de Negócios voltado para o comércio, indústria e agropecuária com uma área que corresponde à cidade de Manaus e seus arredores, chamada de área de livre comércio, de importações e de incentivos fiscais especiais. A partir disso, foi criado o Distrito Industrial de Manaus onde se concentram as principais indústrias de aparelhos eletroeletrônicos que abastecem o mercado interno do país. O comércio vigoroso oferecendo produtos importados de alta tecnologia e o crescente parque industrial atraiu pessoas tanto do Estado do Amazonas como de outras partes do Brasil.

Com a implantação do armazém alfandegário, Manaus tem-se transformado no maior entreposto aduaneiro da América Latina e em porta de saída de produtos de exportação para os mercados do Caribe e dos Estados Unidos.

Tal fato ocasionou um fluxo migratório pela procura de trabalho no comércio e nas fábricas e trouxe para Manaus indígenas e caboclos, que se deslocaram de suas cidades localizadas às margens dos rios, e, não estando qualificados para os

processos produtivos existentes na Zona Franca, que utilizam altas tecnologias, foram pouco a pouco se instalando com suas famílias na periferia da cidade, vivendo em espaços sem infra-estrutura suficiente para atender a suas necessidades básicas.

Como resultado do processo de ocupação da cidade de Manaus que remonta, como vimos, o período inicial de colonização/exploração dessa região, temos a formação bastante heterogênea da cultura local que comporta uma influência muito grande de diversas etnias, e ainda hoje, se configura de forma bastante peculiar se comparada com outras localidades do resto do país. É importante, também, lembrar que as mudanças trazidas pela globalização envolvem a interação entre fatores econômicos e culturais, criando rápidas mudanças sociais, sérios deslocamentos culturais, os quais conseqüentemente são responsáveis por sérios problemas sociais, entre eles o da violência sexual.

Em Manaus, segundo os dados da Delegacia Especializada em Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), verifica-se um crescente aumento da violência sexual, marcado diariamente com o registro de até quatro casos de abusos sexuais. Segundo o jornal local Diário Amazonense, desde o segundo semestre de 2005 a Delegacia Especializada em Assistência e proteção à Criança e ao Adolescente já recebeu cerca de 300 processos que, em relação ao segundo semestre de 2005, totaliza um aumento de 50% no número de denúncias sobre esse tipo de violência. Esse aumento da violência também foi sentido pelo Programa Sentinela que já em 2005 assinalava o registro de 650 casos de abuso sexual, sendo que a zona leste de Manaus foi a área onde foi registrado o maior número.

O que chama atenção e também sobressai em relação ao estupro é o atentado violento ao pudor que em 2000 totalizou 119 casos; em 2003 aumentou para 210 casos; em 2004 para 257 casos e, em 2005 totalizou 279 (Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas).

Ressaltamos também a possibilidade de que esses dados não reflitam a realidade da violência sexual na cidade, considerando que nem todos os casos são denunciados e que, quando o são, não compõem a categoria de crimes sexuais. É importante ressaltar a falta de integração dos dados dos programas de atendimento a vítimas com os dados da Secretária de Segurança Pública.

A cidade de Manaus conta com dois programas de apoio às vítimas de violência sexual: o programa Sentinela e o programa SAVAS. O programa Sentinela,

que funciona como um dos projetos que fazem parte do Centro de Referência de Combate à Violência Sexual criado pelo Governo do Estado através da Secretária Municipal da Infância e da Juventude, orientado pela Secretária de Ação Social do Governo Federal, que funciona como medida de redução dos danos decorrentes da violência sexual, e cuida de crianças e adolescentes que sofrem violência sexual. O Programa SAVAS (Serviço de Atendimento às Vítimas de Agressão Sexual), realizado por Membros da Confederação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, criada e orientada pelo Governo Federal, que funcionou inicialmente no Hospital Universitário Getúlio Vargas e funciona atualmente no Hospital Universitário Francisca Mendes.

Atualmente o fluxo migratório tem se intensificado com o aumento do desemprego no país, que provoca a vinda maciça de pessoas de outras partes do Brasil principalmente dos estados do Pará, do Maranhão e do Ceará que para Manaus se deslocam à procura de emprego no Distrito Industrial.

É importante também destacar que o aumento populacional de Manaus continua provocando sérias dificuldades para a cidade, visto que ela não possui infra-estrutura necessária e suficiente para o acolhimento desse contingente populacional que ao chegar passa a localizar-se principalmente na periferia.

Entendemos que a falta ou o funcionamento precário de serviços oferecidos à comunidade nos bairros periféricos, principalmente os da zona leste onde foram registrados os maiores índices de abuso sexual, associados ao funcionamento também precário dos serviços de polícia, como é o caso das delegacias, são fatores que contribuem para a violência instalada nesses bairros. O funcionamento ineficaz da polícia desenvolve no agressor e na vítima a sensação de impunidade. O juiz da Vara de Infância e Juventude justificou essa questão dizendo que “o problema está na falta de infra-estrutura das delegacias” (Jornal Diário do Amazonas de 26 de março de 2006). Segundo ele, é preciso apurar melhor os fatos para comprovar o crime, pois esse crime tem necessidade de prova material, visto que só pelo depoimento da vítima e da mãe não é possível comprovar a violência, e sem um laudo, prova concreta da existência do crime, não é possível proceder à prisão preventiva do acusado.

As pessoas vitimadas sexualmente são orientadas a procurarem os locais de atendimento às vítimas seja através do encaminhamento do Instituto Médico Legal,

ou dos Conselhos Tutelares, Delegacia da Infância e Juventude no caso de adolescentes e delegacia especializada no atendimento à mulher.

Esses dois programas de atendimento às vítimas de violência sexual foram criados para contribuir com a prevenção dessa ocorrência, impulsionados pelo crescente número de vítimas e conseqüentemente pela crescente demanda de acolhimento às vítimas pelo setor de saúde e entidades sociais.

Desse modo, a iniciativa de atendimento às vítimas de violência surge como uma tentativa de se fazer cumprir as determinações legais, pois:

[...] É dever do Estado e da Sociedade Civil delinear estratégias para terminar com a violência, e aos setores de saúde e demais instituições envolvidas no atendimento às vítimas, compete acolhê-las, buscando minimizar sua dor e evitar outros agravos [...] (TELES & MELO, 2002, p. 54).

É, portanto, a partir da fixação dessa norma técnica de orientação ao atendimento de mulheres vitimadas do Ministério da Saúde, de 1998, que foram criados os serviços de saúde para atendimento das mulheres vítimas de violência. De acordo com Teles e Melo (2002):

[...] prevê essa norma que o atendimento às mulheres deverá ser realizado, preferencialmente, fora do espaço físico do pronto socorro ou triagem, de modo a garantir às mulheres e adolescentes privacidade durante a consulta e o exame, estabelecendo um ambiente de confiança e respeito. Por outro lado deve-se tomar cuidado com situações que podem estigmatizar as mulheres vítimas de violência, como a identificação de setor ou salas destinadas ao atendimento exclusivo de mulheres vítimas de estupro. De acordo com essas normas orientadoras, o ideal é que o atendimento seja prestado por equipe multiprofissional, composta de médicos, psicólogos, enfermeiras e assistentes sociais, e que toda a equipe esteja sensibilizada para as questões da violência contra a mulher. Alguns cuidados são essenciais ao primeiro atendimento da mulher vítima de violência. A norma técnica recomenda os seguintes procedimentos: coleta de material (esperma, pêlos, etc.) para identificação do agressor, o qual deverá ficar à disposição da justiça; anticoncepção de emergência, que poderá ser ministrada até 72 horas após ocorrido o estupro; prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (inclusive a aids). Se ocorrer gravidez há a possibilidade do aborto legal, autorizado pelo Código Penal. Há ainda, uma preocupação da norma técnica com a dor que a mulher possa vir a sentir durante todo o procedimento de interrupção da gravidez, que deve ser controlada, para que não venha a sofrer ainda mais nesse momento tão delicado e difícil [...] p. 54.

Ressaltam Teles & Melo (2002) que esse atendimento é um direito da mulher vítima de violência e deve ser parte integrante das políticas públicas de saúde. Esclarecem as autoras que:

[...] o direito à saúde passou a ter status incondicional a partir da Constituição Federal de 1988 (foi caracterizado como direito fundamental de mulheres e homens) constando no rol dos direitos sociais (art. 6) e somente a partir de 1996 foi reconhecido como parte integrante dos direitos humanos, passando a ser objeto da Organização Mundial de Saúde (OMS) que o definiu em sua constituição como o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas como a ausência de doença ou outros agravos [...] (p. 54).

Em nossa Constituição, por força do seu reconhecimento como direito social fundamental, o direito à saúde é referido em diversos outros momentos como obrigação do Estado, o que reflete a preocupação da sociedade com a sua proteção. O Ministério da Saúde editou um manual em 1999 com normas técnicas de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. O documento alerta para seqüelas físicas e psicológicas produzidas pela violência sexual e informa que a “maioria dos serviços de saúde não está preparada para diagnosticar e tratar da violência sexual” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999).

Dessa forma, orienta esses serviços para que realizem o atendimento às vítimas de estupro “com presteza e rapidez”, de maneira a impedir maiores danos à saúde física e mental das mulheres. Estabelece normas para garantir a interrupção da gravidez resultante do estupro, além de exames laboratoriais para prevenir e tratar doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS. Recomenda ainda o registro de dados a respeito do estupro e demais formas de violência sexual, o que pode contribuir, sem nenhuma dúvida, para diagnósticos e ações eficazes de erradicação da violência contra a mulher.

Acreditamos que esse é um tema de cunho social extremamente importante e complexo e por isso merece ser discutido com profundidade nas duas mais violentas modalidades de abuso sexual: o abuso extrafamiliar configurado também em nossa pesquisa como “Estupro” e o abuso sexual intrafamiliar referido neste trabalho também como “Incesto”.

## CAPÍTULO III

### ABUSO SEXUAL EXTRAFAMILIAR

Sangue, desejo, poder e sexualidade são características marcantes do horror que se apresenta em forma de violência sexual. A violência sexual que se exerce sobre a criança, o/a adolescente e a mulher, mais do que qualquer outra, se impõe como grau máximo do mal (Vigarello, 1998). Dados não faltaram para que uma história de horror e medo sobre o estupro fosse escrita e para que também o status jurídico da violência sexual fosse mudado na França em apenas algumas décadas.

Vigarello (1998), ao falar sobre a história do estupro na França, ressalta a complexidade dessa forma aviltante de violência sexual:

[...] do emaranhado complexo entre o corpo, do olhar da vergonha inevitavelmente sentida pela vítima, da intimidade imposta e do aviltamento pelo contato e, sobretudo, da história de uma violência difusa que segue paralela à história da sensibilidade, que rejeita ou tolera o ato brutal e que a banaliza pesadamente a ponto de torná-la “tolerada” dada a raridade de queixas [...] (p. 8).

Sua pesquisa, que vai do século XVI ao XX, mostra uma transformação jurídica que corresponde também a um período da história marcado por uma mudança nas mentalidades. Nos primeiros séculos do período estudado, contavam mais os sinais físicos da violência, pois só eles é que poderiam tornar evidente o delito cometido e o dano causado. Só muito tempo depois, é que a justiça passa a avaliar o possível trauma sofrido pela mulher. Em suas palavras:

Uma história do estupro ilustra ao mesmo tempo o imperceptível nascimento de uma visão de sujeito e de sua intimidade. Ela mostra a antiga dificuldade de avaliar a autonomia da pessoa, a necessidade de se basear em indícios materiais para melhor atestá-la. Os juizes clássicos só acreditam na queixa de uma mulher se todos os sinais físicos, os objetos quebrados, os ferimentos visíveis, os testemunhos concordantes confirmam suas declarações. O não consentimento da mulher, as formas manifestas da sua vontade só existem em seus vestígios materiais e em seus indícios corporais [...] (VIGARELLO, 1998, p. 8-9).

Contida, na citação acima, está a constatação de que todo o aparato jurídico mudou com a cultura e foi se desenvolvendo progressivamente.

É importante lembrar que estupro significa ato de constranger alguém a ter relações sexuais, sem consentimento, mediante o uso da violência, física, psicológica ou de graves ameaças, podendo ocorrer tanto na esfera privada como nos espaços públicos, e ser praticada por pessoa conhecida ou não da vítima. O que para Ferrari (2001) se constitui em “ato invasivo, com uso da força e da coerção” (p.25). No entanto, para Chauí (2006) a violência é compreendida:

[...] como um processo pelo qual um indivíduo é transformado em coisa, como se fossem irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos, processo que está presente na assimetria das relações de gênero. Ou seja, é uma situação que implica uma coisificação das relações, em que o outro é considerado como coisa e não como sujeito [...] (p. 342).

Teles e Melo (2002) dizem que “ela pode ocorrer dentro de um contexto violento e não de paixão, ou com o objetivo de encontrar satisfação sexual” (p. 41). Ressaltam que o que determina o ato de estupro é a força e o ódio. O agressor “usa da sexualidade para manifestar sentimentos de poder e de vingança” (p.19). De acordo com essas autoras, o ato de estupro não passa de um ato pseudo-sexual, uma conduta sexual baseada na agressão, na violência e no amplo domínio da vítima.

O estupro, portanto, é uma forma de agressão sexual que deprecia a condição humana, pois ultraja um dos direitos humanos mais elementares, que é a integridade pessoal e o controle sobre o seu próprio corpo.

As dificuldades para o estudo do estupro como uma modalidade de abuso sexual, começam com questões metodológicas, que dificultam tanto a definição do termo quanto a sua prevalência (Ellis, 1989). No Brasil, costumamos defini-lo legalmente apenas pela penetração vaginal obtida pelo constrangimento mediante grave ameaça ou uso da força, excluindo-se todas as outras formas de penetração; já nos Estados Unidos a definição costuma ser muito mais abrangente, inclui o uso necessário da força física e considera que crianças e adolescentes estão abaixo da idade de dar seu consentimento, isto é, quando são jovens demais para consentir a relação sexual.

Outra questão que também alarga a definição tornando-a mais ampla e flexível é que a mesma não se prende ao fato da penetração ser apenas vaginal como aqui no Brasil, podendo também ser oral ou anal, inclusive em vítima de sexo masculino, caso que, quando acontece aqui no Brasil, chamamos de atentado violento ao pudor.

De modo geral, a definição de estupro nos Estados Unidos é a de agressão sexual que pode ou não estar vinculada à violência e à força, incluindo tanto a força física quanto a psicológica, onde a penetração pode ser por um corpo estranho que não seja só o pênis do agressor.

Desse modo, nos Estados Unidos da América, de modo geral a conceitualização mais comum é orientada segundo o *Rainn Statistics* (Rape, Abuse & Incest National Network, 2003): “Estupro é a relação sexual forçada, incluindo tanto a força física quanto psicológica”. Para o *Rainn Statistics*, a agressão sexual inclui ampla variedade de vitimizações, diferentes de estupro ou de tentativa de estupro. Esses crimes incluem agressões completadas ou tentativas de agressão envolvendo geralmente contato sexual não desejado entre vítima e agressor.

Na Inglaterra o estupro é conceituado como sendo a penetração forçada da vagina pelo pênis. Assim, a questão do consentimento torna-se sempre um fator polêmico nos casos de estupro, sendo difícil também nesse país determinar a real incidência desse crime porque a maioria dos casos também não é relatada à polícia.

No Brasil, somente uma pequena parcela da população vitimizada comparece às delegacias de polícia para prestar queixa do crime, devido a várias causas. Sentem vergonha, medo das ameaças que o abusador fez ao praticar a violência, medo da rejeição pelo parceiro, da discriminação pela família, pelos amigos e conhecidos e até pela possibilidade de o fato vir a ser divulgado pela imprensa, e muitas vezes de ir até a delegacia e ter que ser ouvida pelos funcionários que lá trabalham, e até mesmo pela descrença sobre a eficiência da justiça e da polícia.

No ano de 1978, segundo Vigarello (1998), a França adotou a partir de inúmeras discussões o sentido da palavra estupro com a devida jurisprudência e evidência tacitamente admitida pelo código de 1810, definindo de forma clara e concreta o crime para que não fosse ele desclassificado como delito. Daí a vontade de explicitar o artigo do código, e também a vontade mais profunda de fundir em um único crime, estupro e atentado violento ao pudor, para que não subsista nenhuma confusão.

Desse modo, o resultado final foi discutido no senado francês em 1978 e só foi aprovado em 1982. A partir disso fica clara a inclusão dos dois tipos de crime em uma só definição “Todo ato de penetração sexual, de qualquer natureza, imposto a terceiro com violência, coação ou surpresa, constitui um estupro”. Um único artigo no código penal o enuncia como crime passível de ter seu trâmite no tribunal criminal. Desse modo, homens e mulheres podem ser vítimas, ao passo que o estupro contra homens estava ligado anteriormente ao atentado ao pudor. A esposa também pode ser estuprada pelo marido, enquanto que, antes, o crime estava limitado, ao “coito ilícito” com uma mulher que sabidamente não consente a ele (VIGARELLO, 1988, p. 216-217).

A partir de 1992, o título do capítulo sobre as violências sexuais no novo código muda de nome. Não mais “atentados aos costumes” como estava no texto francês de 1810, mas “agressões sexuais”, não mais como alusão ao pudor, mas alusão exclusiva à violência.

Cumprido mencionar que tal fato, de acordo com Vigarello (1998, p. 219-218), sanciona as mudanças que dizem respeito às relações entre os homens e as mulheres, recusando qualquer alusão ao sexo, para melhor lembrar a igualdade. Daí a supressão de qualquer referência masculina ou feminina, de qualquer menção, mesmo subjacente, a alguma “virtude ultrajada”: designar não mais os sexos, mas as pessoas, reconhecer que o “pudor deixou de ser um imperativo categórico da feminilidade”; expressões imparciais, gerais, mencionando apenas a neutralidade, lembrando que a mulher se tornou definitivamente, como o homem, um indivíduo privado: a agressão atinge um sujeito cujo sexo não tem mais que ser explicitamente citado.

Tal fato mostra que, na sociedade francesa, a transformação jurídica respondeu passo a passo à mudança das mentalidades. Essa admissão de uma alteração conjunta e articulada entre a cultura e os códigos jurídicos, foi favorável ao entendimento da sociedade sobre a temática da violência sexual.

Quando a vítima é criança ou adolescente, Gonçalves (2003, p. 302) ressalta que:

[...] em culturas onde a punição física é rara, o abuso de crianças é também incomum; foi verificado ainda que a atitude geral da sociedade para com a criança tem relação com os índices verificáveis de violência. A partir dessa consideração, fundada especialmente na Antropologia,

diferenças culturais passaram a ser tomadas em consideração no interior dos modelos teóricos de análise da violência contra a criança [...]

Quanto a uma definição que possa ser adotada em várias culturas, Korbin (1988) sustenta que, na prática, é impossível chegar a uma definição universal de abuso, pois, se a violência ocorre no interior da cultura, só deve ser definida com base em seus parâmetros específicos. Os estudos transculturais consideram que a definição do que é bom ou ruim para a criança depende basicamente dos padrões culturais nos quais a família e a criança estão inseridas.

Jewkes, Wood e Maforah (1998), em uma pesquisa no Centro para Pesquisa Epidemiológica da África do Sul, apresentada no Conselho de Pesquisa Médica, feita com mulheres adolescentes sobre violência sexual, mostra um claro exemplo de que os fatores culturais devam ser levados em consideração por serem determinantes na compreensão do que é e do que não é violência sexual. Essas pesquisadoras verificaram, ao entrevistar mulheres sexualmente vitimadas, que elas diziam que os homens as tinham forçado a amá-los.

Ressaltam que os homens apresentavam práticas coercitivas para dominar as suas parceiras, com condições de tempo de sexo e de tipo de relacionamento sexual definidos por eles. As suas parceiras não os denunciavam e nem se distanciavam da relação porque não entendiam esse ato como violência sexual. Tal prática revelou, para as pesquisadoras, que a sociedade na qual essas garotas estão inseridas determinou esse tipo de comportamento de submissão, e que também se perpetuava através do reforço dessas experiências pelas outras colegas da mesma idade, que entendiam que o silêncio e a submissão eram as respostas apropriadas nessa cultura.

A esse respeito Gonçalves (2003, p. 88) nos alerta para as implicações de se estudar o abuso sexual em outras culturas, tomando como referência paradigmas que são diversos ao da cultura estudada, pois segundo ela, o patriarcado e noções como autoridade, infância, sexualidade e desenvolvimento, envolvidos na temática do abuso sexual, possuem raízes históricas e sociais que não podem ser desconsideradas no estudo deste tema.

Gonçalves (2003) diz que a primeira implicação “é que se deve abrir mão de definições universais do abuso, visto que um ato só se torna abusivo e só traz prejuízos para a criança ou adolescente, se a cultura específica lhe confere

significação negativa”. Assim, qualquer definição universal deve antes se submeter ao crivo particular do grupo social em estudo. Desse modo, para ela, o comportamento abusivo é definido pela sociedade e varia tanto no espaço geográfico quanto na dimensão temporal.

Consoante isso Korbin (1988) enfatiza que os valores universais propostos na legislação internacional não são diretamente aplicáveis às realidades locais. Para ele, seria mais coerente adotar concepções consoantes aos locais de violência, e assim fazer com que essas definições orientem a ação que visa monitorar a violência.

Souza (2005) ressalta que é importante reconhecer que não possuímos consenso sobre o que é violência, pois para esse autor essa dificuldade ocorre porque a violência está fundada na cultura e constantemente sofre transformações. Para ele o processo dinâmico de mudança cultural leva alguns autores a adotar o relativismo cultural para entender a violência que se manifesta no cotidiano e que é considerada “exótica” porque revela aspectos culturais diferentes. De acordo com ele, devemos ter cuidado porque uma posição reducionista e enganosa pode proporcionar interpretações desastrosas que legitimam e obscurecem práticas culturais excêntricas que violam a integridade pessoal.

Souza (2005) defende a idéia de que é necessário transcender as culturas, adotando uma posição universalista que tenha como premissa básica os direitos humanos, ou seja, uma posição que coloque os “direitos relacionados à liberdade, à integridade e ao acesso aos bens culturais, tangíveis e simbólicos, acima das práticas culturais” (p. 137). Ressalta que embora os estudos culturais sejam muito importantes por permitir dar visibilidade às práticas de diferentes culturas, não esgotam a análise, sob pena de que essas práticas que violam a integridade individual sejam legitimadas apenas porque são práticas culturais.

Acreditamos que é preciso muita cautela quanto às definições sobre o abuso sexual, visto que, também deixar de considerar definições universais de abuso sexual para se adotar concepções locais, é, sem dúvida alguma, deixar de considerar que direitos humanos amplamente defendidos e adotados em todas as sociedades humanas sejam respeitados, deixando, sobretudo de considerar que a liberdade é o elemento fundamental dos direitos humanos. Eles englobam o direito a uma sexualidade prazerosa, que é essencial em si mesma e, ao mesmo tempo, um

veículo fundamental de comunicação e amor entre as pessoas e, sobretudo, porque os direitos sexuais incluem o direito à liberdade.

Entretanto, diferentemente de outras sociedades que, desde o final do século passado já se preocupavam organizadamente com a situação da criança e do adolescente, estes só recentemente, tiveram para si uma proteção legal, no Brasil.

Nesse sentido, a questão do abuso e da exploração sexual desse segmento populacional se inscreve no âmbito dessas preocupações, especialmente no que diz respeito à garantia de que os direitos sexuais das crianças e dos adolescentes sejam respeitados. Enfrentar a violência sexual pressupõe a garantia dos direitos sexuais da criança e do adolescente. Direitos sexuais são elementos fundamentais dos direitos humanos.

Dessa forma, no Brasil defende-se que crianças e adolescentes possuem direitos de serem protegidos integralmente na condição de pessoas em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se implementam mecanismos de reforço da lei para responsabilização de todos aqueles que desrespeitarem esses direitos. Essa realidade jurídico-política passou a ser reconhecida com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança pela ONU em 1989.

Fagundes (2003) assevera que esses acontecimentos históricos são, portanto, os fatores desencadeadores da nova discussão sobre o abuso sexual, ressaltando que existem várias perspectivas possíveis para se conceituar o abuso sexual. Segundo ele:

[...] se inscrevem no âmbito das formas violentas de se relacionar entre as pessoas e pode-se defini-lo à luz da legislação em vigor, dos conhecimentos científicos acumulados sobre processos de desenvolvimento e, evolução psíquica, física, intelectual e emocional do ser humano bem como, sob o ponto de vista da análise da sociedade em que a vítima e o abusador estão inseridos [...] p. 4.

Enfatiza que a legislação de um país pode “revelar” o “espírito” de seu povo através do entendimento do espírito da lei, e da leitura de suas linhas e entrelinhas. Pode-se, também, interpretá-las para se buscar conhecer a ideologia, os valores e a vontade política de como se ordenar as relações sociais e o bem comum.

Segundo ele, no caso da legislação brasileira, em relação ao abuso sexual:

[...] a interpretação do que é abuso, é um procedimento subjetivo e inacurado, na medida das vezes, isso porque os crimes sexuais são formulados pelo Código Penal como se fossem crimes contra os costumes e a moralidade pública. A mulher teria que ser “honesta” para ser reconhecida como tendo direito à proteção da lei. E a sua virgindade seria a prova de sua ingenuidade e falta de conhecimento sobre sexo e sexualidade. Ademais, a legislação brasileira, diferentemente de várias outras que se conhece, os direitos civis de cidadania, se baseia no princípio de que a vítima é que tem que provar que é inocente. Mesmo em caso de violências explícitas aquela pode ser tratada de forma relativa, levando em conta interpretações moralistas baseadas em concepções machistas e patriarcais sobre o papel da mulher na sociedade [...] (p. 5)

O Código Penal é uma lei federal cuja parte que define os crimes e suas penas é de 1940, portanto, reflete o pensamento patriarcal e sexista reinante naquela época, o que se faz sentir principalmente no que diz respeito à violência sexual. O fato de “esses crimes serem tratados como crimes contra os costumes vem sendo há muito tempo questionado tendo em vista que esse tipo de violência é dirigido contra a pessoa e não contra a sociedade” (TELES & MELO, 2002, p. 81).

Segundo essas autoras, “o governo brasileiro tem instituído comissões de juristas para a reforma do código, e foi elaborado um anteprojeto de reforma da parte especial do Código Penal, porém ainda não houve o encaminhamento desse trabalho ao Congresso Nacional” (p. 81). Assim sendo, permanecem, ainda, no Código Penal brasileiro vigente, dispositivos que reproduzem a discriminação e o preconceito contra a mulher, contrários ao texto constitucional e aos tratados internacionais de direitos humanos dos quais, o Brasil é signatário.

Dessa forma, a parte Geral do Código Penal, o art. 107, VII e VIII, estabelecia que, nos crimes contra os costumes (violência sexual), extinguiu-se a punibilidade se houvesse o casamento do agente com a vítima ou o casamento da vítima com terceiro, se cometidos sem violência real ou grave ameaça e desde que a ofendida não requizesse o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 (sessenta dias) a contar da celebração do casamento (Teles & Melo, 2002). Ou seja, como o Código Penal concebia os crimes de violência sexual como crimes contra os costumes, o casamento da vítima apagaria a vergonha do ocorrido, permitindo que sua reputação se restabelecesse por meio do matrimônio.

Tais normas, revogadas pela Lei 11.106 de 28/03/2005, Art. 107, VII e VIII, não estavam baseadas nos princípios da igualdade e no respeito à dignidade da mulher como pessoa, mas na honra da família patriarcal. Os crimes sexuais atingem

a integridade, física, psíquica e moral da vítima, e o casamento desta com terceiro ou com seu agressor não repara o dano sofrido. Teles & Melo (2002) dizem que:

[...] os artigos agrupados sob o título *Dos crimes contra os costumes*, na parte Especial do Código Penal, em última análise trata da liberdade sexual das mulheres, da possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma livre e segura, sem imposições e violência de forma alguma. Entretanto se observava nos dispositivos penais, discriminação contra a mulher qualificada como vulnerável, frágil e inocente, em diversos momentos [...] (p. 82).

Nesses crimes, a ação penal depende da vontade da vítima para ser iniciada. São crimes que dependem de uma queixa-crime. Isso quer dizer que a vítima deve ir até a delegacia fazer a denúncia e o boletim de ocorrência (BO). Caso haja violência real (violência física) é o Ministério Público que inicia a ação penal, e, quando não houver esse condicionante, é preciso procurar um advogado para encaminhar a queixa-crime ao juiz. Se isso não for feito no prazo de seis meses a contar do dia em que se souber quem é o autor do crime, o agressor não poderá mais ser processado. Caso a pessoa não tenha condições financeiras de contratar um advogado, é o Ministério Público quem inicia a ação penal.

Com vistas a possibilitar a simplificação de procedimentos judiciais altamente burocratizados, a despenalização de algumas condutas, já que a transação penal era expressamente mencionada, e a ampliação do acesso à justiça por grupos que até então resolviam seus conflitos à margem do sistema, foram criados os Juizados Especiais.

Desse modo, foram criados esses Juizados Especiais na intenção de uma forma de justiça mais rápida e efetiva movida por ecos de sistemas penais como os da Itália, Alemanha e Portugal, que já atuavam com formas legislativas desburocratizadoras. Assim, a Constituição Federal de 1988, através de seu artigo 98.I, ao tratar do Poder Judiciário, previu que a União, o Distrito Federal, os Territórios e o Estado regulamentassem a formação desses Juizados Especiais.

Esses Juizados, criados após a promulgação da lei federal 9.099 de 26 de setembro de 1995, foram recebidos pela comunidade jurídica como símbolos de uma revolução judicial que estava em marcha, e que possibilitaria maior acesso à justiça para a resolução dos conflitos de natureza penal. O crime tinha que ser de baixo

potencial ofensivo, fato que acabou inicialmente sendo definido, pela pena máxima de um ano e ampliada posteriormente para dois anos.

De acordo com Teles e Melo (2002), embora para alguns juristas isso representasse avanço no sistema penal, com relação à violência contra a mulher somente dois pontos apresentam ser da maior importância:

[...] a maior participação da vítima no sistema criminal e a possibilidade de imposição de penas alternativas. Essa situação, contudo, torna-se dramática quando se trata da violência doméstica, pois sabemos que é uma situação que costuma se repetir e na qual vítima e agressor dividem o mesmo espaço físico. Nesse caso, a percepção do agressor ao sair do Juizado é que o espancamento é permitido: basta que ele pague o preço. Mais uma vez os princípios orientadores da lei distanciam-se de sua aplicação prática e acaba importando aos juizados resolver o processo, e não o conflito. A vítima, que deveria encontrar maior satisfação e respaldo nesse sistema, sai absolutamente frustrada com a forma trivial e banal de tratamento de seu conflito, de sua agressão. Para ela, não se fez justiça. Para ela, a justiça foi negada, quando procurou o Estado, para punir seu agressor [...] (p. 162)

Apesar de concordarmos com a autora em alguns aspectos, notadamente na simplicidade com que se tratam os casos de violência doméstica, observamos a situação sob um prisma mais amplo. A quantidade de ações que tramitam nos juizados especiais tem sido crescente a cada ano, isso é justificável também pela alteração feita na legislação federal que estendeu o conceito de infração de menor potencial ofensivo.

Desse modo, sendo tais infrações aquelas que tenham a pena máxima de dois anos, os crimes e contravenções afeitos à violência doméstica que tramitam de uma forma mais rápida na justiça, o que há muitos anos era impensável, têm aumentado. A velocidade nas decisões, a possibilidade da reparação do dano, incluindo-se o moral, são apenas alguns aspectos que agora, em tempo razoável, podem ser apresentados e defendidos na justiça.

A autora critica o aspecto capitalista que foi dado à lei, já que pode o infrator não ir para a cadeia desde que pague o preço fixado. Ela esquece que o juiz é aquele que fixa o valor, e que esse valor pode tanto ser uma quantia razoável, para que o criminoso sinta no bolso as conseqüências dos seus atos, quanto não ter como fugir, já que, não pagando a multa estipulada, poderá sofrer a pena de

encarceramento, obrigatória ao seu crime, cuja ação estaria tramitando na justiça comum.

Apesar de todos esses avanços, o fato concreto é que a violência está muito banalizada em nossa sociedade, de forma que isso também se reflete nas ações do Estado seja sob os aspectos jurídicos e sociais, e até mesmo da saúde pública.

Em se tratando de crianças e adolescentes vitimados sexualmente, o Estado tem compreendido que juridicamente tem de se fazer uma política de forma a assegurar um desenvolvimento sadio, garantindo e dando a proteção necessária. Dessa forma, torna-se necessário entendermos o que acontece quando a vítima do abuso sexual é criança ou adolescente.

### **3.1 QUANDO A VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL É UMA CRIANÇA OU ADOLESCENTE**

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos da Criança, proclamada pela assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959, garantindo a todas as crianças, sem exceção, os direitos à proteção e ao desenvolvimento, considerando sua primazia frente a qualquer outro bem ou interesse juridicamente amparado.

Com a promulgação do Código de Menores em 1979, que revogou todos os estatutos até então existentes, passamos a ter uma única orientação a regular a matéria que dita as regras de proteção e assistência aos brasileiros menores de 18 anos.

A questão da violência de natureza sexual contra crianças e adolescentes passou a ser contemplada mais adequadamente na legislação brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 e, em particular, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Isso se deveu a uma mudança doutrinária no chamado Direito do Menor: *a doutrina da situação irregular*, fundamento do Código de menores de 1979, foi substituída por uma doutrina muito mais avançada: *a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente*. No antigo código de menores, a criança ou o adolescente vitimado sexualmente teria sua situação ligada ao Artigo III que define essa situação como: *em perigo moral devido*. O Estatuto da Criança e do adolescente em seu Art. 3º estabelece:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade [...] (ECA, p. 10).

Com a mudança, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 refere-se ao invés de proteção a um só segmento da infância e da juventude, proteção ampla a todos, crianças e adolescentes sem discriminação, estejam ou não em condição de risco. Ao invés de proteção apenas quando há direitos violados, proteção integral completa, reconhecendo que a infância tem direitos outros que devem ser promovidos (vida, saúde, educação) e defendidos quando violados. Quanto a essa questão assim coloca o ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária [...] (p. 10).

Quanto à aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente para assegurar o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente frente à violência sexual, uma questão que também causa variados tipos de compreensão diz respeito à questão do atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. A condição de extrema vulnerabilidade das crianças e adolescentes que vivem a violência, principalmente intrafamiliar, coloca inúmeras questões, tanto para os profissionais que fazem seu atendimento quanto para a sua família. Desse modo, segundo Hazeu (2004):

[...] a criança e o adolescente vítimas de violência sexual precisam de atenção especial. Ao recebermos uma denúncia precisamos, imediatamente, verificar se a vítima tem necessidades emergenciais, como tratamento médico e afastamento do agressor. Em seguida, inicia-se o atendimento às necessidades da vítima, de sua família e comunidade, e até o agressor [...] (p. 102).

Ressalta esse autor que o atendimento tem quatro momentos: a denúncia, a recepção da denúncia, a intervenção e o atendimento articulado de vários

profissionais. Diz que é preciso identificar imprescindivelmente os sujeitos que serão alvos da intervenção, que são preferencialmente a vítima, a família e o agressor. Muitas intervenções optam pelo afastamento da vítima ou do agressor, orientadas pelo artigo 130 do Estatuto da Criança ou Adolescente que sugere que isso pode ocorrer, seja temporariamente ou como solução imediata e definitiva, o que na prática acaba se tornando muito comum.

O abrigamento de uma criança ou adolescente após sua retirada da família e, em muitos casos, também a retirada de outros grupos de convivência como a comunidade ou a escola, é uma decisão que, embora seja do Poder Judiciário, implica muitas problematizações.

Segundo Fromer (2002), um primeiro aspecto importante refere-se à resistência ao abrigamento, (dificuldades em considerar seriamente a possibilidade de abrigamento), resistência que segundo ela funda-se, com frequência, no mito de que “a família é sempre o melhor lugar para a criança ou o adolescente ficar” (p. 312). Para ela, a intensidade dos prejuízos de muitas crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar acaba demonstrando que isto é, de fato, um mito. Ressalta sua possibilidade dizendo que:

[...] os dados de pesquisa e os serviços de atendimento sinalizam para a existência deste fenômeno como transversal em nossa sociedade e em muitos países do mundo; portanto, o abrigamento deve ser uma possibilidade, um direito para todas as crianças e adolescentes que dele necessitam, independentemente de sua origem socioeconômica [...] (p. 311-312).

Fromer (2002) adverte que é necessário superar a idéia de que o abrigo, como alternativa de encaminhamento, é só para crianças e adolescentes pobres. Enfatiza essa autora que:

[...] a condição de pobreza exacerba as condições de vulnerabilidade pela associação de vários fatores de risco e o abrigamento pode surgir como uma primeira alternativa equivocada em razão do impacto da pobreza, e não da situação de violência. Nestas circunstâncias, ocorre que a preferência pela casa de abrigamento contraria o que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, que regulamenta que as condições socioeconômicas desfavoráveis não podem determinar a retirada da criança de sua família [...] (p. 312).

Fromer (2002) também nos alerta, dizendo que:

[...] a família com condição econômica favorável pode ser aparentemente beneficiada por inúmeros mecanismos encobridores desse fenômeno, e a alternativa de retirada da criança ou do adolescente é dificilmente considerada, em especial quando se trata da violência sexual, porque seus indícios são menos objetivos e podem ser também de difícil caracterização, ou seja, nem sempre têm a comprovação da violência sexual exposta ou do hímen rompido. Se expressa na melancolia, na drogadição do adolescente, enfim, considerados pela autora como indicadores de adoecimento [...] (p. 312).

Para Fromer (2002), outro aspecto que causa polêmica no contexto da separação da família é a separação da mãe, figura quase sempre mais permanente no universo da criança. Assim, embora a autora entenda a retirada da criança da família como uma intervenção radical, diz que isso funciona como uma “interdição que, como tal, pode se caracterizar como medida de tratamento da família (pois inclui o agente da agressão) e como medidas protetoras que podem se caracterizar para determinadas crianças ou adolescentes já como terapêuticas, ou seja, reparadoras” (p. 313).

Portanto, mesmo que a criança seja retirada da família, é necessário que ela continue como objeto de investimento e seja tratada por equipe multidisciplinar como forma de assegurar que o impacto dessa experiência seja amenizado.

## CAPITULO IV

### ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

#### 4.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A história social que marca os quinhentos anos do Brasil não traz uma tradição de glórias em relação às idéias e práticas no que diz respeito à atenção às crianças e aos adolescentes vitimados dentro da família. A essa forma de violência que ocorre com pessoas ligadas por vínculos de parentesco ou de afetividade associados ao espaço doméstico chamamos de violência doméstica ou violência intrafamiliar. Ela ocorre silenciosamente dentro das famílias e na sociedade, como se fosse um fenômeno banal e é potencializadora da violência social em geral. A ambivalência de vínculos entre vítimas e agressores, a legitimação no cotidiano e o segredo, entre outros, trazem sérias conseqüências aos sujeitos nelas envolvidos e à sociedade.

Como a família geralmente é o primeiro núcleo<sup>10</sup> de formação onde a criança efetiva seus laços de parentesco com seus membros, a sociedade não legitima a atividade sexual entre seus componentes, exceto entre os indivíduos que iniciam a aliança matrimonial.

A sexualidade, a reprodução e a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas e mudam de acordo com as transformações sociais. Na família não há completa harmonia e unidade interna. Para Laraia (1992, p. 70), “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”. Assim, embora a civilização tenha procurado redefinir e reescrever o que considera família, em função de sua evolução e do florescimento de novos valores, a história tem mostrado que a família segundo Bruschini (2000, p. 77),

---

<sup>10</sup> Entende-se por núcleo familiar o conjunto de todas as pessoas que, por consangüinidade ou afinidade, mantêm contato freqüente com a criança ou adolescente vítima, possibilitando-lhe, à sua maneira, cuidados, proteção e orientação.

[...] é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um organismo vivo, contraditório e, cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade [...]

A família, segundo Dessen e Biasoli-Alves (2001), está presente em todas as sociedades, embora com diferentes estruturas e modelos, de acordo com suas formas históricas. Essas autoras apresentam algumas definições de família:

a) As tradicionais baseadas na perspectiva biológica, de ligações consangüíneas;

b) As da abordagem sociológica moderna que a colocam em termos de diferentes formas, percebidas com base nos sentimentos pessoais dos seus participantes; [melhorar a descrição, pois não contém elementos que as diferenciam do tipo c)]

c) e a ecopsicológica que leva em consideração uma diversidade de variáveis que, de uma maneira ou de outra, contribuem para formas concretas de uma família especial.

Ressaltam que, de acordo com a literatura, é possível pensar a existência de uma grande variedade de tipos de família dentro de uma mesma cultura. É importante ressaltar que, embora para o senso comum a representação da família seja sempre percebida como igual, ela não é idêntica. As variações possíveis exigem a qualificação, ou seja, de que família, de que país, de que estrato social e de que momento histórico estamos falando. Também Bruschini (2000, p. 54) chama a atenção para isso dizendo que “é sempre bom ter em conta que o que se entende por família pode variar conforme a dimensão enfatizada”.

No caso da família brasileira, segundo Ferrari e Kaloustian (1998, p. 11), em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, é ela a responsável pelos aportes afetivos e materiais de seus membros:

[...] é consenso que a mesma permanece como espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. Ressaltam que a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. Propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus

componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, pois é também em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade e são observados os valores culturais [...] (p.11-12)

A família, além de suas nobres funções, principalmente sua função socializadora, segundo Dessen & Biasoli-Alves (2001) permanece, sem dúvida, inquestionável, pois é nela que a maioria das crianças vive a situação inicial de aprendizagem e é introduzida gradualmente na vida em grupo que, possibilitará à criança a internalização e a assimilação de regras e normas do contexto familiar, facilitando-lhe a inserção segura no meio social mais amplo.

Ela também tem sido identificada desde seus primórdios como um local privilegiado para a expressão da violência contra crianças uma vez que se estabeleceu como um lugar de dominância paternal ou maternal, profícuo para as manifestações de agressões físicas e sexuais. A sociedade ainda tem dificuldade em aceitar o fato de a família poder ser destrutiva, não configurando sempre um ambiente seguro.

A violência doméstica ou intrafamiliar é um problema que atinge milhares de crianças e adolescentes e não costuma obedecer a qualquer nível sociocultural específico, como se pode pensar. Seu estudo é importante e bastante relevante sob dois aspectos: primeiro, devido ao sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas que, muitas vezes, permanecem silenciosas; em segundo, porque comprovadamente, a violência doméstica, especificamente o abuso sexual, pode impedir um bom desenvolvimento psico-afetivo da vítima.

O Ministério da Saúde conceitua a violência familiar, como um fenômeno que está presente em todas as classes sociais. Vicente (1998) e Miller (2002) ressaltam que ela está diretamente relacionada com as posições de poder do adulto frente à criança. Sobre essa questão Azevedo e Guerra (2000 p. 50) dizem:

[...] que o adulto em geral, independente de seu sexo, detém poder sobre a criança. Quer se trate de pai ou mãe, de avó ou avô, e independente do grau de coerção de suas ordens e argumentos a criança submete-se aos desígnios dos adultos [...] (AZEVEDO E GUERRA, p. 50)

Esse modelo de relação, no qual predomina o poder do mais forte sobre o mais fraco e se encontra, segundo Ferrari & Vacina (2002), permeado pela relação

de dominação e submissão, está muito arraigado em nossa sociedade. De acordo com esses autores, criam-se estereótipos que tendem à reprodução e à falta de questionamento desse tipo de vínculo nas relações afetivas futuras. Isso pode ser visto claramente nas relações adulto-criança e homens-mulheres. Para Teixeira (2003).

[...] A violência sexual manifesta-se como fruto de relações de poder, produtos de relações sociais construídas de forma desigual. O poder do adulto (ou um não adulto, porém mais forte) sobre a criança e o adolescente, que se manifesta num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mais de sua pessoa enquanto outro. Este uso do poder exercido pela força é a antítese do exercício do poder legítimo, aquele que se afirma quando fundado na proteção e no respeito, cultivado em relações permeadas pelo diálogo e pelas trocas afetivas, consoante com o estado de direito [...] (p. 112)

Essa autora ressalta que a implementação do paradigma da proteção integral, o reconhecimento e estímulo à autonomia e ao protagonismo de nossas crianças e adolescentes apresentam-se portanto, como uma luta ideológica, cultural e simbólica contra aqueles valores antiéticos presentes em nossa sociedade. Segundo TEIXEIRA (2003):

[...] há que se enfrentar essa contradição social que mostra uma de suas facetas mais perversas na violência sexual, na imposição de uma relação de dominação e subjugação do adulto contra a criança ou o adolescente, que despreza e aniquila seu lugar de sujeito desejante e de direitos [...] (p. 113).

A violência familiar sempre afetou a saúde e a qualidade de vida de milhares de crianças e jovens no Brasil. Formas agressivas e cruéis de se relacionar são freqüentemente usadas por “pais e outros membros da família, como estratégias para educar e para corrigir erros de comportamento de crianças e adolescentes” (Gonçalves, 2004). Esse tipo de violência, praticada em diferentes classes sociais e também em várias sociedades, é difícil de ser percebida, visto que a família sempre foi vista como um espaço privado privilegiado de relações harmoniosas.

A história social da infância no Brasil revela que, desde o tempo do Brasil colonial, tanto as crianças como os adolescentes têm vivido situações de violência dentro da família. Essa situação vem se reproduzindo por séculos e tem influenciado o pátrio poder, cujas concepções socializadoras e educativas estão baseadas em

castigos físicos, com o uso excessivo da autoridade familiar (Gonçalves, 2003). A ideologia machista de gênero, que autoriza o poder de adultos sobre crianças e adolescentes tem autorizado historicamente os homens e os adultos a exercer poder sobre os mais jovens e as mulheres.

Ao longo das duas últimas décadas, a criança e o adolescente passaram a ocupar um lugar central na família, devendo receber afeto e ser cuidados pelos pais. Consideradas como objeto de preocupação para a ciência, as relações entre pais e filhos em algumas famílias podem ser categorizadas como violentas. Quem determina que comportamentos devem entrar nessa categoria são as normas socioculturais implementadas pela sociedade.

Pensando na temática da violência familiar, faz-se necessário olhar, primeiramente, para o que prega a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, que em seu preâmbulo diz: [...] a família é um grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem estar de todos os seus membros [...].

Refletindo sobre a família, com base nas prerrogativas da Convenção sobre os Direitos da Criança, é possível identificar que nem todas as famílias atuam de forma a defender e promover o sentido de autoconfiança da criança e do adolescente, pois, neste ponto, a família deveria ser a pedra basilar de qualquer estrutura psíquica, funcionando como grupo favorável ao crescimento e bem-estar de todos os seus membros. Funcionam, muitas vezes, de forma a desafiar nossa sensibilidade para entender seu funcionamento e identificar questões de forma a desestabilizar conhecimentos já acumulados.

Nesse sentido é que temos a necessidade de entender o funcionamento da família, para buscar formas de garantir e proteger os direitos sexuais da criança e do adolescente para que assim não sejam derrespeitados e violentados na sua condição de pessoas em desenvolvimento.

O ECA considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Em seu artigo quinto, diz que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e que será punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais. Na interpretação desta lei, levar-

se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Com esse Estatuto, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento, físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade.

Dentre as várias modalidades de violência que vitimam crianças e adolescentes, é a violência sexual intrafamiliar caracterizada também como abuso sexual incestuoso, a considerada mais nociva à saúde da criança e ao adolescente vitimado, por ser este tipo de violência, às vezes, de longa duração e difícil de ser denunciada.

## **4.2 INCESTO E CULTURA**

Durante muitos anos o incesto tem sido envolvido em mito, e tem ainda hoje sido tratado como uma experiência bizarra que traz para quem a sofre consequências negativas na saúde. O incesto tem sido proibido culturalmente como regra de evitação de práticas sexuais entre membros do grupo que possui uma relação parental ou de afetividade no qual lhe é proibido o matrimônio. Dessa forma, as definições compreendem o incesto ocorrido não somente entre pessoas ligadas por vínculos de parentesco, por exemplo, irmão e irmã, pai e filha, mas também por pessoas que acreditam tê-los. (BANCHS, 1994, p. 303).

Segundo Banchs (1994, p. 307), “a heterogeneidade do incesto reside, entre outros, no fato de que nem sempre uma relação incestuosa implica sujeição de uma pessoa a outra, ou seja, nem sempre o incesto é sinônimo de abuso sexual”. Ressalta a autora que, em alguns casos de incesto entre irmão e irmã de idades próximas, não se pode considerar que tenha havido abuso e que também não se deve excluir, das relações incestuosas, as que envolvem pessoas sem vínculo de sangue. Considera uma relação entre padrasto e enteada tão incestuosa como uma entre pai e filha, mesmo que não existam vínculos consangüíneos.

Outro fato importante ressaltado por Banchs (1994, p. 306) é que:

[...] as definições de incesto só se referem à relação sexual, ignorando todo tipo de contato sexual que não culmine na penetração. As definições que surgiram recentemente na literatura são, a nosso ver, mais adequadas. Mais psicológicas que biológicas, incluem qualquer tipo de contato sexual entre um adulto que desempenhe o papel de autoridade familiar a uma criança ou adolescente.

Banchs (1994) ressalta ainda que outra característica fundamental desta relação reside no fato de que ela é sempre mantida em segredo. Rangel (1998), acrescenta que somado ao segredo existe também o fato de a família sempre ser vista como algo sagrado, em que o bem estar dos filhos e a privacidade do lar não admitem interferências exógenas.

Embora tenham origens e finalidades diversas, as concepções do incesto como abuso e como tabu atualmente se relacionam, uma vez que se articulam em torno de um mesmo eixo, que é o de coibir as relações sexuais no interior da família, entre pais e filhos (RANGEL, 1998). Embora a grande maioria das sociedades use as concepções do incesto como tabu, muitas teorias sobre o mesmo tentam explicá-lo sem no entanto chegar a um consenso sobre sua normatização.

A Antropologia e a Psicanálise até o presente momento não obtiveram êxito em explicar o que levou os homens pré-históricos a abdicarem de relações sexuais com determinadas pessoas de seu grupo familiar, e tampouco explicar de forma incontestável as motivações normatizadoras do tabu do incesto. Trabalhos como de Freud e Lévi-Strauss têm posto luz a essa questão sem, contudo, conseguir explicar as razões deste tabu que se considera universal.

Sua complexidade parece estar relacionada à ambigüidade da condição humana biológica, social e psicológica. A teoria social do incesto considera que o tabu é idêntico às leis da exogamia, ou seja, que proíbem o casamento dentro do grupo familiar. Nesse sentido, a explicação antropológica de Lévi-Strauss (2003, p.50) expoente máximo dessa teoria, diz que a proibição do incesto é uma regra, portanto é produto da cultura. Assim, para ele, a proibição do incesto contém aspectos do ser humano como ser biológico (produto da natureza) e enquanto ser social (produto da cultura).

Lévi-Strauss (2003, p. 98) diz que o homem é ambíguo por ser produto da natureza e produto da cultura, o que justifica a ambigüidade em relação ao incesto, que, de um lado, pode ser desejado, portanto natural, e por outro, é proibido, portanto cultural, sendo que esta ambigüidade gera conflitos existenciais.

Bussab & Ribeiro (1998) chamam a atenção para a complexidade das relações entre natureza e cultura humana, ressaltando a necessidade de buscarmos entender isso tanto na determinação cultural quanto na biológica. Dizem esses autores que o aspecto cultural do homem deve ser entendido como biológico, pois “há mais do que um jogo de palavras na afirmação de que o homem é naturalmente cultural, ou ainda, de que a chave para a compreensão da natureza humana está na cultura e a chave para a compreensão da cultura está na natureza humana” (p. 182), ou seja, ressaltam que o homem ao se humanizar revelou uma aptidão natural para a cultura e também uma aptidão natural para desenvolver sua natureza humana.

Para Lévi-Strauss (2003) as explicações dadas sobre a origem da proibição do incesto como decorrente da necessidade de proteção da espécie dos resultados nefastos dos casamentos consangüíneos é insustentável. Para ele, a interdição do incesto é o processo através do qual natureza e cultura estão articuladas, possibilitando o nascimento de uma nova organização. Assim, a proibição do incesto passou a estabelecer entre as pessoas que o desejo tem que ser submetido ao social, prevalecendo nesta perspectiva a primazia do coletivo sobre o individual, do social sobre o natural, da lei sobre o arbitrário.

Desse modo, para a Antropologia, o casamento nas sociedades primitivas, contudo, não se originava da vontade dos indivíduos, mas da vontade dos grupos interessados. A união entre os sexos não era um assunto privado, mas decorria de alianças estabelecidas entre as famílias, obrigando-as, para se perpetuar, à criação de novas famílias. Nesse sentido, o conjunto de regras relativas ao relacionamento sexual, “o tabu do incesto” era, na verdade, uma maneira de garantir que as famílias não se fechassem em unidades auto-suficientes ou famílias biológicas.

Para Lévi-Strauss (2003) é através da compreensão da proibição do incesto que a família expressa a passagem do fato natural para o fato cultural não só através de parentesco, mas também da afinidade. Para ele, a família repousa sobre a união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, de uma mulher e de seus filhos, e se tornou um fenômeno universal presente em todos os tipos de sociedades. É então em função de unir um homem e uma mulher, isto é, um ser de sexo masculino e outro de sexo feminino, que a família é um fenômeno universal que supõe uma aliança de um lado (o casamento) e uma afiliação do outro (os filhos) e acrescenta a essa concepção naturalista da diferença dos sexos outra condição necessária que é a existência prévia, diz ele, de “duas outras famílias, uma

pronta a fornecer um homem, a outra, uma mulher, que por seu casamento farão nascer uma terceira e assim indefinidamente” (p. 50).

É Lévi-Straus (2003) quem nos assevera que o que diferencia realmente o homem do animal é que, na humanidade, uma família não seria capaz de existir sem sociedade, isto é, sem uma pluralidade de famílias prontas a reconhecer que existem outros laços afora os da consangüinidade, e que o processo natural da afiliação somente pode prosseguir através do processo social da aliança.

Esse processo de construção familiar passa a ser padronizado pela cultura, que viria a ser o ponto de referência do homem. Ainda em Lévi-Strauss, encontramos que a cultura regulamenta a proibição do incesto, que passa a ser padrão de comportamento de todas as sociedades, portanto comum a todos os indivíduos do grupo familiar. A cultura proíbe a relação sexual de um homem com certas categorias de mulheres, como a mãe, a filha e a irmã.

Segundo Cenevacci (1976, p. 63):

[...] a estrutura familiar é formada de: irmão, pai, filho, cunhado (tio materno), sobrinho (filho da irmã); o tio materno simboliza a figura central do doador de mulheres que faz com que a proibição do uso sexual da filha ou da irmã implica dá-las em casamento a outro homem, e isso possibilitará o direito sobre a filha ou irmã desse outro homem. Estabelece-se um sistema de troca baseado em reciprocidade e que, conseqüentemente, consolidou as origens das regras do casamento [...]

Várias teorias como a antropológica, a psicanalítica e a biológica têm sido utilizadas para explicar a finalidade da proibição do incesto. Estas podem ser divididas em biológicas, sociais e psicológicas. As teorias biológicas concebem o incesto como uma proteção natural contra os resultados do cruzamento endogâmico, dado que o cruzamento endogâmico realmente causa uma diminuição da variabilidade de genes e portanto oferece uma maior chance de expressão da recessividade.

É nesse sentido que Cohen (2000) enfatiza que, frente ao parentesco biológico, a proibição do incesto serviria apenas para evitar a possibilidade de homozigose de gene com efeito recessivo. Para esse autor psicanalista,

[...] é frente ao parentesco cultural que a proibição do incesto possui um efeito estruturante, pois permite um convívio familiar tornando possível ao filho diferenciar simbolicamente o pai, e que é a função de pai que permitirá

ao indivíduo sair do mundo de fantasias, onde tudo é possível, podendo entrar no mundo factual, onde existem limites e proibições [...] (p. 212)

O autor aduz que o sistema de parentesco é uma linguagem e também um fato social, e não é o fator biológico que o explica, sendo seu funcionamento regulado por uma estrutura invisível ou inconsciente. Enfatiza que, se a possibilidade de ocorrência de relações incestuosas fosse biologicamente negada, estas não precisariam ser proibidas por leis sociais, mostrando que a questão não passa pelos aspectos biológicos e sim aspectos sócio-culturais. Fundamentado em Freud, esse autor ressalta que:

[...] a proibição do incesto é estruturante para o sujeito e é assegurada pela finalização do complexo de Édipo, através da repressão dos desejos destrutivos com relação ao genitor do mesmo sexo e dos desejos sexualizados pelo genitor do sexo oposto. Ao reprimir esses desejos, o sujeito organiza sua vida afetiva e cognitiva, e sua maturidade está associada à entrada no mundo da cultura e a exogamia [...] (COHEN, 2000, p. 213).

O princípio básico da psicologia freudiana é o de que a estrutura da mente humana forma-se na infância, o que desempenhou papel revolucionário no campo científico. Freud mostrou que a mente não é algo previamente dado, mas sim uma estrutura construída na infância, através de um longo processo de formação da personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais, que ocorre dentro da estrutura familiar.

Já Areia (1980, p. 237), ao postular uma motivação biológica da proibição do incesto, diz que os estudos não podem, portanto, isolar-se de outras formas de comportamento cuja chave de explicação reside praticamente na significativa aproximação das espécies. Para ele, os numerosos autores que se debruçaram sobre este problema, têm partido do pressuposto de que tudo o que é cultural é particular, ao passo que todo o comportamento com a característica de universalidade seria por isso mesmo natural. Desse modo, diz que admitir uma norma universal implica, de algum modo, uma afirmação contraditória, fato que serviu de ponto de partida para seus postulados em defesa da predominância do fator biológico.

Areia (1980) propõe uma integração dos fatores cultural e biológico, dizendo que postular que um comportamento humano é biocultural teria sido a priori um

ponto de partida bem mais afirmativo com o que sabemos da espécie humana, para analisar qualquer forma concreta de comportamento e muito particularmente o relativo à proibição do incesto. Frente à insuficiência das diferentes teorias explicativas até agora ensaiadas pela reflexão antropológica, aventa que tanto os aspectos genéticos quanto culturais devem ser entendidos como diferentes níveis de integração.

Dessa forma entende que a explicação mais adequada se dá a partir do estudo de teorias explicativas que incluem o cruzamento consanguíneo, a perspectiva demográfica, a dinâmica da socialização, reciprocidade e aliança, e também um estudo sobre as insuficiências das explicações oferecidas por Lévi-Strauss, bem como a perspectiva biossocial com seus mecanismos endógenos de evitação e proibição do incesto. Desse modo, ressalta a necessidade de se entender o incesto, não somente a partir de uma teoria e sim levando-se em conta as muitas teorias explicativas sobre essa temática.

### **4.3 A FAMÍLIA INCESTUOSA**

A singularidade na organização de uma família é construída através da dinâmica de relacionamentos entre seus membros. Um dos desafios a ser enfrentado pelo casal é o relacionamento com os outros membros da família, que tanto pode ser harmonioso, com sentimentos amorosos e de proteção, quanto repleto de sentimento de exclusão, ciúmes, competição e violência.

Essa diversidade de sentimentos pode se intensificar quando algum membro da família mistura sentimentos e não consegue discriminar e adequar esses sentimentos às pessoas pertencentes à família, causando dificuldades a si mesmo e aos outros. A falta de fronteiras emocionais entre seus membros, não é favorável a individualidade, respeito e privacidade, não havendo espaço para diferenças e discordâncias em seu meio.

A relação sexual incestuosa é, portanto, “um sintoma de uma dinâmica familiar na qual, todos os indivíduos encontram-se envolvidos, e a compreensão do seu funcionamento deve levar em conta não só o abuso sexual praticado em seu interior, mas também toda a dinâmica afetiva da família”. (COHEN & GOBETTI, 2001, p. 5).

Costuma-se pensar as famílias onde isso ocorre como problemáticas, disfuncionais, ou até mesmo “caóticas”, no entanto, para Hermam (1992), não existem famílias desorganizadas. Esse autor ressalta que esse tipo de julgamento ocorre quando se tenta julgar a família pelo que ela apresenta como indicadores sociais de família que foram construídos culturalmente e são perseguidos por todos ainda na atualidade.

No caso da violência sexual incestuosa, a criança é sempre vítima mesmo quando induzida a aceitar práticas sexuais e até mesmo cooperar com elas. Para Teixeira (2003):

[...] o uso do poder exercido pela força, é a antítese do exercício do poder legítimo, aquele que se afirma quando fundado na proteção e no respeito, cultivado em relações permeadas pelo diálogo e pelas trocas afetivas, consoante com o estado de direito [...] (p. 13).

Em se tratando de violência, as relações intergeracionais evidenciam uma assimetria e apontam para a desigualdade entre as posições ocupadas pelas partes. Nesse sentido, Bustus (1992, p. 75), ao falar dos limites nos vínculos assimétricos e simétricos enfatiza a desigualdade que existe entre pais e filhos, dizendo:

[...] que na relação assimétrica a responsabilidade de cada um é quantitativa e qualitativamente diferente proporcional ao papel de cada participante no vínculo. Desse modo, na relação pai-filha, por exemplo, a filha necessita do pai em posição assimétrica, e caso esse último deposite na primeira uma responsabilidade que é dele, e não dela, está ultrapassando os limites cabíveis na relação, existindo portanto, violência [...]

Já Furniss (2002), ao referir-se aos vínculos geracionais familiares, ressalta que, quando os limites entre os relacionamentos familiares não são satisfatórios, somente algumas áreas do funcionamento familiar permanecem intactas:

[...] nas famílias nas quais ocorre abuso sexual da criança, as fronteiras entre as gerações foram rompidas em certas áreas do funcionamento familiar e permanecem intactas em outras. A inversão da hierarquia familiar, entre pais e filhos em algumas áreas, conduz a incongruências entre os diferentes níveis de funcionamento familiar, o que é desorientador e perturbador para a criança. No nível do cuidado prático, não parece haver diferença nos padrões da família com abuso sexual e as outras famílias. No nível sexual, a dependência estrutural da filha ou do filho, enquanto criança se opõe ao seu papel de parceiros pseudo-iguais no inadequado relacionamento sexual intergeracional com a pessoa que abusa [...] (p. 50).

O autor ressalta que, somados a esses fatores familiares, acrescentam-se os fatores individuais etiológicos que levam ao abuso sexual. Enfatiza que existe um processo subjacente central (nos termos do relacionamento), que cria um padrão familiar capaz de manter o abuso sexual da criança durante longo tempo. Para ele, isso se dá a partir de conflitos existentes na família no nível emocional e sexual, pois quando uma criança vem em busca de cuidado emocional, recebe uma resposta sexual, ficando, portanto, aprisionada no abuso sexual, com base nas ameaças paternas, sejam elas físicas ou emocionais, ou ambas. Sentimentos mútuos de culpa e medo da punição, impedem a revelação por parte de qualquer um deles, o que não permite à vítima, segundo Miller (2002), obter proteção e apoio de uma variedade de fontes (p.188).

Flores & Caminha (1994, p. 5) dizem que algumas características familiares são sugestivas de abuso intrafamiliar tais como:

[...] a) violência doméstica; pai e/ou mãe negligenciados em suas famílias de origem; b) pai autoritário demais ou excessivamente moralista; mãe demasiado passiva e ausente; c) famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta); d) pais que exigem determinado tipo de carícias dos filhos, violando a privacidade sexual; e) filhas desempenhando papel de mãe; filhas que apresentam comportamento auto-destrutivo; f) crianças isoladas e retraídas, com poucos amigos, ou crianças que apresentam comportamento sexual inadequado para sua etapa de desenvolvimento [...] (p. 5).

A dinâmica afetiva das famílias incestuosas “caracteriza-se por uma forte limitação de ambos os pais para dar e receber afeto: a família não é tão estável internamente como parece de fora. Os pais freqüentemente carecem de energia emocional para nutrir-se adequadamente um ao outro, quanto menos a seus filhos” (Courtois, 1988, p. 40).

Segundo Courtois (1988, p. 42), as famílias incestuosas se utilizam de algumas estratégias para manter a integridade e a homeostase da unidade familiar, são elas:

[...] 1. Negação coletiva e segredos compartilhados sobre uma variedade de problemas, não apenas sobre o incesto; 2. Duplicidade e falsidade entre os membros da família, que vão muito longe para se proteger, desenvolvendo mitos protetores e mecanismos de defesa; 3. Isolamento social, geralmente imposto pelos pais; 4. Habilidade do pai em manipular o contexto de uma situação e da realidade circundante; 5. Confusão de papéis

e limites difusos, tanto dentro quanto fora da família;6. Triangulação de uma criança no casal de pais, cujas relações sexuais, freqüentemente, se caracterizam pelo fracasso;7. Baixa auto-tolerância, para com as diferenças, quanto à norma familiar e ante a raiva e o conflito;8. Supermoralismo. Em algumas, a crença religiosa é bastante rígida e intolerante, sendo usada para encobrir transgressões [...]

Por outro lado, segundo Furniss, é a mãe que desenvolve um papel ambivalente na família que vive a violência sexual, acrescentando que “é o segredo que se estabelece que mantém essa família unida e muitas vezes prolonga a situação de abuso sexual” (2002 p. 51):

[...] o desenvolvimento da confiança e proximidade emocional entre mãe e filha fica bloqueado por sentimentos de rejeição ou culpa. Isso impede o claro reconhecimento do abuso sexual e faz com que a criança não receba ajuda da mãe como o progenitor que não abusa. O segredo se une a toda confusão de hierarquias nos diferentes níveis de cuidado prático, cuidado emocional e parceria sexual entre os pais, e entre cada progenitor e a criança. A confusão sistêmica de hierarquias nos diferentes níveis funcionais em um sistema de segredo une os membros da família em um sistema conivente, em que o abuso sexual pode continuar por muitos anos [...]

Com respeito a esses papéis desempenhados pelos pais, Furniss (2002) ressalta a mãe, e enfatiza seu papel como progenitor não-abusivo dizendo que:

[...] Nas famílias em que acontece abuso sexual da criança, as mães geralmente têm o papel do progenitor não-abusivo. Nesse papel, a função protetora é crucial no abuso sexual prolongado. Apesar da aparente dominância dos pais, as mães podem determinar a cultura familiar em termos da qualidade dos relacionamentos emocionais na família. Isso inclui a maneira como os assuntos sexuais e emocionais são falados na família. Em famílias rígidas e moralistas, as mães muitas vezes compensam uma atitude moralista ou punitiva em relação à sexualidade com um cuidado compulsivo. Em um nível prático, essas mães geralmente cuidam perfeitamente de seus filhos e parecem ser muito próximas e carinhosas. Em algumas áreas, elas são na verdade mães muito competentes e cuidadosas. O abuso sexual da criança também acontece em famílias com relacionamento mãe-filha próximo e protetor. Contudo, nesses casos, o abuso sexual não continuará através dos anos. Essas mães geralmente são mães que revelam, elas mesmas, o abuso. Elas captam os sinais de abuso sexual por parte das crianças, que falam a respeito e são acreditadas. Ou elas reconhecem mudanças no processo familiar, quando os maridos e filhos começam a se comportar de modo estranho. Quando detectam indicadores de abuso sexual ou descobrem, em flagrante, elas levam a sério o que viram e ouvirem e agem de acordo com isso. Elas geralmente tomam medidas para proteger a criança e induzem uma revelação [...] (p. 53).

Também Forward e Buck (1989, p. 55) dizem que a figura mais controversa no drama do incesto entre pai e filha é a mãe, mas não concordam com a afirmativa de alguns estudiosos de que todas as mães participam ou sabem do incesto quando ocorre. Acreditam esses autores que a atuação da mãe consciente ou inconscientemente, contribui para o incesto ao negligenciar seus maridos, ou ao incentivar suas filhas a assumirem o papel materno. A afirmação desses autores sobre o papel da mãe na dinâmica incestuosa se embasa em sua experiência clínica de atendimento às vítimas, que diziam que suas mães sabiam o que estava ocorrendo com elas, o que mais tarde era confirmado pelas mães. Para esses autores:

[...] há um amplo espectro de possibilidades em que pode se enquadrar o envolvimento inconsciente da cúmplice silenciosa; desde ignorar sinais de que o incesto está ocorrendo até promovê-lo de forma sutil. Mães desse tipo não percebem, mesmo depois que o incesto é revelado, que elas desempenham um papel nele, mas na verdade seu papel é muitas vezes central [...] (56).

Forward e Buck (1989) se referem a esse tipo de mãe como cúmplice silenciosa dizendo que a “cúmplice silenciosa” típica é incapaz de manter qualquer tipo de relação generosa e afetuosa com seu marido ou com sua filha. Esse abandono emocional da família muitas vezes faz com que o marido e a filha procurem refúgio emocional um junto ao outro. Com base em seus atendimentos clínicos ressaltam que:

[...] a cúmplice silenciosa muitas vezes se afasta da família numa tentativa de se livrar de suas obrigações emocionais. Quase sempre está decepcionada e aborrecida com o marido, e sente que o casamento é mais um hábito que qualquer outra coisa. Ela pode ficar deprimida ao perceber que já não é mais tão jovem e atraente como costumava ser, e pode invejar ou ficar ressentida com a juventude e a sexualidade nascente de sua filha. Seus sonhos de felicidade marital se dissolveram. O desencanto é seu companheiro constante. Já não encontra realização em casa, ela pode se voltar para outros campos, desenvolvendo novos interesses, como o trabalho voluntário, estudo, emprego, compromissos sociais, como uma forma de fuga. O desencanto generalizado da cúmplice silenciosa e o resultante abandono emocional de sua família é sutil, e não difere muito do desencanto generalizado que parece afligir muitas mulheres casadas hoje em dia. O que distingue é sua tendência a lidar com seus problemas transferindo-os para a filha. Inconscientemente ela abdica de seu papel materno, passando gradualmente para a filha os deveres que se tornaram desagradáveis, da manutenção da casa ao sexo com o marido. [...] (p. 56-57).

Desse modo, segundo esses autores, “a mãe envolvida de forma ativa no incesto pode participar dele em graus diversos: sua participação pode ir desde estímulos sutis até um envolvimento mais profundo na situação incestuosa. Ela não se limita a ter atitudes que propiciam o surgimento da situação, no mínimo, ela propicia o ato propriamente dito“ (p. 60).

Entendemos que os autores referidos, tendem a responsabilizar somente a mãe pelo abuso da filha, e deixam de ressaltar as responsabilidades incontestáveis dos agressores que, ao que parece, ficam impunes. Entendemos que a forma de pensar referida pelos autores, inconscientemente ou não, reforça e colabora para a manutenção da ideologia de gênero que coloca e mantém a mulher em estado constante de subordinação. Dessa forma, lembramos que o caráter extremamente patriarcal contido nas relações familiares, não são características exclusivas da família incestuosa.

Para Cohen (2000), a ocorrência do incesto está associada à ausência de uma estrutura familiar que limite a relação incestuosa e também à cumplicidade silenciosa, nem sempre consciente, dos outros membros da família.

Também Miller (2002, p. 185) ressalta que a organização familiar é estabelecida sobre um segredo que, às vezes, é conservado por várias gerações. Isso colabora para que o incesto seja um crime “perfeito”, visto que, além de a vítima ser a única testemunha, ela é silenciada pela ameaça dos envolvidos; enfatiza essa questão dizendo que:

[...] se o segredo do incesto for deixado fermentando dentro do indivíduo ferido, distorce sua experiência de vida e freqüentemente leva à angústia da doença emocional e à dor psíquica implacável, transformados em sintomas na forma de abuso de substâncias, transtornos alimentares, auto-mutilação e dificuldades de manutenção de relacionamentos [...] (p. 185).

Ainda com relação ao segredo, Miller (2002) diz que a revelação do segredo do incesto não é simples e nem sempre promove a cura. Para ele, “um dos problemas que afetam tanto as crianças quanto os adultos forçados à revelação do segredo do incesto é a ameaça ao relacionamento entre a vítima e o abusador, podendo levar à dissolução do casamento e, conseqüentemente da família” (p. 190). Consoante isso Nogueira e Sá (2004) dizem que tanto a criança quanto o adolescente mantêm o segredo das situações vividas, por temor de sofrer sanções e

castigos por ambos os genitores, ou seja, por sentir sobre seus ombros a responsabilidade de manter o equilíbrio e integridade da família.

A manutenção do segredo para Miller (2002) ocorre porque o perpetrador não apenas é uma poderosa figura provedora de cuidados no mundo da criança, mas, paradoxalmente, pode estar mais presente e ser mais carinhoso e amoroso do que qualquer outra pessoa em sua vida, o que conseqüentemente impede a criança de revelar o que está acontecendo com ela.

Furniss (2002) também ressalta a posição da criança na família dizendo que:

[...] o segredo também tem a ver com a posição que a criança ocupa dentro da família. Segundo ele, nas famílias em que ocorre abuso sexual prolongado, as crianças não se sentem emocionalmente compreendidas nem adequadamente cuidadas por qualquer um dos pais, porque estão com medo de serem castigadas por ambos os pais se tentarem revelar. Elas percebem suas mães ou como emocionalmente rígidas e distantes, ou sentem que elas não iriam acreditar, nem protegê-las do abuso paterno. Crianças muitas vezes tentaram revelar e muitas apelaram, constantemente e em vão, pela proteção do progenitor não-abusivo. Algumas das crianças jamais haviam se sentido próximas às mães, e haviam se voltado para o pai em busca de cuidado emocional, sendo que o pai traiu sua confiança ao abusar sexualmente delas nesse processo [...] (p. 53).

Vicente (1998, p. 58) ressalta que, para que isso seja interrompido dentro da família, existem no mínimo dois grandes campos de atuação nesta área: um diz respeito ao trabalho no interior da família, para impedir a crueldade, a tortura ou o abuso. Em alguns casos, deve-se pensar na possibilidade de retirar o agressor do convívio com a criança. Outro se refere à necessidade de romper com o “pacto de silêncio” que cerca a família.

Segundo Maakaroun, (2002, p. 409) “a violência familiar é sempre arbitrária”. Portanto pode-se afirmar que a violência familiar, em suas diferentes configurações, ameaça e nega não só a saúde, mas também o processo vital do ser humano por inteiro. Desse modo, em vez de ser o *locus* ideal de proteção da criança e do adolescente, a família tem servido de palco para a violência sexual.

No Brasil, é difícil falar em políticas de prevenção da violência sexual familiar, sem se referir às questões estruturais e sociais mais amplas e sem se remeter a todo contexto político, social e econômico da realidade nacional. A atual realidade brasileira, marcada pela desigualdade social, contribui para que crianças e adolescentes vivam em situações de risco para um desenvolvimento saudável pleno.

A compreensão da família incestuosa deve levar em conta não só o abuso sexual genital, mas também a dinâmica afetiva da família como um todo, pois, na maioria das vezes, os casos decorrem do envolvimento de toda a família na relação. Tal fato proporciona a alteração da dinâmica familiar ao mesmo tempo em que contribui para manter a situação abusiva

Dessa forma, a definição de abuso sexual, utilizada na nossa cultura, parece ser uma definição moral de proibição que, por vezes, distancia-se e é diferente das preocupações da área da saúde mental enfatizam a ética nas relações humanas. Por isso, a violência do incesto não pode ser traduzida apenas pela relação sexual genital, mas principalmente pelas conseqüências que isso acarreta na saúde da vítima.

Segundo Foward e Buck (1989), o incesto se desenvolve em famílias perturbadas:

[...] em lugar de causar a ruptura da família, o incesto é o resultado dessa ruptura. Os membros da família estão muitas vezes emocionalmente isolados uns dos outros e há geralmente uma boa quantidade de tensão, um caos emocional, e uma confusão de limites individuais e papéis familiares, o que prepara a cena para o incesto [...] (p. 12)

De acordo com esses autores, ele é diferente de outros crimes sexuais, pois o mesmo não resulta apenas do ataque de um indivíduo a uma vítima qualquer, na verdade, é a expressão de dinâmicas familiares complexas, onde reina o medo e o poder das figuras de autoridade.

Assim, segundo esses autores, o incesto sempre é uma experiência devastadora para a vítima:

[...] O impacto parece ser devastador para a vítima em parte devido a nossas reações culturais ao incesto, em maior medida pelo fato de que a criança se vê atirada num papel adulto para o qual está despreparada, e ainda, o que é mais trágico do que qualquer outra coisa, devido à traição do agressor à confiança que a criança nele depositava [...] (p. 29).

Foward e Buck (1989) o classificam como poderoso e devastador, pois consideram que ele é pior do que outras violências sexuais, porque ele se insere na constelação das emoções e dos conflitos familiares. "A vítima é obrigada a aprender a conviver com o incesto; ele abala a totalidade do mundo da criança. O agressor

está sempre presente, e o incesto é quase sempre um horror contínuo para a vítima“ (p. 30).

Em suas experiências clínicas com grupos de vitimados, Foward e Buck (1989) ressaltam que alguns temas emergem das experiências incestuosas de todas as vítimas, o desejo de conquistar o afeto do agressor; a pouca resistência às iniciativas incestuosas; em alguns casos, o sentimento de prazer trazido pelas atividades sexuais incestuosas, e em outros a repulsa; um segredo ansioso sobre o incesto; e uma culpa imensa.

Esses autores dizem que muitas vezes:

[...] a maioria das vítimas não se sente amada por outros membros da família, e tenta praticamente de tudo para mudar esse sentimento. A vítima quer o amor do pai ou do irmão, e muitas vezes, sente uma atração sexual normal por eles. Suas próprias necessidades emocionais a tornam vulnerável ao abuso sexual. Quando um pai toma iniciativas incestuosas em relação à filha, raramente recorre à força ou à violência, pois não costuma ser necessário. Há uma imensa coerção psicológica embutida na relação pai-filha. A filha aprende a obedecer ao pai, e também espera dele uma orientação moral. Se o pai diz que está tudo bem, é porque deve estar certo. É claro também que, se ela cogitar em desobedecer, a ameaça de punição está sempre presente. Assim, a vítima quase sempre participa do incesto, sem reconhecer a coerção sutil que ocorreu [...] (p.31)

Ressaltam Foward e Buck (1989) que a pessoa vitimada costuma se fechar num mundo de segredo, onde impera a vergonha o desespero e a culpa, sem ninguém em quem possa confiar e que possa ajudá-la a entender seus sentimentos de culpa extrema gerados pelo incesto. Movida pela sua necessidade de amor, do possível prazer que sente e de sua cumplicidade no acobertamento do incesto, a vítima pode sair do incesto com sentimentos esmagadores de responsabilidade e de culpa (p. 31-32).

Entendemos que a análise desenvolvida por Foward e Buck (1989) tende a minimizar as responsabilidades do abusador, e culpabilizar a própria vítima e a mãe, enfatizando que a vítima oferece “pouca resistência às iniciativas incestuosas do agressor” (p.61). A mãe é culpada porque é conivente com a situação, a filha é abusada porque necessita de atenção e amor do pai e ele responde com um comportamento abusivo. Sobre o agressor não deixa de ser lamentável a indicação de que ele apenas responde às necessidades da filha.

Ao trabalhar com irmãos de vítimas de famílias onde ocorre o incesto, Azevedo (2004) notou que ninguém sai sem marcas de uma família incestuosa, pois neste contexto sempre existirá algum tipo de violência.

Estudiosos como Hyde (1994) e Flores (1998) relacionam alguns fatores familiares que parecem aumentar o risco das crianças serem vitimadas, tais como:

- 1) O relacionamento conflituoso entre o casal;
- 2) A presença do pai ou padrasto, sozinhos com a vítima na casa;
- 3) As famílias que contam com a presença de um pai autoritário, protetor e único provedor e uma mãe submissa.
- 4) Em famílias que possuem mães punidoras e pai com personalidade passiva, a filha procura nele suprir suas necessidades de amor e afeto e este a submete à violência do abuso sexual;
- 5) Em famílias onde a mãe se mostra repressora e violenta em relação ao comportamento sexual das filhas;
- 6) A falta de comunicação entre mãe e filha;
- 7) O meio familiar fortemente agrupado e relativamente isolado da comunidade, com características hierárquicas;
- 8) Vida religiosa exagerada, onde seja possível suspeitar da necessidade de reforço repressivo;
- 9) A ausência circunstancial ou duradoura da figura materna.

Ressaltamos que em nossa pesquisa somente algumas dessas situações foram referidas como existentes nas famílias das vítimas que compuseram o grupo intrafamiliar.

Autores como Simons & Johnson (1996), Belsky (1980), Patterson & Capaldi (1991) e Simons, Wihitbeck, Conger & Chyi-In (1991) dizem que a experiência dos pais em suas famílias de origem, onde também vivenciaram situação de violência, contribui para o aumento do risco de abuso, pois podem repetir esta experiência com seus próprios filhos. Ressaltamos que a tese desenvolvida por esses autores é bastante controversa, a despeito das possíveis evidências. Parece arriscado supor uma relação entre ter sofrido essa experiência dolorosa e ter necessidade ou desejo de impingir a outros o mesmo sofrimento.

O estudo de Crouch, Milner e Thomsen (2001) confirmam a associação entre o risco de abuso e a percepção da ausência de uma rede de apoio. Pais abusivos recebem significativamente menos apoio emocional e instrumental de amigos ou

parentes, pessoas estas que poderiam impedir as suas atitudes agressivas (Coohey, 2000). Segundo esse autor, a passagem da criança por vários ambientes sociais pode auxiliá-la a criar uma rede de apoio social e afetivo fundamental para sua proteção.

Como a literatura demonstra, é impossível a estereotipia tanto em relação à composição familiar quanto ao clima familiar. Em qualquer tipo de família é possível a ocorrência do abuso. Isto pode levar ao desenvolvimento do que poderíamos chamar de uma “síndrome da vigilância constante”, onde os pais ou companheiros são vigiados permanentemente nas suas relações afetivas com os filhos visto que são potenciais abusadores: se não abusaram ainda, poderão vir a abusar. Então devem ser vigiados sempre. A suspeita sobre os potenciais abusadores certamente contribuirá para aumentar a distância entre pais e filhos e impedirá os homens de se mostrarem afetivos com os filhos, enquadrando-os no estereótipo que foi fortemente combatido pelos movimentos feministas: o provedor, distante das relações e encargos familiares. Além disso, certamente a suspeição provocará o distanciamento do casal, pois ninguém avalia positivamente ficar sob a suspeita de ter violentado ou vir a violentar crianças e adolescentes sob seus cuidados.

O estudo da violência vem se constituindo em um desafio para alguns pesquisadores, que têm se mostrado preocupados em aprofundar as discussões e teorizações sobre este tema sob o aspecto psicossocial. Concordamos com Santos (2004) que a principal dificuldade consiste na escolha dos tipos de análise adequadas ao seu estudo.

Imbuídos dessa preocupação nossa pesquisa sobre o impacto do abuso sexual na saúde da mulher vitimada na cidade de Manaus, foi conduzida sob a referência da Teoria das Representações Sociais que enfoca a construção do conhecimento no senso comum através da interação social.

Apesar de ser a violência sexual uma temática que vem sendo bastante estudada, somente algumas pesquisas tem sido empreendidas utilizando a Teoria das Representações Sociais como suporte teórico, trazendo profícuas discussões sobre os papéis dos personagens envolvidos nesse processo, revelando a forma como entendem e representam essa questão e também como agem os atores sociais que a sofrem.

É importante ressaltar que algumas delas têm servido como exemplo, e têm permitido significativo acréscimo à TRS. Pesquisas como a de Santos (2004) sobre

representações sociais e violência; de Alves (2001) sobre representações sociais masculinas da violência conjugal; de Banchs (1994) sobre reconstrução teórica de um caso de família incestuosa; de Bispo (2001) sobre assistência à mulher acometida por violência conjugal e de Souza (1995) sobre representação social de justiça e identidade social dentre outras, têm-se revelado como satisfatórias nos desvelamentos dos aspectos psicossociais da violência.

Assim, pesquisar o impacto da violência na saúde de mulheres vitimadas, a partir da Teoria das Representações Sociais permite identificar no discurso delas o modo como elas percebem, interpretam, sentem e reagem à violência sofrida. A escolha teórico-metodológica em questão apresenta-se como uma alternativa metodológica que permite uma profícua expressão do senso comum, possibilitando verificar como a vitimação sexual é experienciada. Para tanto, tomamos como fio condutor para este estudo, a noção de que os sujeitos sociais apreendem e explicam os acontecimentos da vida diária a partir de um conhecimento espontâneo presente nas comunicações que circulam nos grupos sociais.

Assim, por reconhecermos que a Teoria das Representações Sociais ocupa um lugar estratégico na compreensão do impacto da violência sexual e de seus efeitos na saúde de quem a sofre, apresentamos no próximo capítulo uma definição dos pontos de partida metodológicos com uma breve apresentação do conceito e em seguida a argumentação de sua utilização na pesquisa.

## CAPITULO V

### FUNDAMENTO TEÓRICO - METODOLÓGICO: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Penetrar no campo da pesquisa social é algo desafiador, pois significa admitir que não existem respostas definitivas, pois seu “objeto é histórico e essencialmente qualitativo e, assim sendo, existe em um espaço determinado, pertence a grupos sociais mutáveis com representações manifestas que são dinâmicas e provisórias, pois, a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante” (MINAYO 2002, p. 15).

Quanto a este tipo de pesquisa, Minayo (2002) ressalta que “a pesquisa nas Ciências Sociais trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (p. 22).

Baseados neste caráter, adotamos na presente pesquisa, a Teoria das Representações Sociais, pois a mesma tem sido utilizada para a compreensão de diferentes objetos. Buscamos dessa forma, na Psicologia Social os recursos teóricos e metodológicos, porque consideramos que ela pode dar uma contribuição importante ao revelar as implicações psicossociais originadas pela violência sofrida através da compreensão dos processos tanto cognitivos como afetivos subjacentes ao impacto do abuso sexual, que se reflete na saúde da pessoa vitimada.

Cabe a nós, pesquisadores das ciências humanas e sociais, compreender as bases psicossociais da violência sexual contra a mulher em nossa sociedade, as condições objetivas e subjetivas de sua produção, bem como as justificativas dadas pelos sujeitos envolvidos em situação de violência, o que pensam e como pensam, e os sentidos associados ao comportamento violento.

Nesse sentido, destacamos a definição de Moscovici (2003) sobre as Representações Sociais ao compreender que as mesmas são conhecidas como senso comum, forma de conhecimento que advém da prática, voltada para a

comunicação e para a compreensão do contexto social. Seu estudo possibilita compreender a interação entre o universo individual e as condições sociais nas quais os indivíduos interagem, de modo a favorecer a compreensão dos processos que intervêm na adaptação sócio-cognitiva dos indivíduos em sua realidade cotidiana e em seu ambiente social e ideológico.

A partir dessa perspectiva, entendemos que é fundamental analisar as visões de mundo, senso comum, cultura e tradições. Entendemos que é no âmbito do cotidiano da vida social que se constroem as representações sobre a violência sexual.

Desse modo, ressaltamos a contribuição da Teoria das Representações Sociais para a compreensão desse fenômeno, pois acreditamos que, através dela, se torna possível a compreensão e análise de fatos e idéias que circundam os universos de vida das mulheres vitimadas, como agem com os outros e como compreendem a violência sexual sofrida.

Wagner (2000, p. 3) destaca que as representações sociais são construções históricas e socialmente determinadas, abrangem a interface entre muitas Ciências Sociais e exigem uma visão multidisciplinar. Ademais, exigem ser investigadas usando conceitos de Psicologia, Psicologia Social, Antropologia Cultural, História e Sociologia.

Assim, entendemos que, ao buscarmos conhecimento sobre as representações sociais de mulheres vítimas de abuso sexual, estaremos imprescindivelmente analisando suas interações, seu ambiente histórico-social, considerando sempre o lugar que elas ocupam neste ambiente.

É importante, por conseguinte, destacar o caráter inovador da Teoria das Representações Sociais inicialmente no âmbito da Psicossociologia e depois da Psicologia Social.

O conceito de representação social, embora tenha surgido com Moscovici (1978), têm a sua origem na sociologia e na antropologia e decorreu da obra de Durkheim que trabalhou as representações como Representações Coletivas. Para ele o termo se referia às categorias de pensamento através das quais, determinada sociedade elabora e expressa sua realidade.

Durkheim (1978) afirmava que essas categorias de pensamento não são dadas a priori e não são universais na consciência, mas surgem ligadas aos fatos sociais, transformando-se elas próprias em fatos sociais passíveis de observação e

de interpretação, isto é, a observação revela, segundo ele, que as representações coletivas se compõem de um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas e que se comportam também de forma específica. O esforço para estabelecer a Sociologia como uma ciência autônoma levou Durkheim a defender uma separação radical entre representações individuais e coletivas e a sugerir que as primeiras deveriam compor o campo da Psicologia, enquanto as últimas formariam o objeto da Sociologia.

Na concepção de Durkheim (1978), é a sociedade que pensa, portanto as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social.

Apoiando-se em Durkheim, Moscovici afirma que a noção de representação coletiva de Durkheim descreve ou identifica uma categoria coletiva que deve ser explicada através da Psicologia Social. Assim surge a noção de representação social elaborada por Moscovici e em seu trabalho “A Representação Social da Psicanálise”, procurou fundamentar uma sociologia do conhecimento, uma teoria do senso comum, descobrindo a estruturação e a natureza desse saber e restituindo lugar de destaque à produção do conhecimento pelas massas.

Para Moscovici (1978), esse saber tem uma organização psicológica autônoma, não podendo ser interpretado como caótico, fragmentado ou pré-científico. Trata-se, portanto, de um “outro” tipo de conhecimento, “diferente da ciência, mas que é adaptado à ação sobre o mundo e mesmo corroborado por ela” (JODELET, 2001, p. 29)

Moscovici (1978) ressalta a indissociação entre indivíduo e sociedade, bem como entre sujeito e objeto, isto é, as representações sociais são construídas no indivíduo e na sua relação com seu grupo. Diante disso, opõe-se às representações coletivas por considerar que o pensamento social possui uma matéria e estados específicos. Para ele, as representações coletivas têm suas leis próprias, e pertencem a uma outra natureza, que é diferenciada do pensamento individual.

Para Moscovici (1978), os seres humanos pensam e não apenas manipulam informações ou agem sem explicação de fato; representar uma coisa, um estado, “não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo, é reconstruí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto”. (p. 56)

Destarte, as formas e os conteúdos das representações sociais, segundo Nóbrega (2001, p.56), revelam-se como uma das provas mais significativas de que as representações sociais não se constituem em um domínio situado à parte e dissociado do psíquico e do emocional, como pretendia Durkheim ao se referir às representações coletivas.

Tal fato ressalta a importância e a possibilidade de mudanças que o pensamento científico, através do fenômeno das representações sociais, pode exercer na medida que não se reduz à interpretação de fatos sociais, porém seja capaz de inserir-se como instrumento de transformação da realidade.

Somente nos anos setenta, esta teoria encontrou destaque para suscitar o interesse de pesquisa em outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia e a História. Contudo, como empreendimento teórico, a Teoria das Representações Sociais, de acordo com Duveen (1999, p. 261), tem sido mais fortemente situada na Psicologia Social.

Atentando para a necessidade de uma delimitação conceitual, Sá (1996, p. 30) assevera que a rigor vários autores acham a concepção de representações sociais complexa e até mesmo Moscovici (1978, p. 39) prevê isso, ao dizer que “se a realidade das representações sociais é fácil de captar, o conceito não o é”.

Moscovici (1978) aduz que Representação Social é “um corpus organizado de conhecimentos e, uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação” (p.29). Já Wagner (2000, p. 15), na tentativa de clarificar o conceito, entende o termo “Representação Social” como um conteúdo mental cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico sobre um fenômeno social relevante que toma a forma de imagens ou metáforas, e é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social.

Por sua vez, Jodelet (2001, p. 22), ao tratar do conceito de representações sociais, destaca que as atividades representacionais:

[...] são como fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas. Por isso, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a abordagem da vida mental individual e coletiva [...]

Na visão de Abric (1998, p. 28), a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. É um sistema de pré-decodificação da realidade, porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas.

Devido a isso, Nóbrega (2001, p. 67) considera que “seria difícil destacar uma definição comum a todos os autores que utilizam a noção de Representação Social” e certifica que, antes de tudo, essa definição é consequência de uma pluralidade de concepções anexas à noção de representação social e que são aplicadas por diferentes disciplinas, as quais geram, segundo ela, polissemia, pois designam um grande número de fenômenos e de processos.

Neste mesmo vértice, a autora defende que a representação social é uma instância intermediária entre conceito e percepção, visto que ela se situa entre as dimensões de atitudes, informações e de imagens, contribuindo para a formação das condutas e para a orientação das comunicações, conduzindo a processos de objetivação, classificação e de ancoragem.

Isto significa que, quando um adolescente fala sobre o trauma vivido, manifesta suas idéias, seus mitos, seus tabus, suas fantasias e seus medos relacionados ao tema, pois a linguagem é considerada não só um veículo, mas também construtora dos sentidos sociais do objeto, ou seja, de suas representações. Assim, para entender sua compreensão sobre o abuso sexual sofrido, é preciso compreender o ser, em seu contexto, a partir de sua história e de sua forma de pensar e entender os acontecimentos a sua volta.

Pensar o indivíduo isolado, sem compreender as suas dimensões econômicas, políticas e sociais é pensar um objeto inexistente e fictício (Santos, 2004). Nesse sentido, as formas de relações que esse sujeito estabelece com o mundo são também construídas historicamente e, portanto, permeadas por valores, modos de pensar que caracterizam uma dada sociedade.

Nesse sentido, admitimos que, ao investigar as representações sociais das mulheres vitimadas, identificamos dados que contribuíram para compreendermos as categorias de pensamento, de ação e de sentimentos que emergem quando o tema abuso sexual passa a fazer parte das reflexões dessas mulheres. Por essas razões, parece-nos importante, buscar compreender como as mulheres concebem a

violência que sofreram e como articulam a violência sofrida com seus relacionamentos afetivos, sexuais e sociais.

Diante disto, esta pesquisa tomará as representações sociais como "um saber prático", como sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros e organizam as comunicações e as condutas sociais.

Tal escolha se justifica, pois as representações sociais são formas de conhecimento prático, do senso comum, consoante perspectiva de Jodelet (2001, p. 22). Fundamental é que não se perca de vista o fato de as representações sociais se constituírem em uma forma de um saber prático, por meio do qual o objeto adquire seu sentido na experiência, e sobre o qual se constrói o sujeito, valorizando suas relações e interações cotidianas.

Com efeito, as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos cognitivos e sócio-afetivos, integrando ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações, a realidade objetiva, material, social e ideativa sobre a qual as representações intervêm. São, nesse sentido, estruturas organizadoras que revelam o poder de criação e de transformação da realidade social (Jodelet, 2001, p. 26).

Convém notar ainda que o conceito de representação social, ferramenta para a compreensão do abuso sexual, apóia-se na necessidade de recuperar, no plano simbólico, o impacto do abuso sexual na pessoa vitimada. Supõe-se, então, que conhecer as representações sociais sobre o fato vivido é conhecer o modo amplo de influência da experiência na vida da vítima, reconhecendo seu alcance psicológico em cada sujeito social, verificando, assim, como este impacto está sendo percebido pelo indivíduo. Desse modo, é possível averiguar como cada sujeito social compreende e interpreta o acontecido.

Partimos, neste trabalho, da premissa segundo a qual, para a compreensão de uma dada realidade, é necessário identificar a maneira como os sujeitos sociais identificam, explicam e elaboram essa situação. Nosso propósito foi de identificar os problemas advindos da violência sexual sofrida, a partir de quem a vivencia, pois isso aborda uma diversidade de aspectos psicossociais vivenciados pelas mesmas, caracterizados não raro pelo isolamento, pelo medo e pela rejeição.

É nessa perspectiva que a Teoria das Representações Sociais pôde contribuir para a compreensão da violência e para investigar os sentidos dados pelos sujeitos

às relações interpessoais, ao ato de violência sofrido por eles e ao impacto causado em suas vidas.

Consideramos, assim como Santos (2004), que o estudo da violência não se reduz somente às formas de pensamento construídas no senso comum, entretanto, conhecer esse saber construído, o sentido dado pelos sujeitos às bases psicossociais sobre as quais se constroem as relações e comunicações humanas, é acrescentar mais um elemento para a compreensão desse fenômeno.

## **5.1 TRABALHO DE CAMPO**

O trabalho de campo envolveu dois tipos de situações:

1. Entrevistas realizadas na sala de atendimento clínico do Serviço de Psicologia do Hospital Universitário Getúlio Vargas da Universidade Federal do Amazonas, do programa onde atuava o “SAVAS” (Serviço de Atendimento às Vítimas de Agressão Sexual) e onde hoje funciona o serviço de psicologia do hospital.

2. Entrevistas realizadas na sala de atendimento psicológico no Programa Sentinela que cuida, na cidade de Manaus, de crianças e adolescentes violentados sexualmente.

Foram atendidas nesses dois programas mulheres do município de Manaus e de outros municípios do interior do Estado do Amazonas, encaminhadas principalmente pelo Instituto Médico Legal, Delegacia da Mulher, Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e Adolescentes.

A primeira entrevista com as participantes foi realizada após a sua autorização formal de participação na pesquisa, depois foram dadas informações sobre os objetivos da pesquisa e em seguida coletamos a assinatura no Termo de Consentimento para participação e realização da pesquisa (anexos, I, II, III IV e V).

## **5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES**

A presente pesquisa foi inicialmente planejada para ser realizada com vinte mulheres, vítimas de abuso sexual, com idade a partir de onze anos, que procuraram atendimento em órgãos especializados como os programas Savas e o

Sentinela. No entanto, isso não foi possível devido às dificuldades de contato geradas pelas mudanças de endereço e telefone das vítimas, principalmente aquelas que foram vítimas de abuso intrafamiliar. A falta de prontuários atualizados inviabilizou nosso contato com muitas das pessoas vitimadas e sua família para possível participação na pesquisa.

Desse modo, realizamos a pesquisa com 18 mulheres, distribuídas em dois grupos quais sejam: 12 mulheres vítimas de abuso sexual extrafamiliar e 6 mulheres vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Desse total, 15 mulheres foram atendidas no programa Savas e 3 no programa Sentinela. No primeiro, a seleção foi feita pelos profissionais de psicologia que atendem a esta clientela e pela pesquisadora a partir da documentação existente no programa; já, no segundo, as mulheres foram identificadas a partir de documentos de anamnese gerados no atendimento psicológico feito pelo psicólogo encarregado por ocasião do atendimento à vítima. Procuramos entrevistar mulheres que passaram por essa experiência cuja ocorrência já tivesse decorrido no mínimo um ano, em função de entendermos que a passagem desse tempo proporcionaria melhor elaboração de sentimentos e pensamentos mobilizados pelo ocorrido.

Nosso interesse recaiu sobre as mulheres vítimas de abuso sexual nessas duas modalidades, para assim podermos estabelecer um estudo comparativo sobre os efeitos do impacto na saúde desses dois grupos. Do total de 18 entrevistadas, 4 encontravam-se com idade até 14 anos, e 14 com idade de 15 a 25 anos no momento em que ocorreu o abuso sexual. A escolaridade de nossas entrevistadas no momento da entrevista variou de séries iniciais do ensino fundamental ao ensino superior sendo que 11 se encontravam no nível médio de escolaridade, 2 cursando o terceiro grau e 5 cursando o ensino fundamental.

Das 18 entrevistadas, 1 era casada, 1 era separada e 16 eram solteiras. Os dados da pesquisa revelaram que a grande maioria das vítimas na época de ocorrência do abuso sexual, 77%, era de estudantes, ou seja, 14 de uma amostra de dezoito mulheres. Das outras quatro restantes, 2 eram domésticas, 1 era babá e a outra era industriária. Das 18 mulheres entrevistadas, 9 revelaram ser da religião católica, 6 da religião evangélica e 3 delas não possuíam uma religião definida.

Das 18 mulheres que participaram da pesquisa, 9 moravam com os pais e irmãos no momento do abuso e um ano após o abuso sexual sofrido ainda residiam com a família. Das 9 restantes, somente 2 mudaram seu local de residência após a

violência sofrida: uma que morava com a irmã, depois de um ano passou a morar sozinha, e outra, que residia com a mãe e irmãos e era abusada pelo padrasto, passou após a violência sofrida a morar com a avó e tias.

### **5.3 AS ENTREVISTAS**

A entrevista seguiu um roteiro semi-diretivo (anexo I) coletando inicialmente informações sócio-demográficas, como idade, endereço, escolaridade, com quem residia, entre outras; logo após a coleta dessas informações a entrevista se manteve totalmente aberta para que fosse possível obter informações sobre o possível impacto do abuso sexual em suas relações afetivas e sexuais, bem como de outros aspectos após a experiência vivida. Desse modo, pedimos a nossas entrevistadas que nos falassem sobre o que lhes aconteceu, como aconteceu, onde aconteceu, quem foi o responsável, como ela se sentiu na época do ocorrido e como estava a vida dela depois de um ano da ocorrência do abuso sexual.

Para a realização das entrevistas nas instituições acima citadas, foi necessário colhermos autorização formal, obtida mediante a submissão prévia do Projeto de Pesquisa aos respectivos Comitês de Ética, em obediência à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e à Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, autorização para realização de pesquisa junto à Direção do Hospital (anexo II), coordenação do setor de psicologia (anexo III) e demais psicólogos do setor de Psicologia do Hospital Getúlio Vargas e Programa Sentinela e também consentimento para participação na pesquisa junto à vítima (anexo IV) e quando esta era menor, com o responsável pela mesma (anexo V).

Após a solicitação do consentimento da coordenação de psicologia nos dois programas para o acesso às informações sobre as vítimas, procedemos à identificação das mulheres vitimadas a serem entrevistadas. Seus dados foram coletados a partir dos documentos de atendimento preenchidos pelos profissionais da equipe de psicologia nos programas SAVAS e SENTINELA.

Realizamos ao todo 20 entrevistas. Cada uma delas teve em média a duração de 60 minutos. Duas entrevistas foram desprezadas na análise final, pois apresentaram problemas com a gravação que tornaram a fita inaudível. Achamos

por bem não refazer as entrevistas visto que entendemos que elas foram muito mobilizadoras de sentimentos angustiantes.

Durante a entrevista, o entrevistador manteve-se com atenção receptiva a todas as informações fornecidas, quaisquer que fossem, intervindo somente com discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que estimulassem a expressão mais circunstanciada das questões investigadas.

Seguimos a orientação de Chizzotti (2001, p. 92), que diz que esse tipo de entrevista é originário de uma técnica terapêutica centrada no cliente, a qual pressupõe que o informante seja competente para exprimir-se com clareza sobre questões da sua experiência, comunicar representações e análises particulares, prestar informações fidedignas e manifestar em seus atos o significado que têm no contexto em que eles se realizam, revelando tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, das concepções e das idéias.

Não houve perguntas previamente estabelecidas ou roteiro por ocasião da entrevista, pedimos para a pessoa entrevistada que nos falasse sobre a violência sexual de que ela foi vítima e como ela percebia o abuso sexual sofrido e, a partir do que foi sendo dito, perguntamos se podia nos explicar com mais detalhes algo que foi relatado e que estivesse relacionado ao objetivo da pesquisa. Sugerimos alguns aprofundamentos direcionados para a obtenção de respostas de acordo com o foco da pesquisa.

Desse modo, embora a entrevista tivesse eixos norteadores previamente estabelecidos que possibilitassem o alcance dos objetivos da pesquisa, o desenvolvimento da mesma se deu a partir do que foi sendo informado, o que, de acordo com Monteiro (1991, p. 5), permite maior flexibilidade para acompanhar explicações e nuances conferidas, sem prender-se a um roteiro fechado com opções que poderiam “engessar” a interação. As entrevistas foram contextualizadas considerando a escolaridade e cultura do participante entrevistado (LISBOA e KOLLER, 2002, p. 200).

Seguimos também a orientação de Rampazzo (2002, p.110) que sugere o uso do gravador para evitar falhas de memória ou distorção do fato. Desse modo, o equipamento adotado na entrevista foi o gravador, na medida em que houve concordância por parte das entrevistadas. Foram feitas anotações e procuramos manter o máximo de fidelidade ao discurso da entrevistada.

## 5.4 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

No programa Sentinela, o contato para o convite às mulheres vitimadas foi feito pela psicóloga do programa que encaminhou as jovens vitimadas para a entrevista com a pesquisadora. No Hospital Getúlio Vargas, o convite foi feito em um caso pela psicóloga que ainda estava atendendo a uma pessoa vitimada e a encaminhou para a entrevista, e as outras vítimas foram contatadas pela funcionária designada para a tarefa de suporte aos psicólogos que fazem atendimento no setor.

Para a organização e análise dos dados, consideramos as categorias abuso, vítima e abusador, conforme o Quadro I.

## 5.5 QUADRO I – CATEGORIAS INVESTIGADAS

<b>Categorias de interesse</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Conteúdos</b>
<b>5.5.1 ABUSO</b>	• Periodicidade	• Ocorrência única; contínua ou recorrente.
	• Sentimentos	• Descrições do estado emocional da vítima.
	• Local	• Lugar onde aconteceu o abuso.
	• Tempo	• Tempo que a vítima passou com o abusador.
	• Tipo	• Intrafamiliar ou extrafamiliar
<b>5.5.2 ABUSADOR</b>	• Estratégias/abordagem	• Se o abusador usou violência, ameaça, sedução, disfarce (capuz), arma, força física ou outros.
	• Idade	• Qual idade parecia ter.
	• Uso de álcool	• Se estava bêbado.
	• Uso de drogas	• Se estava drogado.
	Nível de parentesco	• Pai, irmão, tio, amigo ou desconhecido.

<b>5.5.3 VÍTIMA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dados pessoais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolaridade, idade, profissão, bairro.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações familiares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição familiar, com quem reside.</li> <li>• Relacionamento com a família antes e após o abuso sexual.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vínculo com o abusador</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível de relacionamento.</li> <li>• Conhecido/Desconhecido</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação sobre o agressor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que pensa sobre o agressor</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações afetivas sexuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade em que iniciou os relacionamentos sexuais.</li> <li>• Sentimentos que vivenciava em relação à sexualidade antes e depois do abuso sexual.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impacto nos relacionamentos afetivos sexuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação se o abuso afetou seus relacionamentos afetivos sexuais e como afetou.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégias de reação</li> <li>• Estratégia de enfrentamento dos efeitos da violência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como reagiu à investida.</li> <li>• Como enfrentou os efeitos</li> </ul>

Os dados coletados foram analisados qualitativamente após a transcrição das entrevistas. A transcrição destes relatos foi feita respeitando a fala das participantes, porque havia a preocupação em preservar o discurso das entrevistadas. Os dados sobre as vítimas foram complementados pelas informações do documento de anamnese e pelas anotações no diário de campo.

As entrevistas foram analisadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo. Segundo Minayo (1993 p. 208), na análise de conteúdo, pode-se fazer uma análise temática que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação. Assim a análise temática foi realizada de acordo com a operacionalização sugerida por Bardin (1979 p. 95) e Minayo (1993 p. 208) que sugerem inicialmente uma pré-análise: leitura “flutuante” para primeira organização do material e articulação com os objetivos. A partir do levantamento dos núcleos de interesse, passamos à categorização temática do conteúdo destacado e ao reagrupamento do conteúdo em categorias.

## 5.6 ANÁLISE DE RISCOS E BENEFÍCIOS

Por se tratar de um tema considerado muito pessoal, privado, avaliamos que o próprio ato de recordar o ocorrido poderia mobilizar sofrimento psíquico para as

participantes. Assim, no primeiro momento da entrevista com as participantes da pesquisa, seguimos a orientação de Lisboa e Koller (2002) e dedicamo-nos ao “*rapport*, que é imprescindível para a criação do vínculo profissional-pessoa focalizada, garantindo o entendimento das participantes acerca dos procedimentos da pesquisa, do contrato de sigilo e da ausência de expectativa do pesquisador sobre respostas certas ou erradas” (p. 195). Expusemos nossos objetivos, o papel da pesquisadora no processo, e as implicações, para cada um dos envolvidos, e ao aceitarem participar, firmamos o termo de consentimento informado com as participantes da pesquisa.

No momento inicial da entrevista, também informamos às participantes que a instituição poderia fornecer apoio psicológico naquele momento e após a entrevista, caso elas sentissem necessidade de trabalhar emoções desencadeadas a partir da entrevista. A entrevista com a pesquisadora e também as sessões com outro psicólogo, ocorreriam na sala de atendimento psicológico, nos dois programas.

Colocamos à disposição contato telefônico para todas as participantes, mesmo tendo encerrado a coleta de dados, caso elas julgassem necessário o apoio profissional devido a algum desconforto produzido durante as entrevistas.

Das dezoito participantes, doze passaram, logo após a entrevista, a participar de atendimento psicológico individual e grupo terapêutico com a psicóloga pesquisadora. As participantes disseram que já na entrevista se sentiram bem, desabafando sentimentos guardados e que gostariam de “melhorar” ainda mais sua saúde, fosse através de atendimento individual ou interagindo com outras mulheres vitimadas em grupos terapêuticos formados para atender a esse tipo de demanda.

## **5.7 A RELAÇÃO PESQUISADOR / ENTREVISTADA**

Estudar e trabalhar com a modalidade violência sexual, especificamente o abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, provoca certo desconforto, a começar pela intensidade e confusão de sentimentos despertados pelo contato com a dor e o desespero das pessoas envolvidas na trama desse tipo violência. Durante todo o desenvolvimento desta pesquisa, desde a formulação do projeto, levantamento bibliográfico e realização das entrevistas até finalmente a elaboração da tese, fui perseguida por uma mistura de diferentes sentimentos e inquietações tais como

raiva, tristeza, dúvidas e culpa. Isto tudo me fez pensar o quanto é difícil aproximar-se da experiência vivida por essas mulheres, com o propósito de compreendê-las a partir de uma perspectiva científica crítica. Uma vez superados os obstáculos que surgiram no início da pesquisa, o trabalho de entrevista com as jovens que tiveram a coragem de compartilhar comigo suas experiências mostrou-se cheio de sofrimentos, intenso e repleto de questionamentos. Assim como Banchs (1994) relata em sua pesquisa com uma família incestuosa, eu também, com frequência, tive dificuldades em relação ao meu papel, e concordo com ela, visto que é difícil limitar-se ao papel de psicóloga pesquisadora e evitar o de psicóloga terapeuta, quando se estabelecem relações face a face com mulheres em tal situação.

Expressar a violência sexual sofrida pelas participantes desta pesquisa, através de um escrito científico é um empreendimento que ultrapassa o campo do conhecimento e impõe a convivência com sentimentos angustiantes e conflitantes. Assim, o percurso para a realização deste trabalho foi longo e difícil: desde a decisão sobre como abordar uma problemática que, de tão oculta, parecia inacessível, até o momento final do trabalho.

Mesmo com a dificuldade de lidar com sentimentos angustiantes durante todo o desenrolar da pesquisa, foi principalmente no momento da entrevista, no contato direto com a vítima, que percebi o quanto a violência sexual praticada contra as mulheres é deletéria à saúde das mesmas. Entendi que a emergência de sentimentos conflitantes também em nós psicólogos pode parecer para alguns de nossa área que já estejam “familiarizados” ou “psicologizados” com a temática, como algo que deve ser trabalhado psicologicamente. Entendemos ser normal nos sensibilizarmos constantemente com a dor do outro, pois enquanto isso acontecer conosco é certo que ainda encontraremos razão para lutar contra essa forma monstruosa de violência, que destrói não só a auto-estima, mas também sonhos de mulheres que têm o direito de sonhar.

Entendemos que a qualidade do relacionamento entre a pesquisadora e as entrevistadas foi fundamental para os resultados da pesquisa, dado que o envolvimento pode ter sido responsável por uma boa participação na entrevista tanto das participantes quanto da pesquisadora. Sob essa ótica, com algumas entrevistadas eu não era vista só como pesquisadora, mas também como psicóloga. A diferença entre esses dois papéis foi esclarecida junto às entrevistadas para

indicar que elas, durante a entrevista, pudessem falar sobre determinados assuntos que lhes fossem íntimos sem ficarem constrangidas. Acreditamos que o esclarecimento sobre o meu papel junto às entrevistadas facilitou o andamento de certas entrevistas porque existia uma condição de confiabilidade depositada em mim por ser psicóloga. A partir disso, e cremos que por tudo isso ter sido informado, entendemos que nossos objetivos foram amplamente aceitos pelas nossas entrevistadas que, ao serem convidadas a participar da pesquisa, entenderam também ser aquele o momento oportuno para falar de algo muito doloroso que, no momento do abuso sexual, não dava para ser compartilhado.

É importante ressaltar que houve disposição e desejo nosso de ajudá-las com atendimentos clínicos posteriores, para proporcionar às mesmas compreenderem sentimentos que emergiram durante o diálogo conosco na entrevista. Tal fato nos pareceu bem vindo para elas, que quase sem exceção aceitaram partilhar em grupo terapêutico seus sentimentos. Entendemos que essa atitude de convidar as entrevistadas para atividades terapêuticas muito se deu porque tivemos consciência de que embora tenhamos tido todo o cuidado, traduzido em nosso comportamento ético em não revitimá-las, sabemos que o fizemos.

Ressaltamos nossa postura de comprometimento com a saúde dessas mulheres entrevistadas, e nossa sensibilidade para com seus sentimentos, esclarecendo que nossa preocupação pode ser identificada em nossa atuação ética quando adotamos uma postura flexível na aplicação adequada da estratégia de entrevista aberta. Nossa linha de ação se apoiou no código de ética da área de Psicologia e na Resolução N.016/2000 do Conselho Federal de Psicologia para pesquisas com seres humanos.

É importante lembrarmos o que assinalam Lisboa e Koller (2002) quando dizem que a ética é essencial para o desenvolvimento de pesquisas com qualidade, pois a pesquisa produz impacto social e pode trazer benefícios para indivíduos ou grupos e, se bem realizada, contribuirá para a comunidade científica e social.

## CAPITULO VI

### RESULTADOS E ANÁLISE

A análise das idades das mulheres vitimadas permitiu identificar que o maior registro de abuso sexual ocorreu na faixa etária de 15 a 25 anos. Entendemos que o maior registro de abusos nessa faixa etária ocorre por terem as vítimas maiores condições de notificar a ocorrência e procurar os serviços de saúde que atendem a essa clientela. Mulheres mais novas dependem mais das autoridades da família para tomar iniciativas legais quanto aos procedimentos de notificação aos conselhos tutelares, à delegacia da infância e adolescência e delegacia da mulher. Existe, portanto, uma dependência emocional mais acentuada em mulheres abusadas por alguém de seu núcleo familiar, cujas idades são menores que 14 anos e que são mais dependentes de pais e mães para relatar o que lhes está acontecendo. Nos casos de abusos por estranhos contam sempre com alguém da família para ajudá-las nas comunicações e levá-las aos órgãos de atendimento.

Entendemos, também, que o resultado se apresenta dessa forma em virtude de ser a nossa amostra composta de dois grupos, com número de casos diferentes, ou seja, 12 casos de abuso sexual extrafamiliar, e somente 6 casos de abuso intrafamiliar que conta com a manutenção do segredo pelas vítimas, pois as mesmas vêem o que lhes acontece como um segredo do qual são cúmplices, o que as leva a manterem os fatos só para si, ou então, esse silêncio é mantido tanto pelo agente da agressão quanto pelas pessoas vitimadas e demais membros envolvidos na dinâmica familiar.

Scodelário (2002) ressalta, com respeito a isso, que esse segredo em torno do abuso sexual intrafamiliar existe e se mantém por longo tempo em função de algumas possibilidades que dizem respeito ao silêncio do parceiro cônjuge “não-agressor” e o silêncio da criança ou do adolescente vitimado. Com respeito ao silêncio do pai ou mãe não-agressora, enfatiza que isso se estabelece:

[...] por medo do agente da agressão; não querer romper o equilíbrio ou a unidade familiar mantida de forma precária; não querer lidar com perdas, já que tomar uma atitude pode implicar ter de perder o companheiro ou a filha. Já com respeito ao silêncio da criança, a mesma acredita que ninguém pode protegê-la apoiada muitas vezes em seu sentimento, por exemplo, de que a mãe sabe e não consegue fazer nada para interromper a agressão; temor de perder o afeto do agente da agressão; receio de que os outros não acreditem nela ou ainda a julguem culpada; medo de represálias; pode sofrer agressões ou ser retirada da família” (p. 1) [...]

Nesta pesquisa também identificamos algumas das dificuldades citadas por Scodelário (2002). As adolescentes que compuseram o grupo que sofreu violência intrafamiliar falaram da dificuldade que tinham encontrado para falar com suas mães sobre o abuso sexual que havia acontecido. Elas enfatizaram não ter podido contar com suas mães para denunciar o que lhes estava acontecendo e que após haverem revelado o abuso também não puderam contar com o conforto de que necessitavam da família.

Outra questão que nos parece importante salientar também diz respeito ao fato das entrevistadas estarem no período da adolescência, o que, segundo Aberastury & Knobel (2000), significa condição ou processo de crescimento. Para essa autora, o termo se aplica especificamente ao período da vida compreendido entre a puberdade e o desenvolvimento completo do corpo, cujos limites se fixam, geralmente, entre os 13 e 23, podendo estender-se até os 27 anos.

Para a autora, o crescimento e as modificações do corpo ao chegar à puberdade impõem aos adolescentes uma mudança de papel frente ao mundo exterior. Aberastury & Knobel (2000) diz que “essa exigência do mundo exterior é vivida como uma invasão a sua própria personalidade” (p. 89). Segundo ela, ainda que ele não queira, sobretudo do adolescente que muda de repente, é exigida uma postura de adulto, e essa exigência do mundo exterior geralmente influencia seus comportamentos.

Aberastury & Knobel (2000) diz que uma das características da adolescência está ligada à entrada do adolescente no mundo do adulto e, poderíamos dizer que primeiro entra através do crescimento e das mudanças do seu corpo e, muito mais tarde, através de suas capacidades e de seus afetos. Enfatiza ainda a estudiosa que é muito freqüente que aos 16, 17 ou 18 anos, se mostrem muito maduros em alguns aspectos, mas paradoxalmente imaturos em outros.

Já Levisky (2000) ressalta os prejuízos e sofrimentos diretos e indiretos decorrentes da violência que atinge os adolescentes e diz que é na adolescência que se tem uma segunda e grande oportunidade, para se oferecer condições construtivas ou destrutivas ao desenvolvimento dos jovens, a partir da interação com a sociedade da qual fazem parte e na qual vão buscar seus novos modelos identificatórios.

A partir disso, entendemos que devemos considerar, portanto, que, sendo a fase de adolescência um período do desenvolvimento em que o adolescente vive conflitos internos provocados pelas demandas sociais, os conflitos gerados pelo abuso somam-se aos conflitos já existentes e podem comprometer o seu desenvolvimento.

A análise da escolaridade das mulheres vitimadas entrevistadas, revela uma grande diversidade de níveis de desenvolvimento escolar. Revela, também, que esse desenvolvimento escolar é, em alguns casos, afetado pela ocorrência do abuso sexual sofrido pela vítima, com a conseqüente repetição da série escolar ou até mesmo o abandono dos estudos. Autores como Rosenfeld, Nadelson & Kreiger (1979), Azevedo & Guerra (2000) e Lorencini & Ferrari (2002) ressaltam essa influência do abuso sexual no desempenho escolar das vítimas. Referem-se a dificuldades como falta de concentração, retraimento, problemas de memorização e socialização, dentre outras. As entrevistadas nos revelam a dimensão disso no seu desempenho escolar, confirmando assim o que os estudiosos da área têm afirmado:

#### Entrevista 8

[...] logo no começo atrapalhou muito, até pro colégio eu não queria ir [...]

#### Entrevista 11

[...] pra mim foi horrível, eu me senti um lixo, me senti usada, me senti... eu já pensava o que iam pensar de mim, como ia ficar as minhas amigas, a minha escola que eu não tinha terminado [...]

#### Entrevista 14

[...] eu ficava com medo, ficava em casa durante uns três meses, ficava com medo, não saía de casa. Quando a minha mãe saía e me deixava sozinha, eu ficava com medo, trancava a casa todinha, não conseguia sair assim, nem para o colégio eu tava indo mais [...]

### Entrevista 16

[...] até então tava muito difícil depois do que aconteceu tive que voltar pra escola, e foi muito difícil assim, a primeira semana depois do que aconteceu, eu não conseguia ficar na sala de aula assistindo aula, eu chorava eu queria sair da sala eu ia pro banheiro chorava muito assim... eu me sentia muito mal mesmo depois eu fui... depois dessa primeira semana, assim ai eu fui melhorando ai eu fui me distraindo com meus amigos com outras pessoas...mais, assim...eu me isolava...eu me isolava muito deles assim...chorava, ficava triste [...]

### Entrevista 18

[...] era muito ruim, eu ficava deprimida, repeti duas vezes o colégio, ficava muito quieta, chorava muito, fiquei tão triste que até pensei em várias vezes em me matar [...]

### Entrevista 3

[...] eu tranquei o período na faculdade, e depois eu voltei [...]

### Entrevista 4

[...] para a faculdade eu tentei voltar, me conciliar com a vida que eu tinha antes mas eu não consegui e todo mundo que estava ao meu redor pareciam querer algo ou me apontando [...]  
[...] é difícil, é muito difícil até voltar pra faculdade, pois pra mim todo mundo de lá sabe [...]

É importante ressaltar, portanto, que o impacto do abuso sexual não se restringe à questão afetiva, ele estabelece conexões com outras áreas de atuação do sujeito, pois essas questões afetivas e cognitivas são conectas umas às outras, mantendo relações de dependência entre si.

A pesquisa nos revela que 16 das entrevistadas, 88% na época do abuso sexual e após ter se passado um ano, estavam solteiras. Acreditamos que a fatalidade da ocorrência do abuso sexual acabou de modo brutal com suas expectativas e também com seus desejos de casar virgem, além do fato de ter perdido a virgindade com alguém que elas não gostam. Algumas delas nos revelaram sua angústia, culpa e vergonha dizendo:

### Entrevista 8

[...] isso interferiu na minha vida, pois eu queria ter casado virgem e depois isso aconteceu, eu achava que não ia mais me casar, que ninguém ia me querer mais, sonhava casar virgem na igreja de véu e grinalda [...]

## Entrevista 1

[...] um dia antes de acontecer isso, um dia antes eu tava namorando aí meu namorado tinha me pedido em casamento, só que deu tudo errado e eu tinha que vir pra cá para Manaus, aí a gente terminou... ele soube e a cidade toda soube do que tinha acontecido comigo, acho que ele não ia mais querer casar comigo [...]

## Entrevista 18

[...] às vezes eu estava com minhas amigas, e quando a conversa era sobre virgindade eu preferia não participar, porque assim eu não tive essa oportunidade de... de entregar a virgindade então assim para a pessoa que ela gosta e que gosta dela também. Elas tiveram essa oportunidade e eu não tive essa oportunidade, de falar isso porque isso não aconteceu comigo, de eu falar assim, poxa, de perder a minha virgindade com uma pessoa que goste de mim assim, aí então às vezes eu não gosto nem de participar dessas conversas, eu fico com vergonha de falar que eu perdi minha virgindade com uma pessoa da minha família [...]

Verificamos que, em seu discurso, manifestaram valores morais consoantes com a ideologia dominante, tais como, a mulher deve casar-se virgem e quando não pode cumprir essa exigência de nossa cultura, passa a viver “junto” como se a ela não fosse permitido mais o casamento, por não ser mais virgem.

O número de entrevistadas que eram apenas estudantes no momento do abuso, 14, indica que ainda não atuavam profissionalmente no mercado de trabalho. Após a decorrência de um ano, 12 delas estudavam e quando trabalhavam desenvolviam atividades rotineiras da vida doméstica.

Do total de mulheres que participaram da pesquisa, durante e após um ano do abuso, nove moravam com os pais e irmãos, totalizando 50%. Das 9 restantes, somente 2 mudaram seu local de residência após a violência sofrida: uma que morava com a irmã e depois de um ano passou a morar sozinha, e outra, que residia com a mãe e irmãos e que era abusada pelo padrasto, passou a morar com a avó e tias.

Entendemos que isso pode ter ocorrido porque as participantes entrevistadas eram adolescentes que ainda não possuíam condições afetivas, sociais e econômicas para se manterem longe do convívio dos pais ou familiares. Entendemos também que o abuso sexual, provocou uma grande fragilidade afetiva que impulsionou as vítimas para o convívio com seus familiares na busca de apoio e segurança.

## 6.1 O ABUSO SEXUAL

### 6.1.1 TABELA 01 – Tipos de Abuso Sexual

TIPOS	FREQÜÊNCIA	%
Intrafamiliar	6	33,33
Extrafamiliar	12	66,67
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>

A pesquisa abrangeu 12 casos de abuso sexual extrafamiliar e 6 de abuso intrafamiliar. É importante ressaltar que o estudo não considerou casos de prostituição e de pornografia, que também são considerados como abuso sexual.

### 6.1.2 TABELA 02 – Local Onde Ocorreu o Abuso Sexual

LOCAL	FREQÜÊNCIA	%
Casa da Vítima	8	33,33
Casa do Abusador	1	11,11
Terreno Baldio	6	33,33
Outros	3	22,23
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>

Com relação ao local do crime, verificou-se uma proporção equivalente entre casa da vítima e terreno baldio (matagais, terrenos abandonados e na rua), ou seja, dos casos pesquisados, 8 casos de abuso sexual ocorreram na casa da vítima, 6 ocorreram em terreno baldio, 1 na casa do abusador e outros 3 referidos pelas vítimas como local de trabalho, motel, sambódromo e casa abandonada. No abuso extrafamiliar 4 deles ocorreram dentro da casa da vítima e 2 na casa do abusador, 6 em terrenos baldios e 4 no local de trabalho da vítima. Já no abuso intrafamiliar, 2 casos de abuso ocorreram fora de casa (na laje e na casinha do cachorro) e 4 dentro de casa (no quarto).

**6.1.3 TABELA 03 – Periodicidade do Abuso Sexual**

<b>PERIODICIDADE</b>	<b>FREQÜÊNCIA</b>	<b>%</b>
Ocorrência Única	13	72,22
Ocorrência Contínua	6	27,78
<b>TOTAL</b>	19	100,00

Os dados evidenciam que, dos 18 casos estudados, 13 mulheres foram abordadas sexualmente apenas uma vez pelo abusador e, com 5 delas, a ocorrência do abuso sexual era contínua. Uma das adolescentes sofreu ocorrência contínua quando ela era abusada pelo tio, e ocorrência única quando foi abusada por um desconhecido. É importante ressaltar que houve recorrência somente em casos de abuso sexual intrafamiliar.

Com respeito à continuidade do abuso sexual, segundo Amazarray e Koller (1998) e Banyard e Williams (1996) as conseqüências nefastas do abuso sexual dependem da sua duração. Segundo esses pesquisadores, a continuidade do abuso sexual é mais prejudicial que um evento único.

O tempo de duração do abuso sexual, o apoio de familiares e amigos e o vínculo afetivo entre o abusador e a vítima são os fatores que puseram em xeque o papel dos adultos mais significativos, em particular dos membros da família do grupo de vítimas que sofreram violência intrafamiliar. A pesquisa confirmou o que estudiosos como Banyard & Williams (1996) têm dito a respeito de ser comum que o abuso sexual praticado por alguém do grupo familiar perdure por certo tempo e seja praticado por adultos com os quais a adolescente mantém importante relação afetiva. A isso, soma-se a dificuldade da família em manter íntegras suas funções, inclusive sua capacidade de apoiar e proteger a adolescente vitimada.

**6.1.4 TABELA 04 – Tempo de Duração Aproximada do Abuso Sexual**

<b>TEMPO</b>	<b>FREQÜÊNCIA</b>	<b>%</b>
Não Faz Referência	12	66,67
1 – 2 horas	4	22,22
Mais de 2 horas	2	11,11
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>

Doze das entrevistadas não fizeram referência à duração da violência sofrida e, quando perguntamos a elas sobre quanto tempo havia durado, mostravam-se aflitas e diziam não se lembrar do tempo. Quatro delas disseram que durou entre uma a duas horas, duas disseram que durou mais que duas horas e uma delas ressaltou que esse tempo lhe pareceu ter sido uma “eternidade”.

#### Entrevista 16

[...] ele demorou uns 15 ou 10 minutos, para mim foi como se fosse uma hora ou 2 horas... foi uma tortura... durou muito tempo assim, e foi quando ele... aí foi quando percebeu que não tinha nada, aí foi quando ele começou a me apalpar e eu não queria aquilo [...]

**6.1.5 TABELA 05 – Sentimentos Mobilizados na Hora do Abuso Sexual  
(Consideramos respostas múltiplas)**

<b>SENTIMENTOS</b>	<b>FREQÜÊNCIA</b>	<b>%</b>
Medo	15	40,54
Raiva	12	32,43
Tristeza	10	27,03
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>100,00</b>

As mulheres entrevistadas vítimas de abuso sexual extrafamiliar relataram que, durante o abuso sexual, experimentaram um feixe de sentimentos como medo (40%), raiva (32%) e tristeza (27%).

Entendemos que esses tipos de sentimentos emergem quando vivemos situações de grande *stress* e quando nossa vida é ameaçada. Uma de nossas entrevistadas nos revelou que sentia medo do que o agressor pudesse lhe fazer e que sentiu raiva por ter ficado impossibilitada de reagir frente às ameaças que sofreu e tristeza porque sabia que o ocorrido causaria sofrimento também a seus familiares.

Em todos os casos de abuso do grupo extrafamiliar, o maior medo experimentado pelas sobreviventes, sob o terror provocado pela grave ameaça de morte ou pelo constrangimento da violência física, foi o risco iminente de morrer ali mesmo, naquele ato, pelas mãos do abusador. Após o estupro, o maior medo foi o de sentir vergonha quando outras pessoas soubessem do que lhes tinha ocorrido, de engravidar do abusador, de contrair AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. No caso do grupo intrafamiliar, as participantes não lembram o que sentiram na primeira vez em que o abuso sexual ocorreu, disseram que somente com a continuação do abuso sentiram medo de que a mãe descobrisse e que também sentiam muita culpa de terem sentido prazer.

É importante notar que o medo reforça não só a conduta instintiva pela sobrevivência, mas também uma série de outros tipos de sentimentos. Pessoas que trabalham no combate à violência recomendam sempre: “não reagir para não morrer”. Nenhuma das vítimas de violência extrafamiliar entrevistadas reagiu de modo intenso em luta física com o estuprador. Constrangidas contaram que se deixaram dominar pelos estupradores, e, em alguns casos, contaram que até facilitaram para o agressor para que assim pudessem se ver logo livres dele, motivo pelo qual apresentavam poucas lesões corporais, que geralmente eram de natureza leve.

É importante enfatizar que nem toda violência sofrida é passível de observação. Alguns mitos foram construídos ao longo dos anos em função da ausência de lesão corporal, de traumatismos. Um desses mitos enfatiza que é a mulher que provoca o estupro pela maneira como se veste, o modo como caminha e se comporta frente ao homem. Doze das entrevistadas acreditam serem culpadas pela ocorrência do abuso sexual, pois acreditam que se não tivessem saído de casa, ou se estivessem vestidas de outra maneira, o abuso não teria ocorrido. Algumas

delas até se culpam por estarem dormindo sozinhas em seus quartos quando foram abordadas pelo agressor.

Uma delas disse que, ao fazer o atendimento psicológico, falou para a psicóloga que a atendeu que se sentia culpada porque achava que poderia ter evitado o ataque sexual do agressor se estivesse em casa e não vindo da escola. A psicóloga disse em seguida a ela que mesmo que ela estivesse na rua porque estava vindo da escola isso não era prerrogativa para alguém violentá-la, que ela tinha o direito de ir e vir a hora que quisesse e de estar no lugar que quisesse. A entrevistada relatou que ao ouvir isso da psicóloga, sentiu um enorme alívio, pois ela havia tirado de seus ombros a culpa pelo que tinha ocorrido com ela.

Por desconhecerem os procedimentos originados pela denúncia em delegacias e o conseqüente exame no Instituto Médico Legal, muitas das entrevistadas acabaram por não terem como “provar” às instituições policiais que sofreram violência física, dada à quase inexistência de fluidos vaginais e do desaparecimento de hematomas. Algumas delas sentem-se “sujas” e tomam banho logo com nojo de seu corpo, e entram em estado de raiva e tristeza, o que as leva a demorar para iniciar os procedimentos legais para denunciar o abuso e os exames necessários.

Durante a ocorrência dos abusos, as vítimas adolescentes sentiram muito medo de serem descobertas pelos outros membros da família, e outros sentimentos como medo e culpa, foram identificados em suas falas. O decorrer do tempo e a continuidade dos relacionamentos sexuais, nos casos incestuosos, acabam por despertar na adolescente sentimentos de prazer e desejo na relação sexual, seguidos de grande tristeza e depressão, onde é constante o surgimento também de sentimento de culpa.

#### Entrevista 5

[...] quando ele aparece, eu não costumo olhar muito, eu prefiro nem chegar perto dele assim, não encará-lo, acho que sei lá, acho que medo das pessoas descobrirem, sei lá descobrirem [...]

#### Entrevista 13

[...] eu tenho raiva dele, não sei porque [...]

**6.1.6 TABELA 06 – Avaliação da Vítima Sobre o Relacionamento com a Família**

RELACIONAMENTO COM A FAMÍLIA	ANTES DO ABUSO		DEPOIS DO ABUSO	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Bom	2	11,11	2	11,11
Ruim	16	88,89	16	88,89
<b>TOTAL</b>	18	100,00	18	100,00

Dezesseis das mulheres entrevistadas (88%) disseram que tinham relacionamento ruim com suas famílias, antes e depois do abuso sexual, e somente duas das entrevistadas revelaram que tinham um relacionamento bom.

No grupo composto pelas mulheres vítimas de abuso sexual intrafamiliar, todas as 6 relataram que o relacionamento com suas famílias era muito ruim, no entanto, 5 das entrevistadas disseram que esse relacionamento agravou-se após o abuso sexual. No grupo extrafamiliar das 12 que participaram desse grupo, 1 disse que o relacionamento com a mãe era bom e as outras 11 referiram-se ao relacionamento com a família como cheio de conflitos, e que, após o abuso sexual o relacionamento com a família piorou, em função de os familiares acharem que, de alguma forma, elas haviam facilitado para que o abuso acontecesse. Uma das participantes disse que todos de sua família foram compreensivos com ela e que somente sua mãe não a apoiou nesse momento difícil de sua vida, e duas disseram que nunca falaram para sua família sobre o que tinha acontecido, pois eles não iriam acreditar nelas. Foram unânimes em referirem-se ao relacionamento com a mãe como conflituoso e difícil e algumas se mostravam ressentidas com a mãe, que não entendia e não queria saber o que estava acontecendo com elas.

Com relação aos conflitos familiares mencionados pelas adolescentes, talvez isso se explique, entre outras coisas, por serem as entrevistadas adolescentes, cujas famílias reagiram com preconceito gerado entre outros fatores, por uma reação da mãe e do resto da família à sua impotência em proteger, pois essa reação também foi sentida pelas participantes do grupo extrafamiliar. Existe ainda, uma expectativa social de que as famílias não saberão entender, e as vítimas compartilham esta expectativa quando comunicam à família sobre a violência sofrida.

É importante ressaltar que na pesquisa utilizamos o conceito ampliado de incesto que inclui como membros da família pessoas que embora não tenham uma relação de parentesco, possuem uma relação de afetividade próxima que os mantém vinculados à família. Dessa forma, seguimos a orientação de Forward e Buck (1989 p. 11) e de Banchs (1994 p. 305) que ampliam o conceito de incesto afirmando que refere-se a qualquer contato sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou que acreditem tê-lo, ou mesmo pessoas que não têm vínculo de sangue mais que possuem vínculos afetivos entre si.

O relato de nossas entrevistadas pertencentes tanto ao grupo intrafamiliar quanto ao extrafamiliar, nos possibilita pensar que a dinâmica familiar vivida por elas e suas famílias é cheia de conflitos, visto que as relações entre seus membros apresentam-se sempre de forma conturbada, revelando que os conflitos intergeracionais estão muito presentes.

Matos (2002), Flores & Caminha (1994) e Forward & Buck (1989) concordam que a estrutura da família incestogênica se caracteriza por ser disfuncional. Para esses autores, tais famílias são simbióticas e aglutinadas, sem limites intergeracionais.

A obediência à autoridade masculina parece ser incontestável, com um padrão de relacionamento não muito claro nas regras de convivência, e a comunicação social não é aberta, o que acreditamos ter facilitado a formação do silêncio sobre o abuso.

Cumpramos mencionar também que a dinâmica social da maioria das famílias das entrevistadas que compõem o grupo intrafamiliar, parece ser de baixa interação social onde seus componentes fazem pouco contato social, principalmente a vítima. Dessa forma, encontramos diferentes formas de relacionamento nas famílias que praticam o abuso sexual da criança ou adolescente. Entendemos que essas formas se originam de diferentes respostas das famílias ao abuso sexual e percebemos que isso funciona como um fator que evita ou regula os conflitos nessas famílias. Algumas entrevistadas desse grupo, assim, revelaram os conflitos no relacionamento familiar:

#### Entrevista 5

[...] e nunca esqueci que me deram as costas, outras que eu nem imaginava me apoiaram, me ajudaram bastante que se não fosse elas eu não estaria viva, apesar de ter perdido a confiança dos

meus pais, amizade de meu pai que ficou acho que três meses sem falar comigo, sem olhar na minha cara [...]

[...] se não fosse o meu irmão... também não estava viva... pensei em fazer algo comigo, eu fiquei em depressão, eu passei assim, dias em que eu só ficava no chão mesmo chorando muito com vergonha [...]

[...] fui chamada de prostituta, não sei se com razão ou não [...]

## Entrevista 8

[...] aí foi quando meu irmão me achou, aí esse meu primo falou pro meu irmão que não tinha acontecido nada, que não tinha acontecido nada e eu falei que não que ele tava mentindo, aí ele acreditou, meu irmão acreditou nele, só que ele é irmão por parte de pai, aí eles ainda pagaram quinze mil reais pra ele ficar contra mim e ele fez o depoimento contra mim na delegacia, aí até hoje também eu não consigo falar com esse meu irmão [...]

[...] eu acho que me afastei mais do meu pai, eu tenho mágoa dele, um dia o meu tio foi lá na minha e falou alguma coisa pro meu pai e eu acho que ele ficou acreditando, aí ele falou coisas que até hoje eu não esqueço, que era possível mesmo que eu tivesse caso com ele, que eu tivesse entrado no carro, mais eu falei pra ele que ele era meu primo, e era normal eu conversar com ele, ele é muito bruto e não teve estudo, é por isso que ele é assim sim eu me afastei mais... com minha mãe não alterou nada [...]

[...] eu acho que perdi um amigo na mesma hora que era o meu primo e meu vizinho, eu confiava bastante nele e ele dizia que gostava de mim, eu achei muito difícil e ele perguntou se eu já tinha perdoado ele e eu não perdoei não, eu o vi, só de longe mais eu senti muita raiva dele, mais eu acho que eu nunca mais falo com ele e olha que ele está solto [...]

## Entrevista 9

[...] não durmo bem acordo de madrugada e fico pensando em como estão meus irmãos e minha mãe, estou com saudades, só que eu ainda não posso voltar pra casa, porque ele, o meu padrasto pode querer fazer alguma coisa comigo, como ele bate na mamãe, aí ele ia me bater também [...]

## Entrevista 13

[...] fui criada com a minha avô, que é quem eu considero como mãe e eu nunca soube o que é amor de mãe da minha mãe biológica, eu vejo ela hoje como uma pessoa normal, eu não vejo ela como uma mãe... não contei para nenhuma das duas que fui abusada, se eu viesse hoje em dia que contar eu passaria por mentirosa, iriam dizer, porque não contou naquele tempo, e eu era uma criança e não sabia nada [...]

[...] com o meu tio também não vou esquecer, essas duas partes eu nunca vou esquecer, eu olho pra cara do meu tio e não esqueço... ele mora junto comigo... mais isso não se repete mais, hoje em dia ele tem 27 anos e ele parou de me tocar com uns dez anos, demorou dois anos. Ele ia pro meu quarto deitava na minha cama, ficava do meu lado e começava a me tocar e hoje eu olho pra cara dele e até hoje eu sinto ódio dele, às vezes as pessoas falam que sou muito obscura, não gosto de ninguém, eu tenho raiva dele não sei por que. Tem muita gente que pergunta porque eu tenho raiva, é porque eles não sabem da missa um terço e aí eles ficam calados. Ele até hoje, tem certeza que eu nunca falei pra ninguém... Não sei, isso eu nunca descobri sobre o que estava ocorrendo... Ele fala pra minha mãe que eu sou uma puta, e os amigos dele não podem nem me olhar que ele vira bicho, fica com raiva, aí ele ainda fala pra minha mãe que eu to dando confiança pra eles e eu nem olho pros amigos dele, nem falo, é como quisesse sempre me botar contra ela e até consegue e quando eu saí de casa, ele teve participação, fez um ano agora em janeiro, ele teve um pouco de participação e por sinal ele deu graças a Deus... ele comentou com os amigos dele e os amigos me levaram para dar uma volta e eles diziam cadê tua irmã e ele dizia que irmão, eu não tenho irmã, falava assim mesmo e mesmo assim eu saindo de casa eu não usei drogas, não me prostitui, não fiz nada e sei que teve muita gente que chegou com a minha mãe e disse que eu tava me prostituindo[...]

## Entrevista 17

[...] a minha mãe e eu fomos junto com ele, nós fomos morar junto com ela, desde 3 anos de idade, ela saía para trabalhar, aí ele começava... aí eu olhei assim para ela, ela tava com ódio, o olhar dela era de ódio e ele quase não olhava para ela assim mais ela olhava mais era para mim, aí eu percebi assim que o olhar dela era de ódio e ela ficou um bom tempo sem falar comigo [...]

[...] eu sinto que os meus pensamentos, sentimentos e decisões são decisões de criança, como se eu tivesse parada no tempo, entendeu? Nesses últimos tempos eu to parando, pensando para analisar assim como agora, eu to grávida né? e, assim eu fico pensando como eu vou criar essa criança, como eu vou fazer, a reação da minha mãe, é que ela não vai me ajudar, que ela não vai fazer nada e, que o tempo dela de criar os filhos dela já passou e ela não quer criar nenhum filho porque dá trabalho, aí também ela não me ajuda e eu também não converso com ela, aí fica meio difícil, é muito difícil, é muito difícil nossa relação em virtude dos acontecimentos né? do que aconteceu ... a nossa vida nunca foi um mar de rosas, se bem que ele sempre procurou, tentou fazer com que isso acontecesse. Ele bebia, sempre chegava em casa bêbado começava a brigar com a minha mãe, quando o motivo era por causa de mim, ele batia em nós duas e era aquela guerra sabe, era muito difícil [...]

[...] aí eu ficava com medo, e como eu não gostava dele, eu achava ele nojento assim, preferia ver qualquer coisa na minha frente acho que até o diabo menos ele, e assim com medo daquilo se tornar pior era perder a virgindade, para que ele não tirasse, eu perdi minha virgindade com 11 anos em dezembro, eu faço aniversário em janeiro né? [...]

[...] aí quando foi perto do meio do ano eu contei para minha mãe, a reação dela foi muito ruim, para mim foi horrível a reação dela, foi até tipo um choque, porque desde isso eu nunca mais tive confiança nela, nunca mais eu conto nada para ela, eu cheguei em casa, eu tava com medo de estar grávida porque eu já estava menstruando quando ele ejaculava dentro das minhas pernas, na minha vagina, aí uma vez, eu estava assistindo televisão e aí o médico falou que quando se é virgem podia ficar grávida, aí eu peguei falei para ela, assim também como eu cheguei lá no colégio e contei para uma colega minha o que acontecia, perguntei como se fosse uma curiosidade e ela disse que era para eu conversar com a minha mãe, e aí eu cheguei em casa e falei para ela, aí quando eu falei, da maneira como eu falei com ela até hoje ela fica ironizando as palavras que eu usei para contar para ela, aí eu disse para ela que eu achava que achava que estava grávida, aí ela ficou nervosa, aí perguntou de quem, eu disse né, que era do Ramiro, aí ela pegou, queria chorar, chamou minha irmã, ela tinha de quatro para cinco anos, aí ela falou, Lisa, tua irmã tá grávida e sabe de quem é, é do teu pai, aí eu olhei para ela olhei para minha mãe e não entendi nada, e aí falei comigo mesma, nunca mais vou falar nada para ela, nunca mais, aí ela fica falando que eu não confio nela, para tudo que acontece ela não sabe o que acontece na minha vida, por esse motivo, pelo que eu entendi ela achou que a culpa fosse minha, que eu queria que eu estava gostando, ela falou que ela não ia deixar um cara ficar aliciando ela, sem que ela gostasse, aí eu fiquei com tanta raiva, porque ela sabe que isso me machuca, ela sabe que eu nunca gostei disso, principalmente dele, aí eu falei, é então se for por isso a senhora apanhava porque a senhora gostava, aí a gente ficou o dia todinho sem se falar, aí eu fui para a casa dessa irmã lá da igreja para ajudá-la a fazer artesanato [...]

As mulheres vitimadas revelaram grandes dificuldades em entender a falta de atenção da família que, ao invés de lhes dar acolhimento e compreensão, se mostraram distantes e com dificuldades em acreditar que seus relatos sobre a violência sofrida eram verdadeiros e que por pertencerem à família, careciam de sua acolhida ao invés de serem desprezadas e desacreditadas.

Entendemos também, que as famílias deveriam ser orientadas pela equipe multidisciplinar nos programas de atendimento quanto aos procedimentos familiares em relação ao estado de fragilidade emocional pelo qual a pessoa vitimada está passando, informando ao grupo familiar sobre comportamentos de acolhimento à

vítima e enfatizando sua importância nesse processo, o que possivelmente possibilitaria amenizar a dor de seu familiar vitimado, esclarecendo a família da oportunidade de reconstrução de seus vínculos afetivos.

#### Entrevista 2 ( extrafamiliar)

[...] a gente tem aquela desconfiança assim... eu e meu marido às vezes briga e ele diz que é tudo mentira porque eu não fiquei com marca, que foi armação minha [...]

#### Entrevista 3 (extrafamiliar)

[...] a família, eles me apoiaram de certa forma, porque acho engraçado que nessas situações quem não tem culpa é quem mais leva [...]

[...] a minha mãe não queria que eu denunciasse, não queria que eu fosse porque os outros iam ficar sabendo, iam ficar o tempo todo jogando na cara [...]

[...] uma prima minha foi em casa tipo levando os amigos para mostrar a que tinha sido violentada, me magoou muito, tanto que criou inimizade com essa pessoa e até hoje não falo com ninguém dessa família porque eles ficaram rindo contando a história pra todo mundo ouvir na rua, foi uma das coisas que mais me magoou, coisas que eu não esqueço, não tem como esquecer [...]

#### Entrevista 4 (extrafamiliar)

[...] e até do meu filho eu não consigo, pra mim sei lá eu penso até machucar ele [...]

[...] eu me fechei pra todo mundo, até pra minha mãe na época, de tal forma que eu só me abria assim para ajudar ela... por isso me sentia insegura... até hoje eu não confio, aquele afeto que eu tenho dentro de mim, que eu tenho vontade de expor, eu não consigo mais, talvez eu tenha me tornado não vou dizer fria... mais eu esfriei um pouco dentro de mim [...]

#### Entrevista 11(extrafamiliar)

[...] antes eu dormia agora não, porque depois que eu acostumei aí pronto minha tia não deixa eu dormir só... tenho vergonha porque as meninas vão dormir comigo [...]

#### Entrevista 12 (extrafamiliar)

[...] porque logo no inicio eu passava de três dias trancada no meu quarto, me joguei assim de cabeça, de um jeito que a minha família simplesmente pirou e ninguém entendia por que [...]

#### Entrevista 14 (extrafamiliar)

[...] eu moro com a minha mãe, só que eu fiquei com medo de falar pra ela, porque ela sempre fala pra mim que eu sempre só trago problemas para casa, doenças, eu só falei com meu irmão e ele foi que falou pra ela... eu falei pro meu irmão, aí ele pegou falou pra minha mãe e ela veio me perguntar e eu falei o que tinha acontecido, ela me brigou, ela não queria ir nem na delegacia, foi preciso a mãe da minha colega ir lá conversar com ela, aí foi como ela foi na delegacia que eu fui lá da parte né, eu a minha colega e a mãe dela, só que quando chegou lá só quem podia estar lá comigo para dar parte era a minha mãe e a mamãe não quis ir, a delegada telefonou pra ela e ela também não quis ir, aí a mãe da minha colega foi lá e conversou com ela e aí ela foi, aí quando ela foi lá ela me tratou bem.

[...] com o meu padrasto eu converso com ele, mais eu não gosto dele não, porque ele tentou matar a minha mãe... eu tenho pra mim que ele vai tentar fazer alguma coisa comigo, que padrasto a gente não se confia nem um pouco [...]

#### Entrevista 15 (extrafamiliar)

[...] não, eu tentei procurar ajuda e não consegui... foi com meu pai mesmo [...]  
 [...] minha família apoiou, apoiou, meu pai ficou revoltado, minha família, minha avô [...]

#### Entrevista 16 (extrafamiliar)

[...] chorava ficava triste mesmo em casa mais também eu sentia muita vontade de sair dessa devido a minha mãe né... porque a minha mãe ficou muito...muito abatida muito triste com o que estava acontecendo... aí eu...aí eu tentei mostrar...tentei me recuperar assim...rápido pra que ela não ficasse daquela forma assim...triste, abatida, que eu não queria que ela sentisse pena de mim, que ninguém sentisse pena de mim, assim então eu resolvi erguer a cabeça e levantar mesmo seguir a minha vida com muito medo porque ela ainda tava solto assim...eu sentia muito medo... ele foi preso... ele foi preso, e ele foi assassinado na cadeia [...]

**6.1.7 TABELA 07 – Avaliação da Vítima Sobre a Mãe**

RELACIONAMENTO COM A MÃE	ANTES DO ABUSO		DEPOIS DO ABUSO	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Bom	4	22,22	2	11,11
Ruim	11	61,11	13	72,22
Sem Contato com a Mãe	3	16,67	3	16,67
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>	<b>18</b>	<b>100,00</b>

No grupo extrafamiliar, cinco entrevistadas disseram que na ocasião do abuso sexual o relacionamento com sua família já era conflituoso e se agravou mais porque suas mães duvidaram que elas estivessem dizendo a verdade sobre o que lhes tinha acontecido, desconfiando que elas tivessem participação ativa no abuso sexual. Três disseram que a família tinha sido legal com elas, ajudando-as a fazer a denúncia e não destacaram o papel da mãe nesse contexto, fato que nos leva a pensar que, ao falarem do bom relacionamento familiar, não excluíram a atuação materna frente ao ocorrido.

Ainda no grupo extrafamiliar, outras três entrevistadas não compartilharam com a família sobre o que lhes tinha acontecido, duas delas justificando que suas mães já eram muito idosas e que não queriam que sofressem pelo que lhes tinha acontecido, e a outra disse que teve medo da reação da mãe, dizendo que sua mãe não acreditaria nela, e uma delas que era casada, disse que o marido não acreditou na história dela, dizendo que tudo foi armação dela, ressaltou que contou para os filhos e os mesmos acreditaram no que lhe tinha acontecido.

No grupo intrafamiliar, somente uma das entrevistadas disse que o relacionamento com a mãe era bom, as outras cinco se referiram ao relacionamento como cheio de conflitos.

Os dados nos mostram que o relacionamento entre as mulheres entrevistadas e suas mães tanto no grupo intrafamiliar quanto no grupo extrafamiliar foram quase sempre conturbados e cheios de conflitos. Algumas ressaltaram que, mesmo antes de terem sofrido abuso sexual, o relacionamento com a mãe já não era bom e que após sofrerem a violência sexual, o relacionamento com suas mães piorou seja porque, no caso de terem sofrido abuso sexual por pessoa da família, acham que suas mães pensam que, de alguma forma, elas colaboraram para que isso acontecesse. Também no grupo de mulheres que foram estupradas por alguém desconhecido, ouvimos relatos de que o relacionamento com a mãe sempre foi conflituoso e que, após o abuso sexual sofrido, esse relacionamento também piorou, pois as adolescentes disseram que suas mães não acreditaram nelas quando souberam da violência que sofreram, pois achavam que as filhas tinham “articulado” toda a situação.

A nosso ver, o papel da mãe parece ter sido determinante no que se refere à continuidade da violência sexual intrafamiliar. As mães das vítimas apresentaram dificuldades de confrontar seus companheiros e assumirem a proteção das filhas, em todo o tempo de ocorrência do abuso. Ou seja, elas não conseguiram romper a sua passividade para cobrar de seus companheiros o limite que eles parecem não ter internalizado, ou seja, enfrentá-los. Essas mães não perceberam os vários indícios existentes a respeito da violência incestuosa entre seus companheiros e suas filhas. Nos dois grupos algumas de nossas entrevistadas disseram ter ficado muito magoadas com suas mães porque as mesmas não ligaram quando elas falaram o que lhes estava acontecendo.

Nosso estudo com o grupo de participantes que sofreram abuso intrafamiliar, revelou que as relações incestuosas foram duradouras, não se resumindo a alguns episódios. Das relações incestuosas que foram de alguma forma descritas pelas entrevistadas, todas tiveram uma duração maior do que um ano, o que nos leva a pensar que essa relação fazia parte do cotidiano dessas pessoas e muito possivelmente do conhecimento da mãe da vítima e até de outros membros da família. Dessa forma, uma relação sexual incestuosa que dura mais de um ano mostra que as pessoas diretamente envolvidas apresentam praticamente uma relação “conjugal”, demonstrando concretamente a existência de troca de papéis dentro do grupo familiar.

Cabe aqui também ressaltarmos que, segundo as participantes desse grupo, a “descoberta” do que estava acontecendo foi provocada pela própria adolescente que vivenciou a situação ou por pessoas que não moravam na casa (terceiros ou outros parentes) o que significa que as famílias, como a literatura nos tem alertado, conseguem manter o segredo, e que as pessoas ainda mantêm o conceito de que a família é que tem que resolver suas dificuldades, só chegando a intervir nesses casos quando se certificam que a mãe também é conivente com toda a situação de violência vivida pela filha.

As dificuldades da denúncia do companheiro pelas mães de adolescentes vitimados parece ser o indício de uma complexa relação, onde há uma impossibilidade de proteção ou cuidado materno. Identificamos uma grande ambivalência de sentimentos de nossas entrevistadas em relação a seus familiares abusadores, revelando-se mais nitidamente em sentimentos de raiva ou desprezo em relação muito mais às mães do que aos abusadores. Parecem responsabilizar a mãe pela relação sexual, sentindo mais raiva pela falta de apoio do que pelo ato em si. Nas falas das adolescentes, isso nos parece ser muito claro:

#### Entrevista 9

[...] ele me mandou ir embora de lá e a mamãe mandar dizer que não era para eu falar nada e que era tudo mentira o que eu estava dizendo, e até os vizinhos sabiam o que estava acontecendo comigo, só a mamãe que dizia que não sabia, mas ela era a primeira a saber, pois eu contava só pra ela o que acontecia [...]

[...] quando eu contava pra minha mãe o que estava acontecendo comigo a minha mãe só fazia me bater, não acreditava em mim, eu queria que ela, que eu queria que ela mandasse ele embora... e até hoje ele ainda tem vontade de me bater, de se vingar de mim, ele diz pra mamãe que tudo é invenção minha e que eu queria ver ele na cadeia [...]

Não obstante, Furniss (2002) diz que a distância na díade mãe-criança emerge quando se trata das questões de proteção contra o abuso sexual. Segundo ele, quando a criança ou adolescente tenta indicar abertamente que está acontecendo abuso sexual, as mães não levam a sério as declarações de suas filhas e filhos (p. 53).

Essa relação conflituosa da mãe com sua filha se reflete no relacionamento das pessoas na família, que não expressam livremente seus sentimentos, limitando-se a um diálogo superficial e utilizando outros padrões de comunicação, como mentiras, segredos, mensagens de duplo sentido e discurso confuso. (Scodelário, 2002).

Essa postura conivente da mãe também está implicada na formação do segredo familiar em torno da dinâmica incestuosa que se estabelece na família, ajudando a manter a rede de silêncio, justificando ou encobrendo o que acontece (FURNISS, 2002; FORWARD e BUCK, 1989; MILLER, 2002; SCODELARIO, 2002).

Para Furniss (2002) o abuso sexual de crianças e adolescentes se configura em uma síndrome de segredo para a criança e em síndrome de adição para o adulto. É o segredo que mantém fechado o ciclo do abuso. É o adulto quem estabelece o segredo por meio da sedução, onde o jogo sexual é colocado como natural na relação entre adulto e criança e o segredo como forma de preservar a aliança entre eles.

Três mulheres do grupo de entrevistadas do grupo intrafamiliar revelaram que mantiveram o segredo por todo o tempo de duração do abuso, não o denunciaram porque não encontraram receptividade e acolhimento quando tentaram relatar o que estava ocorrendo para a mãe. Quatro delas disseram que nem tentaram falar para suas mães, com medo de que elas pudessem não acreditar em suas histórias.

Reiterando essa análise, Scodelário (2002) ressalta que o segredo é um dos fatores que mais favorece a continuidade e a reprodução da violência dentro de uma mesma família, em especial nos casos de abuso sexual incestuoso. Enfatiza a autora que o silêncio pode encobrir o abuso por várias gerações, podendo o mesmo tipo de abuso ser praticado inicialmente com uma filha e/ou filho, em seguida com a neta ou com outro membro da família. Esse silêncio é mantido tanto pelos agentes das agressões quanto pelas pessoas vitimadas e demais membros envolvidos na dinâmica incestuosa.

Exemplo de dinâmica incestuosa viveu uma das entrevistadas, abusada pelo avô materno. A adolescente soube, após relatar o ocorrido para suas tias, que uma delas também havia sido abusada por ele por anos a fio. A tia que sofreu a violência de abuso sexual e que mora em outro estado, quando soube do que havia ocorrido com a sobrinha, revelou seu segredo de ter sido também abusada pelo seu pai, e que na época em que ocorriam os abusos, tentou contar para a mãe e outros membros da família e nenhum dos familiares acreditou que isso estivesse ocorrendo com ela.

Acreditamos que se o segredo tivesse sido rompido nessa família, possivelmente outra geração não teria vivido essa mesma trama incestuosa. Exemplo similar também ocorreu com outra entrevistada que, após ter sido expulsa de sua casa pela mãe, foi morar com a avó, quando soube pela irmã mais velha, que a procurou para dizer que entendia o que estava acontecendo com ela, pois ela também já havia sido estuprada pelo padrasto e que a mãe também sabia do que lhe tinha ocorrido e não o denunciou para a polícia, e dizer também o quanto esse comportamento de esquiva da mãe a tinha magoado. Entendemos que essa dinâmica se estabelece também em função da imensa dificuldade na comunicação entre seus membros. Seja entre pais e filhos, seja entre os próprios irmãos, principalmente no que se refere às vivências emocionais.

Segundo Scodelário (2002), muitas vezes, o processo de comunicação pode ocorrer de forma indireta, seja através de uma terceira pessoa que leva recados, seja por formas não-verbais como gestos, ou uma palavra acompanhada de uma ação que o adulto vai utilizar para avisar ao adolescente o que está sendo esperado ou virá a seguir (p. 99). Segundo essa autora, essa forma de funcionamento familiar tem estreita relação com dificuldades nos processos de elaboração das experiências emocionais, permanecendo os conflitos intrapsíquicos de forma menos consciente, não emergindo de forma direta na comunicação.

Banchs (1994) ressalta que, embora o grau de responsabilidade do pai seja indiscutivelmente superior, por ser o agente ativo, é difícil, em alguns casos, considerar a mãe como totalmente inocente. Dessa forma, a autora diz que é importante deixar claro que, no incesto “estão envolvidos todos os membros do grupo familiar, tecendo paradoxos, selecionando aspectos da realidade para serem reconhecidos, adaptando-se à realidade sempre cambiante e dinâmica a sua volta” (Banchs, 1994, p. 311). Desse modo, a trama incestuosa não afeta apenas as

vítimas ativas do incesto, mas também as outras pessoas que fazem parte da família.

No entanto é importante enfatizar que é na saúde da vítima que ela causa maior impacto, pois grande parte das adolescentes vítimas são incapazes de protegerem-se sozinhas, muitas vezes por serem pequenas e não conseguirem se expressar adequadamente, mesmo porque não entendem a situação que estão vivendo, ou então, por estarem dentro de uma família na qual o silêncio faz parte de uma regra estabelecida, e podem estar sendo ameaçadas e seduzidas pelos familiares para reforçar a trama silenciosa.

Ademais, o relacionamento conflituoso entre mãe e filha também ocorre quando a adolescente sofre violência sexual fora do núcleo familiar. Identificamos que nesse grupo a perspectiva de acolhimento da mãe é vista como um comportamento muito esperado por parte das vítimas, quando relataram que ficaram extremamente magoadas com suas mães que não as ampararam naquele momento.

É importante lembrar que existe uma expectativa social em relação ao papel protetor que toda mãe deve desempenhar em relação aos filhos, e é a partir dessa perspectiva social que passamos a considerá-lo falho quando uma mãe não consegue proteger seus filhos dessa violência. A mãe, por sua vez, não admite que falhou, pois para ela, falar que falhou é admitir que falhou em relação à expectativa social. Sempre esperamos que toda mãe seja provedora de afetividade e continente para com as questões afetivas dos filhos e, quando ela não consegue desempenhar esse papel de forma satisfatória, a culpabilizamos por todas as dificuldades vivenciadas pelos filhos.

**6.1.8 TABELA 08 – Atividade Sexual das Participantes**

ATIVIDADE SEXUAL	NO MOMENTO DO ABUSO		DECORRIDO UM ANO DO ABUSO	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Não	11	61,11	5	27,78
Sim	7	38,89	13	72,22
<b>TOTAL</b>	18	100,00	18	100,00

A pesquisa nos revela que 11 mulheres, 61% das participantes, no momento do abuso sexual ainda não haviam tido atividade sexual com penetração vaginal. Sete das entrevistadas, 38%, revelaram que já tinham tido experiência sexual e que, portanto, não eram mais virgens no momento em que sofreram a violência sexual. O maior percentual de idades em que ocorreu a iniciação sexual em nossas entrevistadas ficou na faixa dos 15 aos 25 anos.

Após um ano, verificamos que, embora o abuso tenha provocado um impacto negativo em seus relacionamentos sexuais, 13 das mulheres que foram abusadas sexualmente voltaram a ter relacionamentos sexuais, revelando com isso que o fato de elas se envolverem sexualmente após o abuso sexual funciona como uma tentativa de superar o impacto da violência sofrida em suas vidas. Algumas das cinco restantes que, após um ano, ainda não voltaram a ter relacionamentos sexuais, mostraram-se desejosas de, no futuro, quando conseguirem superar o impacto negativo em seus relacionamentos, voltar a uma atividade sexual normal. Algumas dessas mulheres, embora tenham dito que estão superando, referiram-se ao episódio do abuso sexual como algo difícil de ser superado, com importantes reflexos em seus relacionamentos sexuais:

#### Entrevista 1

[...] só que pra gente fazer assim, manter relações sexuais com o parceiro, sei lá, eu me lembrava daquilo, e de repente eu parava com aquilo [...]

#### Entrevista 2

[...] atrapalhou, porque ele ficou chateado né aí a gente passou uns tempos sem ter relações... eu acho que eu fiquei abaixada de mal jeito e ele tentando que eu fiquei com dor nas cadeiras e toda vez que a gente vai ter relações eu tenho aquela dor igual a que apareceu por ocasião do abuso sexual, são dores em forma de ferroada, nascem desse lado, mais não é assim só depois né que termina aí fica aquela dorzinha, aí passa [...]

#### Entrevista 3

[...] eu arranjei um outro namorado, ele não sabia porque eu tinha medo de sair à noite com ele, ou, tipo, se estava num lugar muito solitário que não tivesse muita gente, eu ficava nervosa e tal. Se ele chegasse e me tocasse assim eu ficava toda errada, não gostava que ele se aproximasse [...]  
[...] eu perdi toda a motivação para relacionamentos sexuais, pois se a primeira vez foi dessa forma... isso se tornou uma coisa banal pra mim, uma coisa sem valor [...]

#### Entrevista 4

[...] larguei o namorado, pois eu não aceitava ele me tocar, e eu sentia, parecia que eram dois em cima... isso daí é uma coisa muito complicada, até hoje ele não entende, ele não sabe e nunca vai saber...aí eu terminei o namoro com ele[...]

[...] eu nem deixava meu namorado olhar pra mim, ele já começou a cismar, pensava que era outra coisa [...]

### Entrevista 5

[...] eu acho que ficou na minha cabeça tanto que toda vez que eu vou fazer... transar com alguém, um namorado meu, sinto remorso, me sinto suja, então assim isso atrapalha um pouco as minhas relações[...]

[...] eu acho que não consigo me entregar de verdade, até tento ficar relaxada, mais depois assim de relance tudo começa de novo... a única pessoa que eu me apaixonei mesmo pela primeira vez, não foi legal, foi horrível...ele nunca mais me procurou, e a gente tava junto há quase dois anos e ele me deixou...acho, que isso tem a ver com o que aconteceu[...]

[...] tive assim, parceiros... vou contar, perai... acho que. uns sete, oito, não muito assim no mesmo ano...dois no ano...e, assim fui ficando mais madura, três meses por aí[...]

### Entrevista 7

[...] eu não sei quando é que eu vou conseguir me envolver com alguém e isso já tem mais de um ano, não sei se vou conseguir me envolver, eu vou tentar... não consegui ficar com ninguém, nem namorar, muito menos sexualmente, não consegui... é muito difícil eu ter algo com alguém, ainda mais assim profundo, isso vai ficar não tem como tirar [...]

### Entrevista 8

[...] no início eu não queria ninguém perto de mim, passei uns oito meses sozinha, eu não confiava mais em ninguém, o sono que eu dormia bem só que eu acho que era difícil, eu acordava de madrugada eu acho que era em função do que aconteceu, quando eu acordava meu pensamento ia logo para o que tinha acontecido, ficava difícil dormir [...]

### Entrevista 11

[...] Interfere um pouco nos meus relacionamentos sexuais porque eu não tenho prática eu até tentei... não tenho coragem de nada, eu ate tentei mas não consegui... eu lembro mas vem o medo que me dá, a insegurança de ser ... por que foi com uma brutalidade muito grande fui muito violentada. Então vem a dor, a primeira coisa que eu lembro é da dor, então quando eu lembro da dor isso impede que eu continue... não eu procurei... não... eu sei que um dia isso vai passar só não sei quando só que é uma coisa que eu procuro não me preocupar...sei que um dia isso vai passar e quando chegar a hora eu sei que um dia eu vou conseguir [...]

### Entrevista 12

[...] até mesmo os gestos que ele fazia, eu lembrava, eu ligava ele ao agressor, assim, se ele fizesse qualquer gesto, pronto, acabava tudo na hora... logo no inicio eu fiquei muito... ele entendia, ele sabia, ele era muito calmo. Tudo mudou, em relação às carícias, trocas, jogos sexuais. No inicio sim, mais depois passou, há muito tempo que ocorre de eu me lembrar desse momento, quando eu to com alguém, não acontece mais. Ele permanece mais com relação à segurança, liberdade de estar em um lugar, mais na hora do ato sexual, eu não sinto mais essa insegurança, mas só que também não deixo ninguém tocar o meu cabelo, de jeito nenhum... ele puxou meu cabelo, eu não deixo não eu não gosto, não quero, me irrita , não deixo não [...]

[...] eu já arrumei mais uns dois namorados, só que efetivamente assim tipo, assim eu não, eu não conseguia, você gosta o normal só para manter relações, mas gostar mesmo, eu não consigo mais [...]

### Entrevista 13

[...] eu tenho relacionamento sexual com meu namorado, mas é assim... eu tenho lembranças, tem momento que a gente ta mais ... vem algo na minha cabeça e olho, e aí me dá raiva da pessoa que está comigo, e eu sofro, e corro e ele fica sem explicação, e eu não dou explicação, acho que é pelo fato de que eu comecei a criar raiva do que aconteceu comigo, e acho que eu quero condenar outras pessoas que não tem nada a ver com isso [...]

### Entrevista 15

[...] eu não tinha tido experiência sexual... já antes disso eu namorei um ano e todos os meu namoros assim eram só de carícias, assim de beijos, e hoje, quanto à relação de cama eu era bastante fria, aí já vinha tudo na minha cabeça e eu não conseguia ter, ainda não consigo.... agora piorou né, virou, ficou pior ainda, tenho medo de homem [...]

[...] eu não gosto de homem mais, eu tenho medo [...]

[...] não consigo me relacionar com homens, ter relações assim, sou muito fria [...]

### Entrevista 18

[...] e logo assim, que isso aconteceu, eu nem chegava a ficar com os meninos para namorar, porque eu achava que ia acontecer tudo de novo, pois eu achava que eles iam querer fazer a mesma coisa comigo, eu tinha aquele medo [...]

Identificamos que, embora as recordações dolorosas do abuso sexual sofrido sejam ainda uma constante em suas vidas, principalmente em suas atividades sexuais, é muito presente também o desejo de superar essas dificuldades através de uma postura pró-ativa em seus relacionamentos.

É importante ressaltar que socialmente a primeira relação sexual é comumente relatada como cercada de grande expectativa, destacando-se a problematização relativa à perda da virgindade. Uma de nossas entrevistadas assim expressa a perda de sua virgindade:

### Entrevista 18

[...] às vezes eu estava com minhas amigas, e quando a conversa era sobre virgindade, eu preferia não participar, porque assim eu não tive essa oportunidade de... de entregar a virgindade então assim para a pessoa que ela gosta e que gosta dela também. Elas tiveram essa oportunidade e eu não tive essa oportunidade de falar isso, porque isso não aconteceu comigo, de eu falar assim, pôxa, de perder a minha virgindade com uma pessoa que goste de mim, assim, aí então, às vezes, eu não gosto nem de participar dessas conversas, eu fico com vergonha de falar que eu perdi minha virgindade com uma pessoa da minha família [...]

É importante também lembrar que a sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todas as mulheres participantes. Mais do que “um recurso explicativo baseado em diferenças psicológicas, essa variação é efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados nichos

sociais” (Heilborn 1999, p. 40). Diz essa pesquisadora que é a cultura a principal responsável pela transformação dos corpos em entidades socializadas e sexuadas, isto acontece por intermédio da formação de significados que tanto abarcam categorias de gênero, de orientação sexual quanto de escolhas de parceiros. Dessa forma, os valores e as práticas sociais modelam desejos e modos de viver a sexualidade, originando as diversas formas de sexualidade e a amorosidade.

O valor diferencial atribuído à sexualidade deve considerar que ela nem sempre é sinônimo de atividade sexual, pois a mesma, está intimamente ligada à dimensão interna dos sujeitos bem como, profundamente ligada ao modelo particular de formação da pessoa, no qual interiorização e individualização são traços definidores da subjetividade (Heilborn 1999, p. 40). Mais do que uma entidade universal, a sexualidade é uma unidade de representação, pois segundo Foucault (1977), é dependente de um determinado contexto cultural e historicamente instituída como um domínio portador de sentido em si mesmo.

Desse modo, considerando tais diferenças de contexto cultural, é ainda possível recuperar o percurso das entrevistadas no âmbito dos afetos e contatos físicos com pessoas. Assim, é possível identificar que a iniciação sexual do grupo formado por mulheres abusadas sexualmente do grupo intrafamiliar, tende a ser mais precoce, quando comparada à iniciação sexual de mulheres vítimas de violência sexual extrafamiliar.

Entendemos também que as mudanças nas relações de gênero e a perda relativa do valor alocado sobre a virgindade feminina, têm provocado uma alteração no momento da escolha do parceiro para as mulheres iniciarem seus relacionamentos sexuais; este tanto pode ser o namorado, quanto o parceiro de uma relação eventual.

A iniciação sexual informada por nossas entrevistadas, pressupõe que ingressar na sexualidade adulta de forma involuntária, tornou-se motivo de vergonha na vida dessas jovens mulheres. Uma delas revelou seu constrangimento em falar sobre não ser mais virgem na frente de seu pai e de estranhos que se encontravam na delegacia na hora de fazer a comunicação do estupro para o delegado:

#### Entrevista 16

[...] ai foi quando ele me fez uma pergunta [...] o delegado mesmo [...] aí eu me senti mal mesmo porque estava na frente do meu pai, a mãe sabia que eu não era mais virgem [...] mais o meu pai

não, eu me senti muito constrangida de falar... ele perguntou, aí eu abaixei a cabeça e tive que responder [...] eu me senti muito constrangida na frente de meu pai [...]

Entendemos que, embora exista uma diminuição na idade com que mulheres iniciam seus relacionamentos sexuais, ainda existe muita dificuldade no diálogo com os pais, o que revela a existência de uma barreira intergeracional que se estabelece na hora em que o assunto é a prática da sexualidade de forma livre e autônoma por parte dos adolescentes.

## 6.2 OS ABUSADORES

**6.2.1 TABELA 09 – Vínculos Afetivos e de Parentesco da Vítima com o Abusador**

VÍNCULOS	FREQÜÊNCIA	%
Padrasto	2	10,00
Avô	1	5,00
Tio	1	5,00
Primo	2	10,00
Desconhecido	13	70,00
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Treze das mulheres vitimadas que compuseram o grupo extrafamiliar disseram que seus agressores eram pessoas desconhecidas, sendo que 3 desse total disseram que os agressores residiam próximo às suas casas, no mesmo bairro e que as conheciam. Os agressores das 6 participantes do grupo intrafamiliar em 2 casos foram os tios, 1 caso o avô, 2 casos os primos, e em outros 2 casos foi o padrasto.

Constatamos que somente 6 das mulheres entrevistadas conseguem estimar a idade aproximada do perpetrador do abuso sexual. Treze delas disseram que o abusador era adolescente, adulto, ou velho, sendo que algumas não fizeram referência à idade e não souberam indicar a idade aproximada do abusador.

Sadigursky & Magalhães (2002) dizem que o perfil do abusador é sempre difícil de ser definido, pois ele vem de todas as etnias, níveis socioeconômicos, profissões e classes sociais. Ressalta que, no Brasil, encontra-se um número maior de casos notificados entre a população de baixa renda em que as condições ambientais adversas, como falta de policiamento na periferia onde comumente essas pessoas residem, somadas a outras dificuldades de organização da infra-estrutura dos bairros, atuam como facilitadoras do ato infracional de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Entendemos também que estas dificuldades sobre o perfil do abusador parecem estar também relacionadas ao elevado nível de medo que as vítimas sentem na hora em que ocorre o abuso sexual, e que as impedem de prestar atenção às características pessoais de seus abusadores.

**6.2.2 TABELA 10 – Estratégias Utilizadas pelo Abusador**

<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>FREQÜÊNCIA</b>	<b>%</b>
Surpresa	12	63,20
Uso da Força Física	2	10,50
Brincadeiras, Sedução e Amizade	3	15,80
Engano e Mentira	2	10,50
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Com respeito às estratégias utilizadas pelos agressores, 12 mulheres vítimas de estupro extrafamiliar disseram que foram tomadas de surpresa pelo abusador e que estes se valeram de ameaças, da força física e também do uso de armas para dominá-las. No grupo formado pelas vítimas de abuso intrafamiliar, as mulheres vitimadas disseram que o integrante da família utilizou brincadeiras, sedução,

conselhos sobre a vida e da amizade existente entre eles para praticar o ato sexual.

Referiram-se assim:

#### Entrevista 1

[...] ele chegou e com uma faca no meu pescoço... ele pegou disse que não era para mim falar nada, senão ele me matava... aí eu tava nervosa sem saber o que fazer, também com os pés e as mãos amarrados, que ele tinha amarrado e eu não pude falar nada, aí ele colocou um pano na minha boca [...]

#### Entrevista 2

[...] me pegou pelo cabelo e com a faca... saiu me levando, e eu dizendo para ele me soltar, e ele dizendo para eu calar a boca senão ele me matava, aí só me levou assim um pedaço assim dentro do mato, tirou a minha roupa, só que ele não tirou toda...com violência e com a faca [...]

#### Entrevista 3

[...] ele tava drogado... ele me segurava, tapava a minha boca...ele tava armado com uma faca [...]

#### Entrevista 4

[...] eles me viram assim como se eu fosse uma prostituta, essa é bem a palavra que eles falaram pra mim... eles me chutaram, acho que eles me trataram pior que uma prostituta [...]

#### Entrevista 5

[...] então assim a gente costumava brincar junto, brincar tipo... ele costumava tomar conta de mim, então nesse dia...ele...a gente tava num, lá em casa tem um terreno...nele tinha uma casinha de cachorro, então assim a gente ficava nessa casinha... só sei que ele... eu sempre de calcinha... então assim puxava minha calcinha por trás e ele sentado e ele me colocou em cima dele sentada [...]

#### Entrevista 6

[...] ele chegou lá comigo, pegou por trás de mim, aí ele pegou tapou a minha boca pra mim não gritar, aí ele falou que não era pra eu gritar que aquilo um dia ia chegar a hora daquilo, então ele me pegou, me levou no meio do mato, no capim que tinha num pedaço de campo, e me levou pra lá e me jogou lá e fez tudo, tirou a minha roupa, começou tirando a minha roupa, e eu sempre ficava gemendo, eu gritava...ele deu um tapa no meu rosto... aí eu cai, ele disse se eu reagisse mais uma vez ele me furava, eu fiquei com medo dele, aí ele fez o que quis comigo, aí foi quando ele disse que não era para eu contar pra minha mãe, porque se eu contasse pra minha mãe ele me matava, ele só andava armado [...]

#### Entrevista 7

[...] quando eu vi foi uma pessoa me enforcando... eu dizia assim, porra me larga o que tu vais fazer... olha, vamos conversar... ele dizia, eu não quero conversa contigo, eu não quero conversa contigo.. .depois disso ele me deu uma pancada na cabeça, senti uma pancada na nuca, e eu apaguei [...]

### Entrevista 8

[...] eu perguntava porque ele tava fazendo aquilo comigo, e ele dizia que era porque ele gostava muito de mim e eu sempre esnobava ele, aí eu falei que não era isso, porque eu preferia ser amiga dele do que ter algum tipo de relacionamento mais profundo assim com ele, aí foi quando ele conseguiu me estuprar [...]

### Entrevista 9

[...] às vezes ele tampava a minha boca, ele trancava a porta e ligava o som alto, ele fazia mais comigo do que com a minha mãe...ele pedia para eu faltar aula, e quando eu saía com ele e com meu irmão ele queria me levar pro motel... tenho medo que ele me mate [...]

### Entrevista 10

[...] ele estava com uma arma, aí ele apontou pra mim e disse que eu entrasse no carro, aí eu tive que entrar, pois se eu não entrasse ele ia atirar em mim [...]

### Entrevista 11

[...] ele puxou pelo meu cabelo... ele falou assim...eu te quero, eu vou te ter...ele me levou para uma casa abandonada...aí me levou pra lá com uma faca no meu pescoço, e me ameaçava que se eu gritasse ele ia me matar, e como a rua tava deserta e até eu gritar, e não tinha como me soltar ali...foi o jeito eu ceder [...]

### Entrevista 12

[...] ele tava muito agitado, qualquer movimento que eu fizesse ele reagia mal, colocou assim o braço por cima do meu pescoço e o meu cabelo tava assim, comprido nisso aqui, aí ele deixava o gargalo da garrafa aqui nesse ponto, qualquer coisa ele dizia, não grita, não mexe, não olha pra ninguém... eu falei pra ele, olha eu não vou gritar, não vou fazer nada, tu fica calmo né, bom vamos tentar resolver da melhor maneira possível, eu só quero que tu não me mates que eu vou fazer o que você quiser...tentei convencer ele,mais não teve jeito...depois puxou pelo meu cabelo, olhou pra frente pois tinha ouvido um barulho, aí ele disse que ia me matar...tentei ser carinhosa... disse que eu gostava dele, que eu entendia a situação dele [...]

### Entrevista 13

[...] vi o pedreiro que trabalhava na frente, ele me pegou e rasgou toda a minha roupa e eu realmente não sei o fato que ocorreu, só sei que eu via sangue e no tempo eu não sabia como é que era o orgasmo do homem, eu vi que ele tava sentindo prazer... só sei dizer que fui violentada... eu sentia minas partes íntimas doerem tanto [...]

[...] ele ia pro meu quarto, deitava na minha cama e começava a me tocar [...]

### Entrevista 14

[...] ele me abordou com uma faca, e pediu que eu fosse lá pro quintal dele, aí eu tive que ir, porque falou que se eu tentasse correr dele ele ia me furar... fui tentar correr dele e ele foi querer me furar [...]

### Entrevista 15

[...] o estuprador era grande e eu lutei o que pude, fui ameaçada de faca e infelizmente aconteceu... eu lutava também, foi pura sorte ter saído viva [...]

### Entrevista 16

[...] eu acordei aí eu me deparei com aquela pessoa com um revólver apontado na minha cabeça...aí foi quando ele começou a me apalpar e eu não queria aquilo... ele mandou eu calar a boca porque senão ele ia me matar e ainda ia matar meu pai e meu irmão que estavam no quarto [...]

### Entrevista 17

[...] o que ele fazia era só me tocar, nunca houve uma penetração, houve tentativas, algumas tentativas assim, mais ele nunca conseguia... eu não deixava porque eu tinha medo... eu ficava nervosa, empurrava, ele saía mas era um pouco difícil de lutar com ele porque ele era homem né? mais forte do que eu [...]

### Entrevista18

[...] ele foi me costumando, me tocando, todas as vezes...ele não falou nada e começou a tirar a minha roupa, assim, eu fiquei até espantada, como eu era tão pequena, eu deixei né...sei lá é meu avô , tinha que respeitar...nas outras vezes ele não falava nada, não me ameaçou...o que ele fazia era tirar a minha roupa [...]

No grupo extrafamiliar, as participantes falaram que não conheciam os abusadores, no entanto, algumas delas revelaram que lembravam ter visto o estropador circulando pelo bairro e que, por isso, acreditavam que eles haviam feito um planejamento para a execução do abuso sexual. Já com as 6 participantes do grupo intrafamiliar, identificamos que os abusadores eram sempre pessoas muito próximas da vítima e que se utilizaram da confiança depositada neles para cometer o abuso.

**6.2.3 TABELA 11 – Uso de Drogas pelo Abusador na Hora do Abuso**

<b>USO DE DROGAS</b>	<b>FREQÜÊNCIA</b>	<b>%</b>
Sim	9	47,37
Não Souber Dizer	10	52,63
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Revelaram as participantes que 9 dos 19 agressores na hora em que abusavam delas se encontravam sob efeito de drogas tais como álcool e cola de sapateiro. Algumas das participantes disseram que sentiam um cheiro muito estranho quando eles falavam, elas acreditam que era cheiro de substância psicoativa que tinham ingerido, algumas delas não souberam precisar o tipo da

droga. Referiram-se também à grande dificuldade que os mesmos sentiam para alcançar seus objetivos sexuais.

Acreditamos que, por estarem também em situação de medo, os abusadores não conseguiam se concentrar no que pretendiam e demoravam, portanto, muito mais tempo com suas vítimas. Destacamos que, embora algumas participantes façam referência ao papel da droga nesse tipo de violência, poucos estudiosos sobre o assunto se referem a isso. Encontramos em Sadigursky & Magalhães (2002) que o consumo de bebidas alcoólicas ou outras drogas psicoativas apresenta-se nesses casos como agentes ambientais que predispõem à vitimação de crianças e adolescentes no seio da família ou fora dela. Concordamos com esses autores porque algumas das adolescentes entrevistadas no grupo intrafamiliar disseram que todas as vezes que seus familiares agressores bebiam as estupravam e batiam nelas.

### **6.3 CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL PARA A SAÚDE DAS VÍTIMAS**

O abuso sexual, assim como outras formas de violência sexual, praticadas contra crianças e adolescentes trazem consequências negativas para sua saúde, comprometendo e dificultando o seu desenvolvimento sadio e harmonioso no seio de sua família e também no meio social no qual a criança ou o adolescente está inserido. Esse impacto se reflete de várias formas e em vários aspectos de sua vida, influenciando sua saúde e levando, em alguns casos, a estados de morbidade e até à morte.

Autores como Furniss (2002), Gabel (1997), Scodelario (2002), Foward & Buck (1989), Caminha (1999), Banchs (1994), Azevedo & Guerra (2000), Lewis e Wolkmar (1993), Finkelhor (1985), entre outros, enfatizam as consequências emocionais nos vitimados sexualmente. Ressaltam esses autores que as feridas emocionais são intensas e profundas, requerendo, às vezes, tratamento durante muitos anos. Dessa forma, os danos psicossociais são muitos e se apresentam de diversas formas.

Por outro lado, quando algumas crianças ou adolescentes recebem apoio social, as dificuldades originadas pela violência podem ser melhor superadas e os sintomas apresentados não repercutem de forma muito intensa em suas vidas.

Para Lewis e Wolkmar (1993), os sintomas comportamentais das crianças e adolescentes vitimados podem ser assim expressos:

[...] 1) demonstração de interesse precoce por brincadeiras sexuais; 2) sinalização de aversão a qualquer tipo de atividade ou brincadeira de conotação sexual; 3) medo de ficar sozinha; 4) comportamento regressivo; 5) recusar-se a sair de casa; 6) terror e pavor noturnos; 7) dificuldade de confiar nas pessoas; 8) diminuição do rendimento escolar; 9) medo do sexo oposto ou sedução demasiada; 10) comportamento agressivo, hostil, destrutivo e imperativo; 11) evidência de isolamento; 12) incapacidade de estabelecer amizade; 13) comportamento submisso e obediente [...] (p. 85).

Esses autores ressaltam que o tratamento para essas dificuldades muitas vezes pode durar muitos anos e os danos psicossociais são vistos como dificuldades afetivas, sexuais e de socialização, baixa auto-estima, além de depressão, por vezes muito grave. Ressaltam que o trauma maior da vitimização vem da atitude altamente reativa e emocional dos pais, do tratamento por vezes abusivo ou indiferente da polícia e dos procedimentos judiciais, focalizando a busca do culpado e a comprovação do crime. Enfatizam que isso pode ser traduzido como transtorno pós-traumático, chamado por eles de uma reação psicológica que ocorre após o evento, caracterizada por ansiedade, medo, depressão e sentimento de culpa por não terem prevenido o ocorrido. À fase aguda, segue-se a fase de reorganização emocional, durante a qual a criança ou a adolescente tenta voltar à sua vida anterior, ainda com dificuldades de ordem psicológica.

Nesta pesquisa, identificamos que todas as conseqüências anunciadas acima foram vivenciadas logo após o abuso pelas participantes do grupo que sofreram abuso extrafamiliar. Após um ano do abuso sexual, algumas ainda não superaram os problemas gerados pelo evento violento que sofreram, apresentando várias conseqüências negativas em suas vidas, sendo essas dificuldades caracterizadas como: medo de dormir sozinha, dificuldades de manter relações sexuais com o namorado, interferência nos estudos, nas relações familiares, depressão, medo de não casar por não ser virgem, medo de ir para o trabalho, cansaço, dor de cabeça, esquecimento acentuado, isolamento, baixa auto-estima, interferência no relacionamento com o filho, vergonha, perda do interesse sexual, interrupção dos estudos, evitação de contato físico, medo de que os outros venham a saber o que ocorreu com ela, sentimento de culpa, sentir-se constantemente suja, rebeldia,

mentiras nas relações familiares, falta de confiança nas pessoas, não conseguir se apaixonar, término do relacionamento amoroso para ficar sozinha, gravidez, aborto, saída da casa dos pais, saudade do convívio com família, solidão, pânico, falta de apetite, emagrecimento exagerado, falta de ar, enjôo, saudade dos familiares por ter sido isolada deles, ameaça de violência física por parte do padrasto, nervosismo, insegurança, insônia, pesadelos, contração de doenças sexualmente transmissíveis, drogadição, crise de histeria, gastrite, tentativa de suicídio, rancor em relação à família, frieza nas relações sexuais e afetivas com os homens, dificuldades no relacionamento com a mãe, medo da repetição do abuso sexual.

No entanto, no grupo de participantes abusadas por alguém do seu núcleo familiar, nem todos os sintomas referidos foram mencionados nas entrevistas. Dessa forma, mesmo elas não tendo se referido de forma tão intensa aos efeitos negativos do abuso sexual sofrido, isso não pode ser visto como indicativo de que o impacto em sua saúde é menor nesse tipo de abuso sexual, visto que podem não ter se referido porque o tempo decorrido após o abuso e a forma continuada com que os mesmos ocorreram fizeram com que o efeito disso em suas vidas fosse visto por elas como algo vergonhoso de ser lembrado.

As mulheres entrevistadas assim se referiram ao impacto em suas vidas:

#### Entrevista 1

[...] eu fiquei muito traumatizada... ficar só pensando naquilo... e eu fiquei umas duas a três semanas só pensando nisso assim, com trauma [...]

[...] eu não gostava mais de ir dormir sozinha [...]

[...] eu fiz os exames e deu uma doença e até agora eu estou com ela, com essa doença, aí sai sempre um negócio branco, eu quero fazer mais exames para saber se ainda estou com alguma coisa como consequência do acontecido [...]

[...] isso interferiu muito na minha vida, pois eu queria ter casado virgem e depois isso aconteceu, eu achava que não ia mais casar, que ninguém ia me querer mais, sonhava casar virgem na igreja e de véu e grinalda [...]

[...] eu ando sentindo enjôo, dor de cabeça forte, quando eu saio do colégio, dor de estômago [...]

#### Entrevista 2

[...] eu fiquei muito abalada... com aquela cisma, eu tinha medo... eu sinto assim uma dor de cabeça né, cansada... fiquei muito nervosa, muito nervosa mesmo [...]

[...] eu fiquei foi com muito medo, passei a ficar com mais cuidado, fico em casa e fiquei com muito medo, penso até em voltar para o Pará, pois eu fiquei com muito medo [...]

[...] eu fiquei com muito esquecimento, eu esqueço tudo e isso tem aumentado porque eu esqueço muito, fiquei assim nervosa e vivo me esquecendo de tudo, fico sempre trancada dentro de casa [...]

### Entrevista 3

[...] tudo perdeu o valor pra mim... tudo mudou.

[...] o pior é o que fica dentro [...]

[...] eu tranquei o período na faculdade, e depois eu voltei [...]

### Entrevista 4

[...] o que me deixou muito abalada é que eles sempre falavam que era isso o que eu queria, que era isso o que eu merecia [...]

[...] procurei essa minha amiga que me levou ao pronto-socorro depois de três semanas, foi quando eu falei pra ela das dores, devido às relações que eu tive com eles [...]

[...] vim fiz alguns exames e não recebi o resultado, porque até isso eu não quis saber... eu queria tentar aquilo, jogar fora, sei lá me livrar de algum modo [...]

[...] eu saí de casa, quer dizer eu me privei de casa assim fugindo de todo mundo, saindo de casa, quer dizer eu me privei de casa até hoje eu não converso mais, não sou mais aquela pessoa aberta... fiquei meio intocada, más para a faculdade eu tentei voltar, me conciliar com a vida que eu tinha antes más eu não consegui e todo mundo que estava ao meu redor pareciam querer algo ou me apontando [...]

[...] pra mim foi uma vergonha muito grande, muito grande mesmo, enfim tentei levar a vida assim, voltar no que era antes, não consegui até hoje [...]

[...] antes eu era uma pessoa muito extrovertida, era super aberta, todo mundo que me conhecia, conhecia como um livro aberto e eu tenho medo hoje em dia disso...tenho medo até que saibam que eu estava triste...eu tenho de estar firme, eu sou só uma paisagem, sou uma propaganda, mudou tudo, tudo, fiquei sem confiança e totalmente fria [...]

[...] eu não confio nem na minha sombra... é difícil, é muito difícil até voltar pra faculdade, pois pra mim todo mundo de lá sabe [...]

### Entrevista 5

[...] fui chamada de prostituta, não sei se com razão ou não, mas eu acho que foi uma irresponsabilidade minha... mas eu acho que já superei [...]

[...] eu tinha medo, vergonha, eu não me sinto à vontade, eu sinto remorso [...]

### Entrevista 6

[...] sempre eu me lembro, assim, tudo o que tinha acontecido [...]

[...] eu já não aceito mais participar nem da igreja junto com os adolescentes, prefiro ficar junto com os adultos para eles não xingarem e não me sentir constrangida depois de tudo que aconteceu [...]

### Entrevista 7

[...] não dá pra esquecer, a gente pára às vezes se divertindo e vem aquela lembrança forte de tudo que aconteceu[...]

[...] e assim eu vou vivendo, eu vou superar, não sei quando eu vou superar, mais esquecer eu não vou conseguir esquecer.

[...] quando chega o mês de carnaval eu não saio de casa pra nada, nem pra esquina, parece que começa tudo de novo... parece que volta no tempo, se disser assim, é carnaval, aí pronto acabou o dia pra mim...começo a chorar, a me sentir só, a me deprimir [...]

[...] não consegui levantar, tava muito machucada fisicamente, fiquei muito machucada, ele me espancou muito fiquei toda cheia de hematomas que eu não conseguia levantar, fiquei toda inchada e psicologicamente eu queria sumir, não queria ver ninguém, se eu pudesse me enterrar eu tentaria [...]

## Entrevista 8

[...] e eu ainda fiquei grávida... ele me machucou muito fiquei toda desmentida, vim direto para o hospital... fiquei grávida dele e ele é meu primo, sobrinho do meu pai e as pessoas próximas dele ficaram contra mim agora por parte da mãe, aí eles falaram um monte de coisas, falaram que eu tinha caso com ele há muito tempo [...]

[...] eu tava achando estranho porque a minha menstruação não vinha... foi quando eu fiz o exame de farmácia e deu positivo e eu já estava com um mês, aí foi quando eu resolvi tirar, eu tava grávida mesmo [...]

[...] eu queria era me matar, morrer, sumir, eu achava que ninguém ia acreditar em mim [...]

[...] logo no começo atrapalhou muito, até pro colégio eu não queria ir [...]

[...] eu acho que perdi um amigo na mesma hora que era o meu primo e meu vizinho, eu confiava bastante nele e ele dizia que gostava de mim, eu achei muito difícil e ele perguntou se eu já tinha perdoado ele e eu não perdoei não, eu o vi, só de longe mais eu senti muita raiva dele, mais eu acho que eu nunca mais falo com ele e olha que ele está solto [...]

## Entrevista 9

[...] esses dias eu não tô a fim de comer, e a minha tia mandou eu perguntar pra senhora se eu não podia fazer exame para saber se eu estou grávida porque eu não almoço e quase não como, me dá enjoô...falta de ar e dor de cabeça, dor de estômago, isso aconteceu depois que eu parei de ter relações com ele, eu também não durmo bem, acordo de madrugada [...]

## Entrevista 10

[...] eu não tinha nada, depois dele eu fiquei com doença, saí uma coisa amarela de dentro de mim, eu não tinha isso antes agora que eu tenho, depois do ocorrido, apareceu isso em mim... tem vezes que dói muito... eu já tenho uma filha, ela mora com os meus pais, agora eu sou triste, e toda vez que eu saio, eu saio triste, eu tenho medo assim de sair, de acontecer de novo. Sempre que eu fico só, eu fico triste e sempre eu choro só de pensar no que aconteceu. Na hora que aconteceu eu fiquei nervosa chorando [...]

## Entrevista 11

Logo no começo eu tinha muito medo eu não conseguia dormir só. Eu acordava no meio da noite com gritos, aos gritos... só sonhava aquele pesadelo com pessoas conhecidas... tipo assim um colega meu fazendo aquilo comigo...sempre alguém da família ou algum conhecido...ah eu acordava agoniada acordava e chorava muito, acho que passei a metade do ano sem dormir só, tinha que dormir alguém comigo agarradinho senão não conseguia dormir.... antes eu dormia, agora não, porque depois que eu acostumei ai pronto minha tia não deixa eu dormir só...Tenho vergonha porque as meninas vão dormir comigo [...]

[...] pra mim foi horrível, eu me senti um lixo, me senti usada, me senti... eu já pensava o que iam pensar de mim, como ia ficar as minhas amizades, a minha escola que eu não tinha terminado... mais agora depois desse tempo que passou eu estou voltando ao normal. Um pouco de perseguições porque infelizmente o homem não foi preso, não conseguiram pegar ele e de vez em quando ele ainda amedronta, ele ainda passeia por perto, sabe, às vezes ele ainda manda recado, então fica difícil [...]

[...] eu tenho muito medo de ter contraído doença, eu também não sei porque olha... tá com uns dois ou três meses atrás que eu trabalhei o mês de outubro, novembro, dezembro e janeiro eu trabalhava numa editora, eu trabalhava muito, então eu não sei se foi devido a esse emprego, ou o que eu fiz que emagreci muito de tal forma que eu to assim ainda, não consegui recuperar e já estamos em março e ainda não consegui me recuperar e voltar ao meu peso normal, agora eu não sei se isso foi devido ao emprego ou alguma coisa que eu adquiri devido ao ocorrido [...]

## Entrevista 12

[...] eu usava drogas, mais não era como eu usava antes, logo passou a depressão, passou aí eu toda vez que eu lembrava, eu jogava aquele problema em cima das drogas, era incrível, qualquer decepção que eu tinha fazia aquilo parecia que esquecia tudo, aí eu procurei ajuda controlei muito aquela coisa por tempo só que eu não consegui jogar, não consegui superar, eu acho que eu não consegui superar. Quando eu sofro alguma decepção eu tento ir para aquele caminho, tento ir para aquele caminho mais na medida do possível eu tô conseguindo controlar porque depois de uns seis meses eu já consigo parar, sabe aqueles teus cinco minutos que tu para assim, ei o que que eu vou fazer né? Então eu já consegui fazer isso. Acho que eu to conseguindo controlar mais as coisas. Isso foi agravado com o ocorrido, porque logo no inicio eu passava de três dias trancada no meu quarto, me joguei assim de cabeça, de um jeito que a minha família simplesmente pirou e ninguém entendia porque. Aí eu parava, voltava, eu não queria sair de casa, ficava só ali. Foi difícil aquela época, mais assim daquele jeito que eu fazia de passar dois três dias fazendo, me drogando, buscando isso eu não faço mais não. Eu lembrava e quando eu tava drogada eu esquecia do que tinha acontecido, parecia que não doía, não doía, eu tava, não era só disso era de todos os problemas que estavam acontecendo ao meu redor, na minha situação financeira, situação de saúde, emocional toda parecia que eu tava inatingível então eu gostava daquele lado só que depois que passava o efeito era cada vez pior eu olhava assim pra mim, me sentia feia, eu olhava assim eu to feia fui melhorando, melhorando[...]

[...] eu não ando numa rua que tiver vazia, não adianta eu paraliso. Há um mês atrás eu tinha que pegar, que pegar um táxi e, eu tinha que subir uma ladeira, eu não subi eu voltei, eu olhei assim, não, não vou, eu não fui mais assim mais, não saio mais de casa sem avisar, que eu saia, a minha colega a eu vou lá na minha amiga eu ia embora não avisava para ninguém, agora eu chego vou lá na casa da minha amiga, então eu tomo certos tipos de cuidados[...]

[...] fui superando, eu acho que interferiu afetivamente assim tipo, assim eu não, eu desacreditei, eu achei, teve tempos assim que eu achei, achei que todo homem tinha um lado desse tipo entendeu? As vezes eu achava que é os homens me procuravam só pro sexo eu já cheguei a pensar isso, e eu vi que estava errada, que as pessoas se relacionavam comigo, quando eu ficava assim meia deprimida as pessoas se preocupavam comigo, liga por causa disso sabe, e vai em frente e trabalha e faz isso então eu fui e encarei assim dessa maneira procurei trabalhar ficar sempre em grupo, porque logo no início me retraía fiquei muito sozinha, não queria ficar perto de ninguém, eu ficava no meu quarto apagava a luz, mais aí com o tempo, fui foi passando, foi passando mais assim aquele medo, se eu me encontrar numa rua deserta eu passo mal, não adianta porque eu acho assim que eu passei por isso uma vez se acontecer uma coisa eu não vou ter a calma que eu tive, eu acho que eu vou me desesperar. Hoje para mim buscar já passo dois, três, quatro meses, de eu cometer de usar e pegar uma overdose, eu tenho consciência das coisas que estão, eu morro de medo de passar por alguma coisa e de repente não conseguir superar.

## Entrevista 13

[...] eu posso dizer que fui violentada, eu sentia as minhas partes íntimas doerem tanto [...]

[...] até hoje eu tenho isso guardado dentro de mim, até hoje não vou dizer que não me afeta porque me afeta bastante o meu lado psicológico, eu tenho insônia, tenho lembrança disso...quando estava com meus oito anos fui aliciada pelo meu próprio tio que considero um irmão... ele me tocava, tocava nas minhas partes íntimas, e também nunca tive coragem de dizer pra minha mãe, hoje em dia, não sei se ele tem raiva de mim, não sei o que é, dizem que ele tem muita raiva de mim, e eu realmente não tenho amor por ele, eu tenho raiva, tenho rancor assim se hoje eu olhasse para a cara do homem que me violentou eu não saberia o que fazer, ainda me machuca muito por dentro, talvez pelo fato de não ter conversado com alguém [...]

[...] dizem que já era para eu ter superado mais tem gente que ainda não passou por isso e pensa que é fácil, mais não é fácil isso machuca muito a gente... só a Silvia, que sabe disso [...]

[...] hoje eu me tornei triste e rancorosa por tudo o que aconteceu, e às vezes duvido que essa tristeza vá passar [...]

[...] semana passada eu ia fazendo uma burrada, eu tentei tirar a minha vida, eu estou tão farta, estou cansada, perturbada com tanto julgamentos e críticas e eu prefiro ficar calada agora... eu tentei me matar com uma faca, aí eu me senti com vontade de ter alguém perto de mim [...]

## Entrevista 14

[...] eu ficava com medo, ficava em casa durante uns três meses, ficava com medo, não saía de casa. Quando a minha mãe saía e me deixava sozinha eu ficava com medo, trancava a casa todinha, não conseguia sair assim, nem para o colégio eu tava indo mais, só ia quando iam me deixar, porque sempre quando eu ia ele estava por ali cheirando cola [...]o ela foi lá ela me tratou bem.

[...] depois que isso aconteceu eu não confio em quase ninguém, quando me chamam eu não confio não, eu tenho medo, quando dá sete horas eu já não gosto mais de estar assim na rua, lá perto de casa é um beco, aí em baixo da pra ficar todo mundo, aí eu tenho medo, que é escuro e já é umas oito horas, nove horas se eu não passar com alguém eu já não desço para casa... já, já aconteceu umas três vezes já, eu dormia na casa de uma colega minha, lá de perto de casa, só que ela mora do outro lado da ponte...mora na casa de minha mãe eu, meu padrasto, meu irmão, minha tia e a minha mãe, somos cinco.

## Entrevista 15

[...] aconteceu acho que foi o momento mais horrível da minha vida mesmo porque eu engravidei, eu também engravidei e fiquei muito desesperada mesmo, não queria, sei que era crime né [...]

[...] ainda não me sinto bem, eu acho que até hoje... eu acho assim que Deus, ainda foi muito legal comigo me dando oportunidade, aí mais eu uma coisa assim que eu não quero mais passar nunca, não desejo pra ninguém[...]

[...] eu tento esquecer, é uma coisa assim que... eu tenho pesadelo de vez em quando ainda, sonho, tenho pesadelo toda noite [...]

[...] eu tenho medo do que possa acontecer de novo, o lugar onde eu moro não é muito seguro assim. É isso, eu hoje tô fazendo um curso em relação à defesa pessoal, isso para poder me defender de outras agressões entendeu? Segurança, tô me especializando nisso, espero que isso não aconteça mais [...]

[...] é muito difícil pra mim falar assim, muito difícil mesmo, mais é horrível mesmo, tava no meu destino acontecer, acho que é a minha estrela. Eu to tentando esquecer e seguir a minha vida [...]

[...] Eu vim para o hospital, eles me deram a pílula do dia seguinte, mais eu já tava com aquilo na minha cabeça, entendeu? Eu tava, eu tava que não fez efeito e chegou o dia da menstruação e eu já estava desesperada e não tinha passado nem um mês ainda entendeu? Desesperada, aí eu vim aqui tentar pegar umas pílulas e eles me deram umas vencidas, também deixei pra lá, não vim mais aqui, eu sou muito fechada, é muito difícil falar, só pra família mesmo, não toco no assunto não, não gostava de psicólogo é agora com você, vejo que não é ruim [...]

[...] eu acho que de certa forma eu me arrependo de ter feito o aborto, eu acho que sim foi uma coisa que foi melhor né? Porque do jeito que eu me conheço eu não ia amar aquela criança, eu sei que por um lado assim, como é que eu vou dizer, assim... sei lá, uma coisa por dentro, eu já sabia e eu sempre fui contra, mais na hora eu estava desesperada, não sabia o que fazer [...]

[...] eu lutava também, foi pura sorte ter saído viva, eu tento viver, tento ser uma pessoa alegre, mais sempre chega aquele dia assim que bate a tristeza, a depressão, assim é horrível, mais eu tenho tido vontade de esquecer... não, eu tenho uma prima muito próxima, eu conversava, mais sempre tava fugindo do assunto, não levava adiante [...]

[...] tem tanta coisa, não sei se isso que eu vou falar, eu acho que amadureci muito, entendeu? Eu acho que lógico isso é uma coisa marcada na minha vida, marcada mais eu tento ser melhor, do que eu era. É isso, eu queria falar mais, más eu não consigo [...]

## Entrevista 16

[...] ate então tava muito difícil, depois do que aconteceu tive que voltar pra escola e foi muito difícil, assim, a primeira semana depois do que aconteceu eu não conseguia ficar na sala de aula, assistindo aula, eu chorava, eu queria sair da sala, eu ia pro banheiro, chorava muito assim...eu me sentia muito mal, mesmo depois eu fui... depois dessa primeira semana assim, aí eu fui melhorando ai eu fui me distraíndo com meus amigos com outras pessoas...mas assim...eu me isolava...eu me isolava muito deles assim...chorava ficava triste mesmo em casa mais também eu sentia muita vontade de sair dessa devido a minha mãe né...porque a minha mãe ficou muito...muito abatida muito triste com o que estava acontecendo [...]

[...] conforme o tempo foi passando eu à noite eu vim perceber que aquilo não era um sonho era um pesadelo e aí foi quando veio eu vim cair em si né... vê o que tinha acontecido...quando vieram os medos, a vergonha...tudo... aí foi trabalhar mesmo comigo mesmo...aí foi quando eu comecei depois a terapia com a Dra. Aí eu vim me conscientizando né... até então eu tinha muito medo...assim eu não tinha mais nenhum prazer em ser eu mesmo...a principio eu não pensava não tinha projetos de vida mesmo objetivos... eu achava que eu não sei o que vai acontecer comigo amanhã, porque até aquele momento eu dormi... eu tive uma vida normal, fui dormir tive uma noite... à mesma noite de sempre com exceção de que eu fiquei acordada ate bem mais tarde assim, sempre quando acontecesse essas coisas ruins, a gente liga fatos, assim...porque aconteceu aquela coisa e porque viria acontecer isso...e assim uma noite que não imaginava assim pra mim seria um dia normal, um dia comum mas não, eu não...eu tive muita dificuldade pra voltar a pensar a fazer planos, mesmo na minha vida e porque essa complicada...eu pensava muito...eu não sei o que vai acontecer daqui há algumas horas não sei o que vai acontecer daqui há alguns minutos e assim mas... mas depois eu fui analisando pensando e foi quando eu comecei a me conscientizar e a melhorar mesmo no meu modo de vida que ate então tava muito difícil depois do que aconteceu tive que voltar pra escola, e foi muito difícil assim, a primeira semana depois do que aconteceu eu não conseguia ficar na sala de aula assistindo aula, eu chorava eu queria sair da sala eu ia pro banheiro chorava muito assim...eu me sentia muito mal mesmo depois eu fui... depois dessa primeira semana assim aí eu fui melhorando aí eu fui me distraindo com meus amigos com outras pessoas [...] mas assim...eu me isolava...eu me isolava muito deles assim...chorava ficava triste mesmo em casa mais também eu sentia muita vontade de sair dessa devido a minha mãe né...porque a minha mãe ficou muito...muito abatida muito triste com o que estava acontecendo... aí eu...aí eu tentei mostrar...tentei me recuperar assim...rápido pra que ela não ficasse daquela forma assim...triste, abatida, que eu não queria que ela sentisse pena de mim, que ninguém sentisse pena de mim, assim então eu resolvi erguer a cabeça e levantar mesmo seguir a minha vida com muito medo porque ela ainda tava solto assim...eu sentia muito medo... ele foi preso... ele foi preso, e ele foi assassinado na cadeia [...]

[...] agora assim... foi uma parte bem complicada foi a da delegacia porque deu vergonha do meu pai, dos meus irmãos, da minha mãe, de todo mundo porque tinha acontecido comigo...acho que...aí passar lá pela delegacia...eu nunca tinha ido pra uma delegacia antes... foi a primeira vez que eu fui na delegacia...aí foi que eu vi como funcionava...aí é pessoa chegando...discussão...delegados...aqueles homens que trabalham...aí teve uma discussão que eu achei um pouco ruim... porque já tinha tratado uma vítima de estupro...acho que eles deviam tratar com um pouco mais de sigilo...porque, teve um momento que eles estavam todos falando...um falava pra e outro, falava pra ali e foi o momento que eu entrei né?, aí eu tava num canto assim...foi quando o delegado falou: da pra fazer silencio ai...aqui é uma vitima de estupro...na frente de todo mundo...eu já tava acabada, ai eu me senti mais acabada ainda mais no chão...meu Deus...toda vez que eu ouço alguém falar assim, eu sei que a palavra certa é essa mas a gente se sente mais humilhada porque sei lá...uma situação muito humilhante mesmo... ai foi quando eu me senti dessa forma...ai foi quando eles pararam [...]

## Entrevista 17

[...] eu sinto que os meus pensamentos, sentimentos e decisões são decisões de criança, como se eu tivesse parada no tempo, entendeu? Nesses últimos tempos eu to parando, pensando para analisar assim como agora, eu to grávida né? e, assim eu fico pensando como eu vou criar essa criança, como eu vou fazer[...]

## Entrevista 18

[...] era muito ruim, eu ficava deprimida, repeti duas vezes o colégio, ficava muito quieta, chorava muito, fiquei tão triste que até pensei em várias vezes em me matar. Hoje, penso que tive até sorte, pois quando isso aconteceu eu ainda não tinha menstruado, e depois da menstruação podia até ter engravidado dele [...]

Lewis e Wolkmar (1993) chamam a atenção para o fato de que as seqüelas psicológicas dependem da idade em que ocorreu a vitimização, das condições psicológicas pré-existentes e da história anterior de problemas emocionais.

Quanto a essa questão, Mattos (2002) também enfatiza que os efeitos da violência sexual contra crianças estão relacionados à fase evolutiva em que elas se encontravam na ocasião do abuso sexual. Ressalta esse autor que as conseqüências do abuso sexual variam segundo uma série de fatores:

[...] 1) Idade da vítima e do agressor. Mais dependente do adulto por natureza, a criança pequena é muito frágil às armadilhas da sedução e as ameaças que o adulto faz. 2) Tipo de relação entre agressor e vítima. Quanto mais íntima a relação entre eles, maior o paradoxo entre proteção e abuso. 3) Personalidade da vítima. Crianças tímidas e inibidas tendem a comunicar menos seus sofrimentos. 4) Duração e freqüência da agressão. Quanto maiores a freqüência e a duração dos abusos, maior o dano pela instalação de uma síndrome de adaptação. 5) Tipo e gravidade do ato. Para a criança pequena, a excitação não elaborada, a culpa e a ansiedade, agravadas pela dor física, pela impotência, pelo desamparo e pelo medo da morte podem ser mais prejudiciais que o ato sexual em si. 6) Reação do ambiente. Os danos são muito maiores quando família, escola, médicos e também agentes legais ignoram os apelos da criança e do adolescente, duvidam de sua palavra, responsabilizam-na pelas agressões ou obrigam-na a passar por exames mal conduzidos e até dolorosos, depoimentos sem fim e acareações com aquele que abusou dela [...] (pp. 180-183).

É importante ressaltar que, com as entrevistadas de nossa pesquisa, isso também aconteceu, pois ficou evidente que, pelo fato de ainda serem adolescentes, muitas se mostram mais frágeis à interferência negativa em seu desenvolvimento.

Com respeito à segunda questão colocada pelo autor, referente ao tipo de relação com o abusador, entendemos que o estupro quando praticado por alguém de fora do núcleo familiar, parece ser muito mais traumatizante a curto prazo, do que o praticado por alguém conhecido da vítima, pois segundo o que elas relataram, nesse tipo de abuso, o contato sexual foi se estabelecendo de forma gradativa e não de forma abrupta como foi referido nos relatos das vítimas pertencentes ao grupo extrafamiliar, o que provoca a nosso ver nos casos intrafamiliares uma atitude de aceitação da violência. Com relação à quarta questão colocada, entendemos também que o abuso incestuoso torna-se muito mais impactante a longo prazo, por terem as suas vítimas quase sempre menor idade e ser esse tipo de abuso sexual de duração prolongada.

Concordamos também com o autor quando ressalta que a reação positiva dos agentes atuantes nos programas que possuem apoio jurídico nas instituições é muito importante, visto ser necessário informar as vítimas sobre os procedimentos judiciais necessários no atendimento jurídico, o que conseqüentemente faz com que o impacto seja de alguma forma, amenizado. Sabemos que os órgãos jurídicos, escolares e familiares responsáveis pelo atendimento não estão adequadamente preparados para atender às vítimas que os procuram para comunicar esse fato.

Ainda para Mattos (2002), o medo e a perda da confiança e do controle serão os primeiros a se manifestar por meio, principalmente, da síndrome do estresse pós-traumático, das queixas somáticas que se configuram como distúrbios do sono, mudanças nos hábitos alimentares, enurese, encoprese, afecções digestivas, como dores, diarreia, mudança súbita no comportamento, inibição ou agitação psicomotora e fobias. Para esse autor:

[...] o medo e a falta de controles contínuos promovem o aparecimento de distúrbios obsessivo-compulsivos, a confusão leva ao não reconhecimento de seus sentimentos e desejos e à tendência à submissão e à revitimação ou à conduta abusiva ativa. O sentimento de culpa vai manifestar-se pelo senso de estigmatização, isolamento, baixa auto-estima e diminuição da atenção e concentração, com queda no rendimento escolar. A adição conduzirá a distúrbios sexuais: excesso de curiosidade, masturbação compulsiva, exibicionismo [...] (p. 179).

Nessa direção, vários pesquisadores afirmam a existência de um impacto negativo na saúde da criança ou do adolescente (Rouyer, 1997, Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1985 e Lewis & Wolkmar, 1994). Todavia esses autores defendem que a variedade de sintomas resulta principalmente em conseqüências bem mais negativas quando a atividade sexual é com penetração.

É importante ressaltar que não devemos generalizar os efeitos do abuso sexual para todas as crianças e adolescentes vitimados, pois a gravidade e a quantidade das conseqüências dependem da singularidade da experiência de cada vítima e de como cada uma delas reage ao impacto desse evento em sua vida, bem como, se podem ou não contar com o apoio de amigos, familiares e de profissionais ou serviços que podem ajudar na compreensão e superação das dificuldades originadas pelo abuso sexual sofrido.

Entretanto, durante os atendimentos terapêuticos às pessoas vitimadas indentificamos que grande parte do que a literatura tem feito referência como

possíveis conseqüências negativas estão presentes. Ressaltamos ainda que o impacto poderá ser amenizado quando os familiares e amigos compreendem a importância do atendimento especializado oferecido pelos profissionais de saúde para ajudar a vítima e a família que apresentam essa problemática.

Lembramos ainda que, mesmo que uma criança ou adolescente vítima de abuso sexual não apresente sintomas externos ou se esses são de pouca relevância, isto não quer dizer que ela não sofra ou não venha a sofrer com os efeitos dessa experiência. Além disso, suas conseqüências podem estar ainda latentes e talvez se manifestem posteriormente, frente a uma situação crítica e frente ao estresse. Dessa forma, uma criança ou adolescente que sofreu abuso sexual pode ser considerada uma criança em situação de risco.

Uma criança será considerada em situação de risco quando seu desenvolvimento não ocorrer conforme o esperado para sua faixa etária e para os parâmetros de sua cultura (Bandeira, Koller, & Foster, 1995), em função da existência de alguns fatores. Os fatores de risco associados ao desenvolvimento de distúrbios abrangem características individuais e ambientais. As características individuais incluem sexo, variáveis demográficas, habilidades sociais e intelectuais, história genética e aspectos psicológicos; e as ambientais incluem eventos estressantes de vida, área residencial, apoio social e características familiares e culturais (MASTEN & GARMEZY, 1985).

Desse modo, segundo Yunes (2001), consideram-se eventos estressantes quaisquer mudanças no ambiente que normalmente induzem a um alto grau de tensão e interferem nos padrões normais de resposta do indivíduo, como é o caso do abuso sexual.

Com base nisso achamos importante identificar como as mulheres que sofreram abuso sexual vêem o abuso sexual, o abusador e a mãe, já que isso se mostrou relevante em suas falas quando foram entrevistadas, para assim podermos avaliar com maior adequação o impacto desse tipo de violência.

#### **6.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ABUSO SEXUAL, DO ABUSADOR E DA MÃE**

Toda ação humana se insere num conjunto de sentidos e significados. Dessa forma, todo ser humano é um ser que se relaciona e vive buscando e atribuindo

significados. Desse modo, a realidade concreta, na qual os homens vivem, movimentam-se, comunicam-se, relacionam-se e agem, não é autônoma, mas influenciada por aqueles que a compartilham, tanto com concepções, quanto percepções, intuições, sensações, e história, formando assim organizações que são sempre provisórias.

Afirma Carvalho (2001) que:

[...] o potencial de simbolização, intrinsecamente humano, torna-se processo em ato, no concreto de um indivíduo, numa cultura, num espaço e num tempo determinados, assumindo as características de pertença social do sujeito, dos grupos com os quais interage, do modo pelo qual, na prática, experiências são vivenciadas, filtradas nas crenças e emoções [...] o concreto é a organização possível de sínteses sempre provisórias, através das quais experiências são apropriadas e interpretadas, continuamente [...] (p. 441).

Um grande marco na busca da compreensão do espaço simbólico e de seus processos e mecanismos como construções sociais e históricas, é a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici no campo da psicologia social. Assim, tomamos o construto das representações sociais como categoria de análise na identificação do impacto do abuso sexual na saúde da mulher vitimada. Para tal, assim como Carvalho (2001, p. 443) “tomamos uma postura relacional, considerando indivíduo e sociedade como totalidades, num movimento contínuo de relações mutuamente constitutivas”. Dessa forma, analisamos a Representação Social:

[...] no campo em que se constitui, sem as isolar, pois os conteúdos das Representações Sociais são tão importantes quanto sua organização, visto que o sentido de uma representação tanto quanto sua organização, se tomados isoladamente, perdem sua vitalidade, aproximando-se da opinião [...] (p. 443)

Com esse objetivo, a análise do material discursivo gerado pelas entrevistas foi efetuada a partir da análise de conteúdo temática, que resultou na identificação de núcleos organizadores de discursos, que se mostraram relevantes. Com o objetivo de identificarmos as representações sociais, buscamos identificar as unidades de sentido nas falas das vítimas quando se referiram aos atores sociais responsáveis pelo impacto do abuso em suas vidas, que são o abusador e a figura materna.

Para cada núcleo referido, foram definidas categorias gerais e específicas, em função do conteúdo dos depoimentos analisados e que representam as unidades de sentido do pensamento coletivo. Tais unidades foram construídas a partir do conteúdo expresso nas entrevistas, o que as caracterizou como categorias empíricas.

#### **6.4.1 Representações Sociais sobre o Abusador**

O abusador é representado, independentemente do tipo de abuso, se intrafamiliar ou extrafamiliar, como homem que possui autoridade, poder e força, sempre mais velho, que usa de violência e não se preocupa com a vontade das mulheres vitimadas.

Com relação às representações que aparecem especificamente no grupo intrafamiliar, o abusador nesse grupo também foi percebido como amigo, como mentiroso e alguém que é conhecido da vítima. Tal indicação nos leva a crer que essas percepções estão relacionadas ao fato de que, na violência sexual incestuosa, o abusador é sempre pessoa conhecida e que muitas vezes se torna amigo da vítima dado seu relacionamento de afinidade ou de parentesco. Entendemos que as vítimas os percebem como mentirosos porque o abusador usa da mentira em seu processo de sedução para a prática da violência.

As representações que foram identificadas somente no grupo extrafamiliar mostraram o abusador como um homem desconhecido, armado e capaz de matar, visto que todos ameaçaram suas vítimas de morte, ou seja, parece estar relacionada à figura do mesmo na hora em que este pratica o ato de abuso sexual, onde tinham sua vida ameaçada, dessa forma, o identificam como alguém que é capaz de tudo, inclusive capaz de matá-las.

#### **6.4.2 Representações Sociais sobre o Abuso Sexual**

Com relação às representações sociais sobre o abuso sexual, 73,70%, das participantes nos dois grupos, intrafamiliar e extrafamiliar representaram o abuso sexual como um ato violento, fazendo referência à força física empreendida pelo abusador como estratégia de dominação.

No grupo intrafamiliar, 26,30% perceberam o abuso sexual como não violento quando o associam à ausência de dor física. Identificamos que só a violência física é percebida por elas, não conseguindo identificar outras formas como o tipo de violência denominada por Zaluar e Leal (2001) e Velho (1996) de “violência psicológica” conceito estabelecido, tendo como parâmetro os limites e regras de convivência, sendo complicadas não só sua identificação por terceiros mas também a sua denúncia, visto que não possui materialidade. Considerando tal dimensão, estamos afirmando que a violência não se caracteriza apenas pelo uso da força física, mas também pela ameaça de usá-la e pelas agressões não-físicas, que variam entre gritos e xingamentos, exposição pública e ameaças.

Assim, as categorias empíricas observadas nos discursos das entrevistadas nos dois grupos de participantes não apresentam grande dispersão, constituindo-se de representações homogêneas.

#### **6.4.3 Representações Sociais das Vítimas Sobre suas Mães**

As categorias empíricas observadas nos discursos das participantes da pesquisa nos dois grupos sobre a mãe, mostram-nas como mãe boa e mãe ruim, revelando uma grande ambigüidade de sentimentos nas vítimas que oscilam entre os sentimentos de amor e ódio. As que fizeram referência à mãe “Ruim” ressaltavam seu rancor em relação a ela por considerar que a mesma podia ter tido uma atitude de amparo e acolhimento, como é o esperado em situação de sofrimento dos filhos; desse modo fica implícito que a mãe é percebida como alguém incapaz de se preocupar com o bem-estar da filha.

As participantes nos dois grupos que fizeram referência à figura materna caracterizada como “Mãe boa” revelaram preocupação com a mãe no sentido de que o ocorrido pudesse causar complicações em seu estado de saúde..

As referências que as participantes fizeram ao papel que as mães desempenharam revelam a grande ambigüidade de sentimentos que nutrem pela mãe e também a controvérsia existente quanto à sua atuação na família.

Desse modo, entendemos ser necessário um trabalho psicológico para o estabelecimento de vínculos favoráveis entre esses membros, que possam oportunizar melhor qualidade nas relações estabelecidas por eles para que assim possam melhorar o funcionamento familiar.

Constatamos que um percentual considerável das participantes está lutando para superar o ocorrido. Esse tipo de comportamento chamado de resiliência vem sendo muito estudado pela comunidade científica e está sendo identificado no desenvolvimento de qualquer ser humano que vive em situação de adversidade.

Como esse tipo de comportamento foi observado em metade de nossas entrevistadas, compreendemos ser profícua uma breve apresentação sobre esse assunto, para entendemos com maior clareza como isso se processa com elas.

## CAPITULO VII

### RESILIÊNCIA: SEGUINDO ADIANTE... APÓS O ABUSO SEXUAL

Venha para a margem, disse a vida.

Eles disseram: Temos medo.

Venha para a margem, disse a vida.

Eles vieram. Ela os empurrou... e eles voaram.

*Guillaume Apollinaire*

O ser humano desde seu nascimento se defronta com circunstâncias adversas e defende-se delas ao longo de sua existência, transformando-se interminavelmente durante sua vida, dependendo de sua capacidade de elaborar e superar problemas e reformular-se cotidianamente (ASSIS, PESCE & AVANCE, 2006).

Sabemos que o abuso sexual é um tipo de violência perniciosa e perversa ao desenvolvimento de quem a sofre. No entanto, sabemos que nem todos os que são acometidos por esse tipo de violência reagem da mesma maneira. Em nossa pesquisa encontramos descrições de desenvolvimento de mulheres vitimadas que não seguiam as predições de sintomas e danos referidos por alguns autores que estudam as ações humanas nestas condições. A esse tipo de comportamento alguns autores chamam de “resiliência”.

O comportamento resiliente é dinâmico, e pode ser construído e/ou desenvolvido através de interações entre o indivíduo e seu meio ambiente, sendo dependente também do contexto sócio-cultural. Desse modo, a resiliência pode estar presente, ou ser desenvolvida, antes, durante ou após uma agressão; pode possibilitar uma adaptação às adversidades, ou a superação do trauma sofrido, o que não significa que a experiência negativa tenha sido apagada. A re-significação do trauma vivido pode ser feita em distintas fases da vida como a infância, a adolescência ou a vida adulta, desde que estabelecido um vínculo de confiança.

Desde o final da década de 1970, o conceito de resiliência começou a ser estudado com mais afinco pela psicologia e pela psiquiatria, a partir dos esforços

para entender as causas e evolução de eventos considerados danosos, bem como suas conseqüências.

Assim, a preocupação voltou-se para o entendimento da capacidade de resistir às adversidades, bem como a força necessária para a saúde mental se estabelecer durante a vida, após a exposição a riscos, ou seja, buscou-se entender a habilidade que algumas pessoas desenvolvem para se acomodar e se reequilibrar constantemente frente às adversidades.

Com efeito, o termo resiliência se refere à capacidade de recuperar e manter um comportamento adaptado após um dano (Rutter, 1999, & Gerner, 1991). Segundo Rutter, a resiliência não se baseia em evitar experiência de risco, mas em uma exposição controlada e pode situar-se tanto no indivíduo quanto no contexto social. Varia de acordo com a etapa de desenvolvimento. Dessa forma, não ocorre como resposta única aos diferentes fenômenos da vida. Ou seja, enfatiza Rutter (1999) que ela é relativa e que suas bases são tanto constitucionais quanto ambientais, e que o grau de resistência não tem uma quantidade fixa, e sim varia de acordo com as circunstâncias.

Para Pesce et al (2004), é um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida saudável, mesmo que a pessoa viva em um ambiente não sadio. Para esses autores:

[...] este processo é o resultado da combinação dos atributos que a pessoa possui e também do meio social e cultural onde está inserida, e pode ser entendido como uma variação individual em resposta ao risco, sendo que os mesmos fatores causadores de estresse podem ser experienciados de forma diferente, não constituindo a resiliência um atributo fixo do indivíduo [...] (p. 1).

Desse modo, é possível imaginar que, não obstante as adversidades sofridas por uma pessoa ou uma família, estas possuem capacidades potenciais para se desenvolver e alcançar níveis aceitáveis de saúde e bem-estar. Essas capacidades permitem conviver, manipular e aliviar as conseqüências psicológicas, fisiológicas, comportamentais e sociais, provenientes de experiências “traumáticas”, sem deixar a pessoa se desviar muito do curso do seu desenvolvimento, com a compreensão adequada das experiências e de suas reações (PYNOOS, 1993).

A noção de resiliência foi criada pelas ciências exatas, em especial a física e a engenharia, e na física refere-se ao grau de resistência de um corpo. Quando

adaptada para as ciências humanas, dá importância aos aspectos emocionais do ser humano quando exposto ao estresse e à adversidade psicossocial, e deve sempre ser entendida e relativizada dentro de um conjunto amplo de fatores tanto intrínsecos quanto extrínsecos ao ser humano (ASSIS, PESCE & AVANCI, 2006).

Assim, o conceito de resiliência vem evoluindo e complexificando-se, principalmente com as pesquisas da psicologia e da psiquiatria ao longo das últimas décadas. Já foi entendido como sinônimo de invulnerabilidade, como capacidade individual de bem sucedida adaptação em um ambiente “desajustado” e como qualidades flexíveis do ser humano. A utilidade do conceito foi questionada segundo Célia e Souza (2002 p. 1), porque parecia trazer uma resistência absoluta ao dano. Sabemos que, na realidade, a suscetibilidade ao estresse é um fenômeno gradual, visto que algumas pessoas são mais resistentes, mas todas têm seu limite.

As pesquisas pioneiras que se iniciaram na década de setenta se preocupavam em entender o que distinguia a criança que vivia em risco social que não se adaptava positivamente das outras crianças que se adaptavam positivamente. Eram pesquisas preocupadas com a identificação de fatores de risco e de resiliência que influem no desenvolvimento da criança.

Desse modo, alguns autores pioneiros situavam a resiliência no indivíduo e enfatizavam que os atributos individuais poderiam ser estimulados em pessoas que não conseguem espontaneamente desenvolver esses atributos, ou seja, os traços e as disposições pessoais de crianças e adolescentes é que lhes confeririam a capacidade de resistir e ter êxito diante das adversidades. Ademais, questionavam se a resiliência seria possível por uma constituição particular no indivíduo ou pela interação entre o que é subjetivo e o que o meio externo oferece como base ao sujeito (ASSIS; PESCE; AVANCI, 2006).

Para Infante (2005) o interesse desse primeiro grupo de pesquisadores estava voltado à identificação dos fatores protetores que estão na base da adaptação positiva do comportamento em crianças e adolescentes que vivem em condições de adversidade.

Uma segunda geração de pesquisadores expandiu o tema da resiliência em dois aspectos: a noção de processo, que implica a dinâmica entre fatores de risco e de resiliência, que permite ao indivíduo superar a adversidade, e a busca de modelos para promover resiliência de forma efetiva em termos de programas sociais (INFANTE, 2005).

A maioria dos pesquisadores dessa geração se identificou com o modelo triádico de resiliência que, segundo Infante (2005 p. 24), “consiste em organizar os fatores resilientes, e de risco em três grupos: os atributos individuais, os aspectos da família e as características dos ambientes sociais a que as pessoas pertencem”.

Nos últimos anos, a noção de resiliência vem comumente sendo abordada como um processo que está em constante mudança, e que envolve a interação entre processos sociais e intrapsíquicos tanto de riscos quanto de proteção (Pesce et al, 2004, p.1). O destaque é para a perspectiva do desenvolvimento humano em contexto, que dá importância à influência de relações com pessoas significativas e próximas, importantes como apoio para superação das adversidades da vida (RUTTER, 1999; WERNER & SMITH, 1992; WERNER, 1993).

O termo superação de dificuldades, comumente associado à resiliência, não quer dizer que a pessoa escape inteiramente ileso de situações consideradas muito estressantes enfrentadas na vida. As adversidades deixam maiores ou menores marcas e podem ser mais ou menos duradouras, pois isso varia de acordo com a forma específica de cada um responder às situações de risco às quais está exposto (ASSIS; PESCE; AVANCI, 2006).

A maioria dos pesquisadores que vem se preocupando com essa temática simpatiza com o modelo ecológico transacional de resiliência que tem suas bases no modelo ecológico-transacional de Bronfenbrenner, que consiste em o indivíduo estar imerso em uma ecologia determinada por diferentes níveis, que se interrelacionam, exercendo uma influência direta em seu desenvolvimento. Os níveis que formam o marco ecológico são quatro, o individual, o familiar, o comunitário (serviços sociais) e o cultural (valores sociais).

Walsh (2005) diz que, para o pleno entendimento da resiliência, requer-se um modelo interacional mais complexo, para expandir a visão da adaptação individual para também incluir os sistemas familiar e social para assim tratar a mutualidade das influências por intermédio dos processos transacionais. Dessa forma, para essa autora são necessárias tanto perspectivas ecológicas quanto desenvolvimentais para se entender a resiliência.

Para Bronfenbrenner (1996) uma perspectiva ecológica leva em conta os muitos fatores que influenciam a resiliência durante o tempo de vida: a família, os amigos, a escola ou os ambientes de trabalho e os sistemas sociais mais amplos podem ser vistos como contextos associados que fomentam a competência social.

Na linha desenvolvimental temos como expoente Rutter (1987), que diz que mais que um conjunto de traços determinados, também o enfrentamento e a adaptação abrangem processos multideterminados que perduram ao longo da vida. Para esse autor, a maioria das formas de estresse não pode ser compreendida como um estímulo isolado, mas como um conjunto complexo de condições que podem mudar no futuro.

Ressalta Walsh (2005) que é importante entender a resiliência de diversas formas e o ideal é que se ultrapasse a perspectiva desenvolvimental e familiar e se faça uso da perspectiva sistêmica para o entendimento da resiliência. Assim, a autora ressalta que uma perspectiva sistêmica nos permite compreender como os processos familiares intervêm no estresse e permitem à família superar a crise e enfrentar dificuldades prolongadas.

Para Walsh (2005), resiliência:

[...] é a capacidade de superar os golpes da vida; de que o trauma precoce ou grave não pode ser desfeito; ou de que a adversidade sempre prejudica as pessoas, mais cedo ou mais tarde e; de que os filhos de famílias perturbadas ou “destruídas” estão condenados [...] (p. 4).

Desse modo, resiliência é mais do que apenas sobreviver, pois os sobreviventes, nem sempre são necessariamente dotados de “boa resiliência”; alguns ficam presos numa posição de vítima, alimentando seus sofrimentos (Wolin & Wolin, 1993, p. 4). Em oposição, as qualidades da resiliência permitem às pessoas se refazerem de feridas dolorosas, assumirem as rédeas de suas vidas e irem em frente.

Assim, ela não é um atributo fixo e estável ao longo da vida, ou seja, como um atributo permanente do ser humano, mas uma capacidade de renascer da adversidade mais fortalecido. Nessa mesma direção, também Grotberg (2005, p. 17) diz que as condutas resilientes supõem a presença e a permanente interrelação de fatores que vão mudando nas diferentes etapas do desenvolvimento, pois as situações adversas não são estáticas, mudam e requerem mudanças nas condutas resilientes.

Já ressaltamos o quanto o abuso sexual é nocivo à saúde da pessoa vitimada, no entanto, observamos também que o impacto na saúde do vitimado que pode contar com a ajuda de pessoas que lhes são significativas os impulsionou para

a sua superação ou amenização. Em 50% dos casos, as entrevistadas buscaram alternativas para enfrentar o impacto da violência sofrida em sua saúde, recorrendo ao auxílio da própria família, de amigos e de serviços que promovem atendimento às vítimas de violência.

Assim, é interessante lembrar que os 50% restantes das mulheres vitimadas que participaram da pesquisa não puderam contar com o auxílio da própria família para ajudá-las a superar as conseqüências advindas da situação de abuso sexual sofrido. Identificamos que as maiores dificuldades parecem estar relacionadas à falta de atenção e apoio da mesma para ajudá-las frente às conseqüências das adversidades sofridas em outros momentos em suas vidas, visto que muitas delas disseram que o relacionamento familiar antes do ocorrido já era muito conflituoso.

Rouyer (1997) ressalta a importância de um ambiente suficientemente bom, que permita à criança confiar em um adulto, a despeito do que lhe tenha acontecido. Desse modo, para esse autor a família deveria constituir-se em um espaço de proteção e afeto com o qual o adolescente pudesse contar.

Para Walsh (2005), Koller (1999) e Rouyer (1997) a família também pode desenvolver processos interativos que fortaleçam a resiliência tanto individual, quanto do grupo familiar. Para esses autores, a família pode ser entendida como uma unidade funcional que pode incrementar a resiliência em todos os seus membros. Para compreender o funcionamento de uma família, segundo eles, deve-se levar em conta o contexto, as condições de estresse, os desafios enfrentados, as limitações e os recursos. Os desafios estão inseridos como tensores nas transições normativas do ciclo da vida, como por exemplo, a violência sexual sofrida. O modo como cada família lida com esses desafios é crucial para a readaptação individual e familiar.

Portanto, Walsh (2005), defende que a resiliência familiar é uma “resiliência relacional” (p. 262), ou seja, “depende da interação entre os membros da família e da família como um todo em sua relação” e pode contar segundo Koller (1999), com a rede de apoio que tanto pode ser de parentes, amigos ou conselho tutelar e serviços de atendimento a vítimas, que fornecem os recursos externos adequados para que esta possa enfrentar satisfatoriamente os eventos da vida. Identificamos esse comportamento em várias participantes quando elas assim se referiram a sua vida após a ocorrência da violência:

## Entrevista 11

[...] com a ajuda de muita oração fui me colocando no meu lugar e até mesmo tava tendo consultas aqui com o psicólogo, aqui mesmo. Depois eu parei, primeiro porque eu achei que não fosse mais preciso porque eu ia tentar levar a minha vida, ia voltar ao normal [...]

[...] meus parentes, com exceção de minha mãe, eles me apoiaram bastante... tentaram esquecer, não tocaram mais no assunto, é como se nada tivesse acontecido [...]

[...] é uma coisa que eu procuro não me preocupar...sei que um dia isso vai passar e quando chegar a hora eu sei que um dia vou conseguir...é uma coisa que eu não procuro me preocupar muito com isso [...]

[...] o apoio da família fez um diferencial, foi o que está me ajudando a superar isso [...]

[...] as pessoas se preocupavam comigo, ligavam por causa disso e sabe diziam, vai em frente e trabalha e faz isso então eu fui e encarei assim dessa maneira... procurei trabalhar ficar sempre em grupo [...]

## Entrevista 7

[...] a minha amiga que estava comigo nunca me deixa só, ela sempre tá comigo me apoiando... não falam do assunto exatamente pra mim não lembrar, nunca se referem a nada do que aconteceu... disseram que iam me ajudar a esquecer [...]

[...] eu tive muito apoio dos meus amigos, eles não me deixaram um só momento [...]

[...] a psicóloga, ela me apoiou bastante, conversou bastante [...]

## Entrevista 8

[...] eu só vim para o serviço de psicologia uma vez... aí eu fui duas vezes com outra psicóloga mais eu só falava sobre esse assunto, por isso resolvi não ir...agora com você é que eu estou conseguindo falar disso [...] tomei a decisão...eu ia dar a volta por cima...eu acho que superei [...]

## Entrevista 5

[...] pessoas que eu nem imaginava me apoiaram, me ajudaram bastante, que se não fosse elas eu não estaria viva... entreguei a minha vida a Deus [...]

[...] se não fosse o meu irmão também não estaria viva... um dia parei de chorar e segui em frente, procurei dar aulas [...]

## Entrevista 4

[...] aí eu procurei essa minha amiga... e, contei tudo para ela...eu sentia muita, muita vontade de falar, de me abrir com alguém [...]

## Entrevista 18

[...] a minha vida está melhor, porque eu botei na cabeça que nem todos os homens são iguais... agora, eu estou namorando e acho que minha vida está melhor [...]

## Entrevista 16

[...] minha família, eles me deram muito apoio... eu recebi muito apoio mesmo, da minha família, dos meus amigos que souberam, da mãe, do meu namorado...eu recebi apoio de todas as pessoas que estavam a minha volta, me deram bastante apoio, carinho, compreensão e acho que isso me fortaleceu para com que eu saísse dessa situação o mais rápido possível [...]

[...] o atendimento no Savas foi bem, eles estiveram sempre prontamente pra me atender... e assim eles me atenderam super bem ... foram super atenciosos comigo [...]

### Entrevista 15

[...] eu levo a minha vida... eu não gostava de psicólogo, más agora com você, vejo que não é tão ruim...eu acho que amadureci muito, entendeu? Eu tento ser melhor, do que eu era antes [...]

### Entrevista 12

[...] a minha vida sexual está melhorando, melhorando, fui superando... as pessoas se preocupavam comigo, ligavam e diziam vai em frente...então, eu fui e encarei assim dessa maneira, procurei trabalhar, ficar sempre em grupo...e foi passando aquele medo...acho que eu me cheguei um pouco mais para a família [...]

[...] aí eu conversei com a psicóloga... eu me sentia culpada por estar na rua naquele horário, a rua tava deserta...a psicóloga me tranqüilizou dizendo que mesmo sendo tarde ninguém tinha o direito de fazer isso comigo...então, isso daí me tirou, me ajudou a tirar aquela culpa de cima de mim, que eu tinha de estar no meio da rua [...]

Desse modo, é importante lembrar que a mudança de enfoque no conceito de resiliência inclui a passagem de um modelo tradicional, centrado na fraqueza e na doença, para outra perspectiva, que inclui também a capacidade de enfrentamento e o estímulo às potencialidades e a consideração da esperança como componentes indispensáveis para o desenvolvimento das pessoas, ampliando o conceito para englobar resiliência familiar, pois os vários processos são necessários para enfrentar os desafios psicossociais que emergem com o passar do tempo.

É importante lembrar que nem todo jovem submetido às situações adversas termina necessariamente como um sujeito problemático. Exemplo importante pode ser observado em Rangel (1998), que pesquisou sobre abuso sexual intrafamiliar recorrente, e observou que nos casos de abusos investigados “não havia evidências de trauma extremo ou prejuízo irreversível para as vidas dos vitimados, visíveis em seus comportamentos, diretamente decorrentes de sua vitimização, que pudesse ser comparável aos descritos em trabalhos publicados na área” (p. 115). No estudo que realizou, a pesquisadora verificou que todos conseguiram superar as ocorrências ruins pelas quais passaram.

Ressaltamos também o acerto com que alguns programas de atenção aos jovens vêm se desenvolvendo no Brasil utilizando não só com um modelo centrado no indivíduo, mas incluindo também o contexto social, trabalhando com a comunidade, para que sejam da comunidade os agentes cidadãos que participem de

maneira mais comprometida, no cuidado e proteção de seus membros, facilitando e promovendo os laços sociais (ASSIS, PESCE e AVANCI, 2006).

Entre as adolescentes entrevistadas na pesquisa que mostraram comportamento resiliente, constatamos naquelas que puderam contar com o apoio de outras pessoas, indicativos de bom nível de auto-estima, considerada como o principal indicador de saúde mental (National Advisory Health Council, 1996), bem como um elevado desejo de superação de outras dificuldades que resultaram da situação de abuso.

Desse modo, concordamos com Assis, Pesce e Avanci (2006) que “se a resiliência é um fenômeno promotor de fortalecimento psicossocial, possível de ser construído, o seu manejo pode pedagogicamente ser transformado em uma ferramenta capaz de subsidiar formas de intervenção principalmente com a família” (p.114). Para esses autores é muito importante incluir os pais e a família em programas de intervenção e acompanhá-los nas dificuldades cotidianas para aumentar a efetividade das ações, haja vista que o fortalecimento do meio social torna-se crucial para que se alcance maior proteção ao adolescente. Assim, ressaltamos a necessidade de utilizar de forma plena o conceito de resiliência nas ações sociais, educativas e de saúde que englobem os indivíduos de todas as idades e suas famílias e se possível toda a comunidade para reforçar suas características resilientes.

A Organização Mundial de Saúde se refere à saúde não meramente como ausência de doença, mas também como bem-estar. De forma semelhante, resiliência não é meramente ausência de risco, adversidade ou estresse, mas ter ou criar condições para enfrentá-los. Sabemos que o maior motivo de sofrimento entre os adolescentes está relacionado a problemas sociais e comportamentais. Assim, a nossa preocupação deveria ser a de diminuir o impacto dos fatores adversos e ampliar os fatores de proteção, favorecendo com isso a resiliência com jovens, criando e estimulando medidas favoráveis e fatores de proteção.

Uma visão sistêmica de resiliência é importante segundo Walsh (2005), para:

[...] ajudar os indivíduos, os casais e as famílias a enfrentarem e se adaptarem às crises e à adversidade. A família tem sido um recurso negligenciado nas intervenções que visam estimular a resiliência em crianças e adultos. O enfoque estreito na resiliência individual tem levado os clínicos a tentar salvar os “sobreviventes” individuais, sem explorar o

potencial de suas famílias e até descrever algumas famílias como irrecuperáveis [...] (p. 22)

Para essa autora, é necessária uma postura que estimule um entendimento mais profundo dos desafios da vida dos pais, para assim identificar fatores potenciais na rede dos relacionamentos familiares.

## CONCLUSÕES

A humanidade assiste a crescentes demonstrações de violência que afetam a vida das pessoas em seus vários estágios de desenvolvimento, acarretando prejuízos, por vezes, de longa duração, ou até irreversíveis, à sua saúde. De todas as formas de violência, a violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar perpetrada contra crianças e adolescentes e mulheres é a que vem revestida de maior complexidade para sua notificação, diagnóstico, prevenção e tratamento, quer porque o abusador é pessoa das relações familiares da vítima, ou porque afronta importantes regras de convívio sociocultural, ou ainda porque são poucas as políticas públicas de atenção voltadas à família.

Verificamos, ao longo do estudo, que a violência não pode ser analisada de maneira simplista e, sobretudo, que não basta responsabilizar a família, nem se fundamentar em critérios tradicionais para compreendê-la. Entendemos que é necessário colocá-la em discussão e aceitar que esse campo está relacionado a um saber ainda em construção, que não comporta um único sentido. Por isso, acreditamos que a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres, tem que ser entendida em suas determinações históricas, pois, a formação econômica e sociocultural do Brasil, baseada em uma colonização de exploração, produziu uma sociedade patriarcal, onde a vontade do homem ainda se sobrepõe à da mulher.

Entendemos que a violência sexual praticada na forma de abuso sexual é fruto dessa desigualdade, associada à violência estrutural, acrescida pela violência do adulto sobre a criança e o adolescente. Partir do entendimento dessa totalidade, superando o âmbito do senso comum, é o desafio para que se mude a forma de ver a violência sexual. Sabemos que esse é na verdade também um problema que ocorre em grande escala em muitas sociedades e em todas as classes sociais, embora seja comumente associado a fatores como a geração de pobreza, a desigualdade e a exclusão social, que tornam a condição de determinado grupo social um fator de vulnerabilidade. Pesquisas recentes têm mostrado que a associação a esses fatores não é viável, visto que observaram que mesmo pessoas

pertencentes a esses grupos sociais, conseguem superar situações adversas, e que também pessoas que se encontram fora desse grupo sucumbem a fatores estressantes.

Identificamos que é um crime impulsionado pela cultura local patriarcal que conta com estilos e padrões de comportamento que ganham força no mito da superioridade masculina, se acomoda no domínio e poder do adulto sobre a criança e o adolescente e que se sustenta também pelo silêncio da família, que trata a violência como assunto particular.

A violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar contra crianças e adolescentes é um crime pouco denunciado, praticado contra a liberdade sexual das pessoas, um elemento fundamental dos direitos humanos. Dentre as violências sexuais o abuso sexual é um dos mais praticados contra crianças e adolescentes, atingindo-as independentemente da idade, raça e condição social. O relato de sua ocorrência causa vergonha e culpa, o que impede, muitas vezes, também a sua denúncia aos órgãos de atendimento às vítimas. Dessa forma, entendemos que a violência sexual contra qualquer pessoa constitui violação dos direitos humanos e liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedido-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, direitos inalienáveis do ser humano.

A pesquisa mostra que a dor genuína revelada nos discursos de mulheres vitimadas traz à tona uma realidade nebulosa que, além de quase inacessível, é também vergonhosa, pois revela que a sociedade é tolerante com a violência e tem convivido com ela de forma corriqueira, incorporando-a como parte integrante de seu cotidiano.

Assim, pesquisar sobre o impacto do abuso sexual na saúde de mulheres vitimadas, nos permitiu identificar questões relevantes no tocante a esse tipo de violência na cidade de Manaus. Identificamos que, assim como outras cidades brasileiras, Manaus é marcada pela violência que acomete grandes centros urbanos o que se reflete nas relações sociais entre seus moradores.

Na cidade de Manaus, os crimes de abuso sexual contra crianças, adolescentes e mulheres se alimentam do medo das vítimas em denunciar as agressões e nutrem-se da omissão ou da falência pública para lidar com a questão e ganham força na silenciosa cumplicidade social. O grande número de vítimas nesta modalidade confirma a precariedade das políticas públicas, incapazes de assegurar

de fato a proteção integral a crianças e adolescentes, defendida e assegurada no Estatuto da Criança e do Adolescente e a mulheres que vivem em situação de violência.

Obter números confiáveis sobre os casos de abuso sexual em Manaus é muito difícil, pois esse crime está nesta cidade entre os menos noticiados, sem contar que a cidade está diante de questões complexas inerentes ao atendimento, tratamento e reintegração social das pessoas atingidas pelo delito sexual.

Constatamos que o impacto traduzido por conseqüências na saúde das mulheres, mesmo depois de decorrido um ano, em 50% dos casos ainda atrapalha a vida delas alterando seus relacionamentos sexuais, sociais e familiares. O impacto na saúde se estabelece de forma mais prolongada quando a mulher vitimada não pode contar com o apoio de amigos, de familiares, e principalmente o apoio da mãe. A pesquisa nos revela que a forma como a mãe desempenha seu papel na família como progenitor não-abusivo ou como um componente familiar continente para as angústias dos filhos é primordial para a forma como a vítima passa a lidar com a violência sofrida.

É importante também enfatizar que o efeito deletério do abuso sexual decorre muito mais do que as pessoas pensam sobre essa forma de violência e dos mitos construídos socialmente sobre seu impacto, do que do ato em si. Não se defende a postura de que abusos sexuais sejam inócuos, não provocando problemas de difícil superação. Ao contrário, em nossa pesquisa, constatamos, a partir do conteúdo das entrevistas, o quanto isso tem afetado a vida das participantes.

No entanto, identificamos também uma crescente mobilização das vítimas para a superação desse impacto em suas vidas e que é possível “sobreviver” a essa situação estressante, ainda que sempre seja inaceitável que aconteça, e que os fatores relacionados ao apoio social, como o relacionamento com outras pessoas e serviço de apoio psicológico, atuam como facilitadores no processo individual de enfrentar o impacto da violência. Com isso queremos dizer que há pessoas que, apesar do horror vivenciado, conseguem elaborá-lo e lhe dar um significado que lhes possibilita dar continuidade ao seu caminho pela vida sem repercussões tão graves. É claro que não há um esquecimento ou mesmo uma diminuição da dor, mas sim o incremento da capacidade de lidar com o evento. Concordamos com Junqueira (2001, p. 36) quando diz que é importante mudar nossa maneira de olhar em relação aos vitimados que viveram situações adversas, pois a mudança de olhar pode

significar para o próprio sujeito uma perspectiva de reconstrução. Segundo Gianfrancesco (1999) “um indivíduo é resiliente porque a sociedade tem valores a lhe propor. O primeiro é o de crer nele, sujeito irreduzível e digno de respeito. Tudo depende, pois, do desejo de viver que se coloca sobre aquele que sofre” (p. 67)

Fica claro, pelos dados apresentados, que o papel da mãe nas famílias das entrevistadas é, geralmente, de extrema submissão e dependência ao homem da casa, o que, conseqüentemente, revela o padrão patriarcal, onde a dominância do sexo masculino sobre o feminino ainda é uma constante.

O comportamento das mulheres, especialmente das mães, parece obedecer a uma hierarquia de gênero aceita de modo generalizado em nossa sociedade. Não é de todo estranho portanto que elas não tenham conseguido enfrentar os parceiros e se interpor aos comportamentos violentos. Essas mães e seus companheiros internalizaram esse modelo e o reproduzem, o que contribui para que a ordem familiar nessas famílias mantivesse a submissão feminina. Assim, fica claro, que as posturas de submissão e resignação da mulher diante do homem estão sendo vividas tanto pela mãe quanto pela filha vitimada, quando apresentam dificuldades para confrontar o agressor e acatam suas deliberações. Assim, é possível pensar que a representação do masculino e do feminino para essas mulheres fortalece a idéia de que é legítimo o uso da violência pelos homens nas suas relações com as mulheres.

Desse modo, podemos dizer que as representações sociais sobre o impacto do abuso sexual se relacionam, nos discursos de nossas entrevistadas dos grupos extrafamiliar e intrafamiliar, ao forte sentimento de culpa por terem participado do abuso sexual. Algumas acham que podiam tê-lo evitado, e colocam em si mesmas a responsabilidade sobre o que lhes aconteceu. O medo referido por elas se revela em medo de dormir sozinha, medo de não casar por não ser mais virgem, medo de ir para o trabalho, medo de ter ficado “fria” nos relacionamentos sexuais e medo de que soubessem o que aconteceu com ela, medo de não se apaixonar por ninguém, medo de ter ficado grávida, medo de que o agressor volte a atacá-la, e medo de ter contraído doenças sexualmente transmissíveis.

O abuso sexual nas representações das vítimas de abuso sexual no grupo extrafamiliar e intrafamiliar, foi percebido como um ato de violência extrema com utilização da força física. Identificamos ambigüidade nas representações das mulheres que sofreram abuso intrafamiliar, visto que parte das mulheres o percebeu

como não violento, em função das relações de proximidade e das estratégias utilizadas pelo abusador.

As representações sociais sobre o abusador se referem a um homem que possui autoridade, poder e força, é sempre mais velho, violento e não se preocupa com a vontade das mulheres vitimadas, verificando-se também ambigüidade nas representações do grupo que sofreu violência sexual intrafamiliar, pois foi percebido por algumas delas como amigo.

Com relação à Representação Social da mãe tanto no grupo intrafamiliar quanto no grupo extrafamiliar, podemos dizer que por somente algumas de nossas entrevistadas a mãe foi referida como “Mãe Boa” e a convivência com ela parece ter sido marcada pela ausência de conflito; já a grande maioria se referiu à mãe como “Mãe Ruim” dada a falta de uma posição materna confortadora que não deveria ser negada a nenhuma filha que estivesse vivendo essa situação de sofrimento. Assim, entendemos que o papel da mãe é bastante controverso se levarmos em conta as demandas das adolescentes que sofreram violência sexual e que se encontram bastante fragilizadas frente ao impacto negativo da vitimação sexual e que sentem necessidade do apoio da família, principalmente do apoio e compreensão da mãe frente ao ocorrido.

É importante ressaltar que, em famílias incestuosas, a falta de atenção da mãe frente às demandas afetivas da filha vitimada nos leva a entender que não se trata de uma escolha consciente da mãe, mesmo quando ela está mais claramente envolvida. A mãe está envolvida em laços afetivos tanto com o abusador quanto com as vítimas. É um clima onde se misturam ameaças e sedução. Num contexto em que a mãe não só é ameaçada, mas também sofre efetivamente maus-tratos por parte do marido.

As relações hierárquicas de gênero fornecem os motivos para as mulheres permanecerem numa relação abusiva, seja com ela mesma, seja com alguém de sua família. Os motivos mais freqüentes são, a dependência emocional, econômica e a valorização da família.

É importante lembrar que são “diversos os motivos que levam as mulheres a permanecerem numa relação de violência e não denunciar seus agressores. A ideologia de gênero, que legitima a dominação masculina e submissão feminina, é um fator preponderante na perpetuação da violência praticada pelos homens contra

as mulheres, muitos deles protegidos pelo silêncio das próprias vítimas” (ARAÚJO e MATTIOLI, 2004, p. 31).

No entanto, esse quadro vem-se modificando com as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, responsáveis por alterar o papel da mulher na sociedade e têm nas últimas décadas promovido uma redução da dominação masculina e influenciado também os modelos de família e casamento existentes na sociedade. De acordo com Izumino (2004) a inserção das mulheres na esfera pública fez com que elas abandonassem o “exclusivismo” das tarefas domésticas, levando a uma redistribuição das atividades entre os cônjuges e entre os outros membros da família. Nessa nova família, as tarefas foram redistribuídas de tal forma que todos passam a ser responsáveis pelo funcionamento do lar, embora isto nem sempre aconteça nas relações cotidianas.

As mulheres, antes confinadas ao lar, foram obrigadas a compartilhar com terceiros os cuidados com os filhos e com a organização da casa. É claro que essa passagem foi muito mais fácil para as famílias de classe média, que puderam contar com o auxílio de creches, escolas e servidores domésticos que assumem suas tarefas, resguardando para os homens as prerrogativas das atividades na esfera pública (IZUMINO, 2004).

Segundo Izumino (2004), é entre as classes populares que essa passagem se fez com maiores dificuldades, tendo em vista a inserção no restrito mercado de trabalho para a mão de obra feminina, fazendo com que elas buscassem alternativas de trabalho para participar no sustento da casa, ficando as mesmas sobrecarregadas por uma dupla jornada de trabalho. Enquanto a classe média pode contar com creches ou babás, as classes pobres recorrem geralmente a parentes, filhos mais velhos ou companheiros para cuidar de filhos menores.

Compreendemos que o fenômeno da violência que ocorre na família nos indica que a mesma advém de uma dinâmica familiar conflituosa, como resultado de uma desigualdade de gênero e de geração, em que a submissão da criança, do adolescente e até da própria mãe estão presentes. Os adultos se valem do poder que têm sobre o adolescente, na condição de alguém mais velho que deve orientar e educar para a vida.

Lembramos que nesse tipo de abuso sexual estão contidas ainda as noções de poder, de astúcia e de confiança. O perpetrador se utiliza do poder, da relação de confiança e/ou força física para colocar a criança ou o adolescente em situações

para as quais não possuem condições maturacionais, biológicas e psicológicas de enfrentamento (Furniss, 2002, Ferreira & Schramm, 2000, Caminha 1999, e Flores, 1994). Consoante a isso, Faiman (2003) ressalta que “para que se configure um abuso de uma pessoa em relação à outra, deve haver uma assimetria de poder no relacionamento entre elas”. (p.28).

Contrariando o que defende o Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera que crianças e adolescentes estão em uma fase de desenvolvimento onde deveriam ter o direito a um desenvolvimento protegido, observamos na presente pesquisa que existem muitas crianças e adolescentes que se encontram em situações de violação de direitos dentro de seus próprios lares.

Desse modo, tentamos deixar claro que no caso de abuso sexual dentro do núcleo familiar, todos estão envolvidos e que tudo isso afeta não só a vítima do abuso, mas também todos os demais membros. Assim, pensamos que devemos levar em conta não um trabalho com as vítimas, mas sim com toda a família que vive a dinâmica incestuosa.

Com relação ao abuso perpetrado por alguém de fora do círculo familiar da vítima, compreendemos que a violência sofrida pelas mulheres poderia ser minimizada se as mesmas pudessem contar também com o apoio de suas famílias, principalmente de suas mães. Entendemos também que o impacto na saúde desse grupo de mulheres parece, a curto prazo ser mais nocivo, dado o fato de o abusador ter usado de muita ameaça à vida da vítima. É importante levar em conta que não é possível generalizar os efeitos do abuso sexual para todas as adolescentes vitimadas. A quantidade e a gravidade das conseqüências dependem da singularidade das experiências de cada vítima.

Ressaltamos ainda que o impacto também pode ser amenizado quando os familiares e amigos compreendem a importância do atendimento especializado, prestado principalmente por médicos, psicólogos e psiquiatras. Lembramos ainda que, mesmo que uma adolescente, vítima de abuso sexual, não apresente sintomas externos ou se esses pareçam ser de pouca relevância, isto não quer dizer que ela não sofra ou não venha a sofrer com essa experiência. Além disso, as conseqüências podem vir a se manifestar posteriormente, frente a uma experiência estressante crítica. Dessa forma, para a adolescente que tenha sofrido abuso sexual deve ser oferecido o apoio necessário para que possa conviver da melhor maneira com este tipo de experiência extrema.

Independente do fato de terem sofrido abuso por alguém pertencente ao grupo familiar ou alguém de fora desse grupo ou mesmo desconhecido, em geral, os depoimentos presentes em todas as categorias de dados estudados revelam que o fato de ter sido abusada sexualmente além de infringir importantes regras do direito à integridade física e psicológica, também tolhe o pleno exercício da cidadania e limita as relações sociais das mulheres vitimadas.

Em Manaus, não existe um programa de ações integradas da justiça, educação, ação social e saúde, com a sociedade civil. Os serviços oferecidos a mulheres vitimadas buscam somente atender às suas necessidades imediatas para protegê-las dos riscos de gravidez, da transmissão de doenças sexuais e dos efeitos psicológicos da violência. Não existe, portanto, na cidade nenhuma tentativa por parte dos governos municipal, estadual ou federal, de ações preventivas para conter essa forma de violência.

Constatamos que os programas de atendimento às vítimas de violência sexual fazem suas intervenções terapêuticas de forma não planejada considerando somente a demanda clínica ligada ao exame físico no caso de suspeita de trauma genital ou himenal, doença venérea ou gravidez na hora da procura do atendimento pela vítima. Dessa forma, a preocupação inicial é o atendimento aos danos físicos e suas possíveis implicações. É importante enfatizar que o encaminhamento para o serviço de psicologia só é feito ao final do atendimento da equipe médica, tanto no Instituto Médico Legal para o exame pericial, quanto no serviço oferecido no Hospital universitário.

Essa forma de encaminhamento permite que a pessoa vitimada procure o serviço de psicologia depois de já ter passado por vários setores tendo que repetir sua história de vitimização de violência por diversas vezes. Entendemos que o momento, para algumas das vítimas, não oportuniza uma intervenção eficaz e diretiva. Embora os psicólogos que fazem os atendimentos digam que ficarão à disposição para outros atendimentos, as vítimas, com raríssimas exceções, voltam outras vezes. Identificamos que o trabalho nesse campo ainda é fragmentado, desorganizado e, em geral, difuso metodologicamente. Constatamos também em nossa pesquisa que não há acompanhamento, avaliação e atendimentos adequados às vítimas que são encaminhadas ou que procuram esses serviços.

O trabalho com os cuidadores tem se mostrado essencial, inclusive a capacitação dos pais para manejar sentimentos mediante estratégias

comportamentais, monitorar sintomas das vítimas, desenvolver estratégias para prevenir a revitimação e adequar o funcionamento familiar. Além disso, é importante que os pais sejam ajudados para que possam elaborar o próprio sofrimento e oferecer o apoio necessário aos filhos (FURNISS, 2002, SAVWITZ, MANNANINO, BERLINER & COHEN, 2000).

O estudo apontou a necessidade emergente de criar mais serviços especializados de atendimento e de capacitar os profissionais que trabalham com as vítimas e suas famílias, permitindo-lhes obter uma compreensão real dos casos, bem como conduzir uma intervenção adequada. A atuação interdisciplinar, com um foro adequado para tratar dos aspectos considerados mais importantes de cada caso, permitirá planejar as intervenções já que uma ação imediata e não planejada freqüentemente acaba impedindo que se verifique a realidade dos abusos e dá lugar a reações não-terapêuticas dos profissionais, sem finalidade ou objetivos claros (FURNISS, 2002).

As poucas ações preventivas na cidade de Manaus mostram a falta de sensibilidade das autoridades em relação aos problemas originados pela violência que acomete a população. A partir desse quadro, fica a pergunta: o que fazer? Acreditamos que essa pergunta faça parte do pensamento de todos os profissionais que trabalham na promoção de saúde que, por força das circunstâncias, têm cuidado muito mais da doença do que propriamente da saúde.

Na busca de contribuir para o encaminhamento de políticas no campo da saúde de mulheres vítimas de violência, lembramos a necessidade de um trabalho conjunto entre as organizações voltadas para o atendimento a essa clientela e às que atuam no campo da saúde da mulher, com vistas ao desenvolvimento de projetos que integrem os diferentes equipamentos sociais. Observamos que na cidade de Manaus o programa Sentinela, o Programa Savas e ONGs que também fazem atendimentos aos vitimados, não trabalham conjuntamente e tampouco de forma complementar, causando dificuldades para dimensionar a real incidência da violência sexual na cidade.

A nosso ver, além da necessidade de uma atuação dos programas de atendimento de forma integrada, é preciso também entre outras coisas, criar elos de ligação entre a área jurídica e as áreas social e política, principalmente no tocante aos conceitos, ou seja, estabelecer uma linguagem padronizada que seja comumente partilhada nessas áreas, pois muitas das expressões utilizadas pelas

áreas social e política não são adequadamente usadas por juristas ou pelas instituições policiais.

Como exemplo, é a expressão “violência sexual” que tem diferentes dimensões conceituais, pois depende do ambiente institucional onde é utilizada. Política e sociologicamente o termo violência sexual têm um significado amplo, visto que se refere a vários delitos, mas é na interface entre os órgãos que desenvolvem políticas públicas, de justiça, de segurança pública e social que isso deve ser tratado.

Em termos jurídicos, o conceito adquire maior especificidade quando no âmbito do direito brasileiro se refere à violência sexual. O Código Penal estabelece de “crime contra os costumes” ou crime sexuais, quando eles agregam violência física.

A grande variedade de conceitos também causa dificuldades para a articulação e a integração entre os órgãos que desenvolvem políticas públicas e as instâncias jurídicas: exemplo claro disso encontra-se na utilização da expressão “abuso sexual”. Não existe no direito penal brasileiro nenhum delito denominado abuso sexual, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) utilize essa expressão como infração ao direito da criança e também como justificativa para o afastamento dos agressores da moradia comum, sejam eles pais, responsáveis ou cuidadores.

É importante lembrar que o desenvolvimento total do ser humano depende da satisfação de suas necessidades básicas, tais quais, desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor. A Sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais e o total desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social (HAZEU, 2004).

Por isso, entendemos que a violência sexual impede o total desenvolvimento da sexualidade, pois interrompe a interação social positiva entre as pessoas e as estruturas sociais. Por tudo isso, entendemos ser necessário pensar a violência sexual como expressão de violação da liberdade individual. Souza (2004) chama atenção sobre isso quando diz:

[...] a violência tem que ser pensada como expressão de intolerância e de exclusão política e social, a partir das relações humanas, onde uns são submetidos a um processo de sujeição e coisificação por parte dos outros,

onde uns têm oportunidade de realização restringida por outros, onde uns são exterminados por outros [...] (p. 58).

Entendemos que muito tem que ser feito junto à sociedade brasileira para que a população possa identificar os efeitos perversos da violência e reconhecer a perigosa mensagem que as experiências de vitimação pelo abuso sexual transmitem às crianças e aos adolescentes, e entenda a necessidade de se empreender esforços contra isso, para que a própria sociedade não se torne cada vez mais produtora de violência.

Se desejarmos relações sociais sem violências, o primeiro passo é conhecer como os problemas relacionados a ela se configuram, garantindo a sua articulação com o respeito à integridade humana, respeito que é necessário para o pleno exercício da cidadania (ALVIM & SOUZA, 2005).

Entendemos que é somente a partir do reconhecimento e aceitação da diversidade que o direito fundamental ao exercício livre da sexualidade pode ser respeitado. Como resultado disso é que saúde se torna o resultado de um ambiente que reconhece e respeita o exercício do direito à liberdade, principalmente a liberdade sexual.

É importante lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, já dizia: “A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudica aos outros: assim o exercício dos direitos naturais de cada homem tem como limite apenas aqueles que garantem aos demais membros da sociedade o gozo destes mesmos direitos. Estes limites são determinados pela lei” (HELSEN, 1987, p. 63).

Entendemos que a reflexão de que a liberdade é um direito inalienável de todo ser humano nos permite compreender que nem sempre as ideologias e as políticas implementadas em nossa sociedade têm conseguido orientar as pessoas para que elas não transgridam esse direito. Dessa forma, pensamos que isso deve nos orientar na direção da supressão de todas as formas de violência, para que não nos enredemos na trama ideológica da busca por critério semântico do que seja violência aceitável e legítima.

Por tudo isso, entendemos que precisamos avançar também na consideração das dimensões éticas e políticas que envolvem o fenômeno da violência sexual, na qual o abuso sexual está incluído, tratando-o como uma questão de cidadania e

direitos humanos, e sua violação como um crime contra a liberdade de uma pessoa, o que constitui em si mesmo um crime contra a humanidade.

Gostaríamos de ressaltar que não consideramos esta discussão concluída, visto que outras reflexões poderão ser elaboradas e aprofundadas sobre os resultados que encontramos. No entanto, acreditamos que, através desta pesquisa pudemos conhecer melhor as formas de abuso sexual e suas implicações para a saúde da mulher vitimada e entender a repercussão e as implicações psicossociais que a sociedade manauara precisa enfrentar a fim de estudar e elaborar políticas públicas de prevenção para reduzir esse tipo de violência na cidade de Manaus.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. **Adolescência normal**: Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. (org.) **Estudos Interdisciplinares de Representações Sociais**. Goiânia: AB editora, 1998, p. 27-38. 307p.

ALCÂNTARA, H. R. **Perícia médica judicial**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Dois, 1982. 708p.

ALMEIDA, S. S. **Femicídio algemas (in)visíveis do público privado**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter Ltda, 1999.

ALVES, S. L. B. Violência conjugal: representações masculinas. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

ALVES, F. M. Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Jus navegandi**, teresina, ano 10 n. 1133, 8 agosto. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8764>>www. Acesso em 21/11/2006.

ALVIM, S. F. & SOUZA, L. **Homens, mulheres e violência**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004. 144 p.

ALVIN, S. F. & SOUZA, L. Violência Conjugal em uma Perspectiva Relacional. **Psicologia: Teoria e Prática**, 2005, 7 (2): 171-206.

AMAZARRAY, M. R. & KOLLER S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol. 11, n. 3, 1998.

ARAÚJO, M. F. & MATTIOLI, O.C. (Orgs.) **Gênero e Violência**. São Paulo: Ed. Arte e Ciência - UNESP. 2004, 120 pp.

ARAÚJO, M. F. Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. In: **Revista de psicologia**. FCL, UNESP. São Paulo, 1996. Número IX.

ARAÚJO, M.F.; MARTINS, E. J. S. e SANTOS, A.L. Violência de Gênero contra a Mulher. In: ARAÚJO, M.F. & MATTIOLI, O.C. (Orgs.) **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte e Ciência editora. UNESP, 2004, p.17-35.

AREIA, M. L. R. **A proibição do incesto: determinação social ou motivação biológica?** Coimbra: Tipografia da Atlântica, 1980.

ARILHA, M.; RIDENTI, S.G.U.; MEDRADO, B. (Orgs.) **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS Editora 34, 1998, p. 15-28.

ASSIS, S. G; PESCE, R. P. & AVANCI, J. Q. **Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AZAMBUJA, M. R. F. **Violência sexual intrafamiliar. É possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do advogado - editora, 2004.

AZEVEDO, E. O incesto em Série. In: PIZÁ, G. & BARBOSA, G. F. (Orgs.) **A violência silenciosa do Incesto**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 66-77.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1995.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. Cap. I p. 25-47 .243p.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. (org.). **Crianças vitimadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2000.

BANCHS, M. A. Reconstrução Teórica de um caso de Família Incestuosa. Trad. Tina Amado. In: COSTA, A. O. & AMADO, T. **Alternativas Escassas. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina**. São Paulo: Prodir/FCC. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, pp. 301-338.

BANDEIRA, D. ; KOLLER, C., & FORSTER, L. Desenvolvimento psicossocial e profissionalização: Uma experiência com adolescentes de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 9, pp. 185-207, 1995.

BANDEIRA, L. Apresentação. IN: BRAGA, K. S.; NASCIMENTO, E. e DINIZ, D. (Orgs.) **Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher: 1984-2003**. Brasília:Letras Livres:editora UnB, 2004, p. 7-10.

BANYARD, V. I. & WILLIAMS, I. M. Characteristics of child sexual abuse as correlates of womens adjustment: a prospective study. **Journal of Marriage and family**, 1996, 58:853-865.

BARBOSA H. Abuso e Exploração Sexual de Crianças: origens, causas, prevenção e atendimento no Brasil. In: UNESCO. **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet**. (trads. Cibele de Souza e Silva & Cláudia Bernardes Kein). Rio de Janeiro: Garamond, 1999, pp. 24-41. 207p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 230p.

BELSKY, J. **Child maltreatment: an ecological integration**. American Psychologist, 1980. 35, pp. 320-335.

BISPO, T. C. F. Assistência a mulher acometida por violência conjugal: representações sociais de profissionais de saúde. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal da Bahia, Salvador 2001.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N. (Orgs.). **Infância e violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000. pp. 49-79.

BUSSAB, V. S. R. & RIBEIRO, F. L. Biologicamente Cultural. In: SOUZA, L.; FREITAS, M.F.Q. ; RODRIGUES, M.M.P. (Orgs.) **Psicologia reflexões (im) pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

BUSTUS, D. **Novos rumos em psicodrama**. São Paulo: Ática, 1992.

CAMINHA, R. M. A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In: AMENCAR (org.). **Violência Doméstica**. São Leopoldo: Amencar, 1999, pp.43-60.

CARVALHO, M. R. O Construto das Representações Sociais: Implicações Metodológicas. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.) **Representações Sociais: Teoria e Prática**. João Pessoa: UFPB, 2001, pp. 441-450.

CASTRO, R. & RIQUELME, F. **La investigación sobre a violencia contra mujeres em América Latina: entre o empirismo ciego y la teoria sin datos**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19 (1) p. 135-146, Jan/fev., 2003.

CENEVACCI, M. **A dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CÉLIA, S. & SOUZA, R. P. Risco e Resiliência. In: Costa M. C. O. & Souza, R. P. (Orgs.). **Adolescência: Aspectos Clínicos e Psicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2002, pp.333-339.

CHARAM, I. **O Estupro e o Assédio Sexual: como não ser a próxima vítima**. Rio de Janeiro. Record: Rosa dos Tempos, 1997. 300p.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2006, 366 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. 163p.

**CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**: Decreto-Lei n.2.848 de 07 de dezembro de 1940. São Paulo: Saraiva, 2003.

COHEN, C. e GOBBETTI, G.J. Caracterização do abuso sexual intrafamiliar através de dados elaborados no CEARAS. In: LEVISKY, D.L. (org.) **Adolescência e Violência: ações comunitárias na prevenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 153-166.

COHEN, C. O Incesto. In: **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez. 2000. p. 211-225.

COOHEY, C. **The role of friends in-laws and other kin in father-perpetrated child physical**. *Child Welfare*, 2000. 79(4), p.373-402.

CORTEZ, M. B. **Maridos dominadores, esposas (in) subordinadas: as implicações do apoderamento feminino e da masculinidade hegemônica na violência conjugal**. Vitória: UFES, 2006. Dissertação de mestrado em psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo.

COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 189 p.

COURTOIS, C. **Healing the incest wound: adult survivors in therapy**. Nova Iorque: W. W. Norton, 1988.

**CRAMI – centro Regional aos Maus-tratos na Infância**. São Paulo: Cortez: Brasília, DF, UNICEF, 2002 (Série fazer valer os direitos; v.1).

CROUCH, J., MILNER, J.S. & THOMSEN, C. Childhood physical abuse, early social support, and risk for maltreatment: current social support as a mediator of risk for child physical abuse. *Child Abuse and Neglect*, 2001. 25 (1), 93-107.

DAMERGIAN, S. Entre a vida e a morte: A violência contra a infância nos grandes centros urbanos. In: STEINER, M. H. F. (org.). **Quando a criança não tem vez: violência e desamor**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1986, p. 1-15.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas**, V.I, Rio de Janeiro:Contraponto, 2004.

DARO, D. & SVEVO, K. Resumo do Relatório Global sobre Negligência e Abuso de Crianças. In: UNESCO. **Inocência em Perigo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, pp. 68-73, 208p.

DESSEN, M. A. C. e BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O estudo da família como base para a promoção da tolerância. In: BIASOLI-ALVES, Z.M.M. e FISCHMAM, R. (Orgs.) **Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância**. São Paulo: Edusp/UNESCO, 2001, p. 183-193.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. Pensadores. São Paulo: Abril, 1978, pp. 71-156.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: As Representações Sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI P. e JOVCHELOVIYH S. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999, pp.261-293, 324 p.

ELLIS, L. **Theories of Rape. Inquires into causes of sexual aggression**. New York: Hemisphere, 1989.

EMERY, R. E. & LAUMANN-BILLINGS, L. An overview of the nature, causes, and consequences of abusive family relationships. Toward differentiating maltreatment and violence. *American Psychologist* 53 (2) : 121-35., 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Lei Federal 8.069/1990**. Prefeitura Municipal de Manaus. **Secretária da Infância e da Juventude**. Manaus, 2002.

FAGUNDES, T.L.Q. **Do desvio individual ao problema social: uma análise dos abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Disponível em: [www.violenciasexual.org.br](http://www.violenciasexual.org.br). Captado em 13.09.2003.

FAIMAM, C. J. S. **Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da Psicanálise**. São Paulo: casa do psicólogo, 2004.

FERRARI, D. Duas abordagens do Problema. In: MARIANO, A. S. & MESERANI, S. C. (Orgs.) **Por uma visão reflexiva da violência. Guia Temático da Videoteca da PUC – SP**, São Paulo: editora da PUC-SP, 2001 pp. 21-30.

FERRARI, M. & KALOUSTIAN, S. M. A importância da Família. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez/, Brasília; UNICEF, D. F. 1998. pp. 11-15.

FERRARI, D. C. A & VECINA, T. C. Sexualidade e violência. In: FERRARI, D. C. A. & VECINA, T. C. C. (Orgs.) **O fim do silêncio na violência familiar**. Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Agora, 2002, pp. 114-121. 329 p.

FERREIRA, A. L. & SCHRAM F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra crianças para profissionais de saúde. **Revista de Saúde Pública**, 34 (6), pp.659-665, 2000.

FERREIRA, M. G. M. & STEINER, M. H. F. Mulheres espancadas – E seus filhos ?. In: STEINER, M. H. F. (org.). **Quando a criança não tem vez: violência e desamor**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1986, p. 63-76.

FINKELHOR, D. The traumatic impact of child sexual abuse: a conceptualization. **American Journal of Orthopsychiatry** 55, Durham, USA Issue 4, October 1985, p. 530-541.

FINKELHOR, D. The International Epidemiology of Child Sexual Abuse. **Child Abuse & Neglect**. University of New Hampshire, Durham, USA, vol. 18, n. 5. Publicado por Elsevier Science Direct. pp. 409-417, 1994.

FLORES, R. Z. & CAMINHA, R. M. Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. **Revista de Psiquiatria**, 16 (2), 158-167, 1994.

FLORES, R. Z. Violência Sexual em seus múltiplos aspectos. **Jornal da FEBRASCO**, ano 5, n.8, setembro de 1998.

FORWARD, S. & BUCK, C. **A traição da inocência: o incesto e sua devastação**. (Trad. Sergio Flaksmam) Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1989, 221p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade. A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FROMER, L. O abrigo: uma interface no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência intrafamiliar. In: FERRARI, D. C. & VECINA, T.C.C. (Orgs.) **O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e Prática**. São Paulo: Ed. Agora, 2002, p. 311-315.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança: Uma Abordagem Multidisciplinar**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. 337p.

GABEL, M. Algumas Observações preliminares. In: GABEL, M. (Org.) **Crianças vítimas de Abuso Sexual**. Tradução de Sônia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997, pp. 9-13.

GAMESY, N. Resiliency and Vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty. **Behavioral Scientist**, 1991, 34:416-430.

GELLES, R. J. & WOLFNER, G. Sexual offending and victimization: a life course perspective. In: ROSS, A. S. **Sexuality across the life course**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

GIANFRANCESCO, A. La resilience: du mythe à la réalité – Essai d'interprétation historique. In: POILPORT, M.P. **Souffrir mais se construire**. Ramonville Saint-Agne: Érès, 1999, p. 28-44.

GOLD, S.; HUCHES, D. e SWINGLE, J. Characteristics of childhood sexual abuse among female survivors in therapy. **Child Abuse & Neglect**, Fort Lauderdale, Nova Southeastern University, USA, vol. 20, n. 4, pp. 323-335, 1996.

GONÇALVES, H. S. Violência contra a criança e o adolescente. In: GONCALVES, H. S. & BRANDÃO, E. P. (Orgs.) **Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004, pp. 277-307.

GONÇALVES, H. S. **Infância e violência no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Ed/FAPERJ, 2003.

GROTBERG, E. H. Novas tendências em Resiliência. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. & Cols. **RESILIÊNCIA: Descobrimo as próprias fortalezas**. (Trad. Valério Campos). Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUERRA, V. N. A. **A violência de pais contra filhos: procuram-se as vítimas**. São Paulo: Cortez, 2001. 262 p.

HABIGZANG, L. F. & CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HAY, D. H. & SAFNUK, T. The social development of adolescents sexually abused as children. In: AMAZARRAY, M. R. & KOLLER S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol. 11, n. 3, 1998.

HAZEU, M. **Direitos sexuais da criança e do adolescente: Uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.** Belém/Pará: Gráfica Sagrada Família, 2004.

HEILBORN, M. L. Construção de si, gênero e sexualidade In: HEILBORN, M. L. (Org.) **Sexualidade: o olhar das ciências sociais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, pp. 40-58.

HELSEN, H. Essência e valor da democracia. **Arquivos do Ministério da Justiça do Brasil**, 1987, ano 40, n. 170, p. 63 -127.

HERMAN, J. **Trauma and recovery.** New York: Basic Books, 1992.

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio Moral: A violência perversa no cotidiano.** Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 222p.

HYDE, J. S. **Sexual Coercion in understanding Human Sexuality**, 5.ed. New York: McGraw-Hill Inc. 1994.

HOUAIS, A. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.942.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2005. **Síntese de indicadores Sociais.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano: 2000, 2005.

INFANTE, F. A Resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO, A. ; OJEDA, E. N. S. e Colaboradores (Orgs.). **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas.** (Trad.) Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 23-38.

IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher. O papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004, 277 pp.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (orgs.). **As Representações Sociais.** Trads. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JOWKES, R. WOOD, K. MAFORAH, F. **“He forced me to love him”:** Putting violence on adolescent sexual health agendas. Disponível em: [www.periodicosapes.br](http://www.periodicosapes.br) .Captado em 07/07/1998.

JUNQUEIRA, M. F. P. S. Seguindo adiante... Criativamente – A Possibilidade de (Re) Construção após uma vivência de incesto. In: **Psicologia Clínica-Casal e Família: Teorias e Práticas contemporâneas.** Ed.Companhia de Freud, PUC. Rio de Janeiro, 2001, v. 132, p. 25-38.

Jornal **Diário do Amazonas** de 26 de março de 2006.

KENDALL-TACKETT, K. A.; WILLIAMS L. M. & FINKELHOR, D. Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. **Psychological Bulletin** 113, University of New Hampshire, USA, p. 164-180, 1994.

KOBIN, J. E. Child abuse and neglect: the cultural context. In: HELFER, R. E. & KEMPE, R. S. C. (ed.) **The battered child**. Chicago: Un. Chicago Press, 1988.

KOLLER, S. H. Violência Doméstica: uma visão ecológica. In: AMENCAR (Org.), **Violência Doméstica**. Brasília: UNICEF, p. 32-42, 1999.

KOLODNY, R. C.; MASTERS, W. H.; JOHNSON, V. E. **Manual de medicina sexual**. Textbook of sexual medicine. (trad. Nelson G. Oliveira). São Paulo: Manole, 1982. p. 432.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LEVISKY, D. L. Aspectos do processo de Identificação do Adolescente na Sociedade Contemporânea e suas Relações com a violência. In: **Adolescência e Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 19 – 34.

LÉVI-STRAUSS C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: vozes, 2003.

LEWIS, M. & WOLKMAR, F. **Aspectos clínicos do desenvolvimento na Infância e Adolescência**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1993.

LISBOA, C.S.M. e KOLLER, S.H. Considerações Éticas na Pesquisa e na Intervenção sobre violência Doméstica. In: HUTZ, C. S. **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 186-212.

LÓPEZ, F. **Abusos Sexuales a Menores: Lo que recuerdan de mayores**. Madrid: Ministério de Assuntos Sociales, 1994.

LORENCINI, B. D. B. & FERRARI, D. C. A. Oficinas de prevenção. In: FERRARI, D.C.A. e VECINA, T.C.C. (orgs.) **O fim do silêncio na violência familiar**. Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Agora, 2002, p. 228-260.

MAAKAROUN, M. F. Violência e adolescência: reflexões teóricas. In: COSTA M. C.O. e SOUZA R. P. (orgs.) **Adolescência – Aspectos Clínicos e Psicossociais**. Porto alegre: Artmed, 2002, p. 409-418.

MACHADO, D. A. & ARAÚJO, M. F. Violência de gênero: quando o homem é a vítima In: ARAÚJO, M.F. & MATTIOLI, O.C. (orgs.) **Gênero e Patriarcado**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p.37-52.

MACHADO, L. Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A.O. & BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FCC, 1992, p. 24-38.

MARQUES, M. A. B. **Um estudo preliminar sobre a violência doméstica contra a criança numa favela do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Programa de Pós graduação em Psicologia da Columbia University (mimeo), 1986. 352 p.

MASTEN, A. & GARMEZY, N. Risk, vulnerability, and protective factors in developmental psychopathology. In: KAHEY, B. & KAZDIN, A. (orgs.) **Advances in clinical child psychology**. V. 8. New York: Plenum Press, 1985, p.53.

MATTOS, G. O. Abuso sexual em crianças pequenas: peculiaridades e dilemas no diagnóstico e no tratamento. In: FERRARI, D.C.A. e VECINA, T. C. C (Orgs.) **O fim silêncio na violência familiar**. Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Agora, 2002, p. 174-200, 329 p.

MEES, L. A. **Abuso Sexual: Trauma infantil e fantasias femininas**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001. 151p.

MIAN, M. MARTON, P. e LeBARON, D. **Familial risk factors associated with intrafamilial and extrafamilial abuse of three to five year old girls**. Canadá: journal of Psychiatry, (39), 1994. p. 348-353.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: ABDR/ÁTICA, 2001, 116 p.

MILLER, D. Incesto: o centro da escuridão In: IMBER-BLACK, E. (org.) **Os segredos na família e na Terapia Familiar**. (Trad. Dayse Batista) Porto Alegre: Artmed. 2002. p. 185-199.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993. 269 p.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002. 80p.

MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. Violência e saúde como campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos** IV. (3), p.513-531, nov./1997 – Fev./1998. Disponível em: <[http://www.coc.fiocruz.br/hscience/index\\_port.htm](http://www.coc.fiocruz.br/hscience/index_port.htm)> acesso em 09.03.2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Normas sobre a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Brasília: Área Técnica Saúde da Mulher. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas. Secretária de Políticas da Saúde, Ministério da Saúde, 1999.

MONTEIRO, R. C. A. **Pesquisa qualitativa como opção metodológica**. Proposições. N. 5. Cortez: São Paulo, 1991.137 p.

MORGADO, R. **Psicología Jurídica no Brasil**. GONÇALVES H. S. & BRANDÃO, E. P. (Orgs.) Rio de Janeiro: Editora NAU, 2004. 343 p.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais. Investigações em psicologia social.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003, 403 p.

NATIONAL ADVISORY MENTAL HEALTH COUNCIL. **Basic behavioral Science research mental health: vulnerability and resilience.** American psychologist, v. 51, p. 22-28, 1996.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade.** Campinas, SP: Papyrus, 1987

NÓBREGA, S. M. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P. **Representações Sociais: Teoria e Prática.** João Pessoa. Ed.Universitária, 2001, p. 131-139, 463 p.

NOGUEIRA, S. E. & SÁ, M. L. B. P. Atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual: alguns impasses e desafios. IN: PRADO, M.C.C.A (coord.) **O mosaico da violência. A perversão na vida cotidiana.** São Paulo:Vetor, 2004, p.47-102.

OLIVEIRA, J. (org.). **Código Penal.** São Paulo: Saraiva, 1993.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE.** Relatório mundial sobre Violência e Saúde. Brasília:oms/opas, 2002.

**ORGANIZANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE.** Departamento de Saúde e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. O que ocorre com los muchachos adolescentes. Genebra:OMS, 2000.

PASSETTI, E. **Violentados: crianças, adolescents e justiça.** São Paulo: Imaginário, 1995.

PATTERSON, G. R. & CAPALDI, D. M. Antisocial parents: unskilled and vulnerable. In: COWAN, P. A. & HETHERINGTON, M. (org.), **Family Transitions.** 1991. p.195-218. New Jersey: Lawrence Erlbaum.

PESCE, R. P.; ASSIS, S. G.; SANTOS, N.; OLIVEIRA, R. V. C. Risco e Proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** V. 2, Maio-Agosto de 2004, p.135-142.

PINHEIRO, P. S. & ALMEIDA G. A. **Violência Urbana.** São Paulo: Publifolha, 2003. 87 p.

POLANCZYK, G. V.; ZAVASCHI, M. L.; BENETI, S. et. al. Violência Sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre. **Revista de Saúde Pública.** São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, vol. 37, n. 1, Fev. 2003.

PORTUGAL, S. Globalização e violência doméstica. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n. 57/68, p. 231-258, 2000.

PYNOOS, R. S. Pos traumatic stress disorder. A clinical review, Sydrou Press, Lutherville, 1993.

**RAIN STATISTICS.** Captado em 31 de dezembro de 2004: <http://www.rainn.org/statistics.html>.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** São Paulo: Ed. Loiola, 2002. 139 p.

RANGEL, P. C. Abuso Sexual Intrafamiliar Recorrente. Um estudo de caso. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 1998.

RECAMIER, P. C. L. **L`inceste et l`incestuel**, Paris, Lês Éditions du Collége, 1995.

REIS, A. C. F. **História do Amazonas.** São Paulo: Edusp, 1989.

**RELATÓRIO DO PROGRAMA SENTINELA**, Manaus, Amazonas, 2003 & 2004.

ROSENFELD, A. A.; NADELSON, C. C. & KREIGER, M. Fantasy and reality in patients reports of incest. **Clinic Psychiatry**, 40:159, 1979.

ROUYER, M. As crianças vítimas, conseqüências a curto prazo. In: GABEL, M. (org.). **Crianças vítimas de Abuso Sexual.** Tradução de Sônia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997. p. 62-71.

RUTTER, M. Recilience: Some Concept and considerations. **Journal de Adolescent Health**, V.14, N. 8, p. 690-696, 1999.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis:vozes, 1996

SADIGURSKY, C. A. e MAGALHÃES, M. L. C. Violência sexual: aspectos psicossociais e clínicos. In: COSTA, M. C. e SOUZA, R. P. (Orgs.) **Adolescência – Aspectos Clínicos e Psicossociais.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 417-431. 464 p.

SAFFIOTI, H. I. B. & ALMEIDA, S. S. **A violência de Gênero: poder e impunidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B, Apresentação. In: Azevedo, M. A. & GUERRA. V.N. A. (Orgs.) **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo: Iglu, 1999, p. 13-21.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004-a. 151 p.

SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J.T. (Org.) **Violência em tempos de globalização.** São Paulo: Hucitec, p. 142-163, 2004-b.

SANTOS, H. O. **Crianças Espancadas.** Campinas, SP: Papirus, 1987.

SANTOS, M. F. F. **Violência Sexual.** São Paulo: Alínea, 1997. 115 p.

SANTOS, M. F. S. Representações Sociais e Violência Doméstica. In: SOUZA, L. & TRINDADE, Z. (Orgs.) **Violência e Exclusão Social – Convivendo com Paradoxos**. São Paulo: casa do Psicólogo, 2004, p. 132-145.

SAYWITZ, K. J. ; MANNARINO, A. P.; BERLINER, L. ; COHEN, J. A. Treatment for sexually abused children and adolescents. **American Psychologist**, 55(9), 1040-1049, 2000.

SCODELÁRIO, A. S. A família abusiva. In: FERRARI, D.C.A. & VECINA, T.C.C. (Orgs). **O fim silêncio na violência familiar. Teoria e Prática**. São Paulo: Ed. Agora, 2002 pp. 95-106.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. (Trad. Cristine Rufino Dabat). Recife, 1988.

SIMONS, R. L. & JONHSON, C. The impact of marital and social network support on quality of parenting. In: PIERCE, G. R.; SARASON, B. R. & SARASON, I. G. (Orgs.), **Handbook of social support and the family**.1996, pp. 269-287. New York, NY: Plenum Press.

SILVA, M. A. S. & VECINAS, T. C. C. Mapeando a violência contra crianças e adolescentes. In: FERRARI, D. C. A. & VECINA, T. C. C. (Orgs.) **O fim do silêncio na violência familiar. Teoria e Prática**. São Paulo: Agora, 2002, p. 277-297.

SIMONS, R., WHITBECK, L. B., CONGER, R. D. & CHYI-IN, W. Intergeneration transmission of harsh parenting. **Development Psychology**, 1991, 27 (1), 159-171.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOBREIRA, J. C. M. Incesto, Sexo y Poder. Abusos intrafamiliares y Patercracia em la Amazônia Brasileira: um estudo psicoanalítico-antropológico. **Tese de Doutorado** – Universidade de Salamanca, Espanha, 1997, 631 p.

SOUZA, L. Olho por olho, dente por dente: Representação de Justiça e Identidade Social. **Tese de Doutorado**. Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOUZA, L. Processos de Categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In: SOUZA, L. & TRINDADE, Z. (Orgs.) **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: casa do psicólogo, 2004, p. 57-74.

SOUZA, L. Processos de Identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária. In: **Anais do Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento e X Encontro Nacional do PROCAD** - Psicologia /CAPES, Violência e Desenvolvimento Humano: Textos completos, p.131-138, 2005.

SOUZA, M. **A expressão Amazonense**; do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1977. 217 p.

SUGAR, M. Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. In: SUGAR M. (org.) **Adolescência atípica e sexualidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TEICHER, M. H. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. **Revista Scientific American Brasil**, junho/2002. Disponível em: <<http://www.sciam.com>>. Acesso em 02 de julho 2003.

TEIXEIRA, L. C. Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída. In: ORNELLA, S. **Adolescências Construídas – A visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 102-136.

TELES, M. A. A. & MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002. 120 p.

THE LONDON RAPE CRISIS CENTRE. **Sexual violence: the reality for womem**. 3\* ed. London: Cox & Wyman Ltd, 1999.

TRINDADE, Z. A. **Reflexão sobre o estatuto das práticas na teoria das Representações Sociais**. Anais do Simpósio Internacional sobre Representações Sociais: questões epistemológicas. Natal. Volume I, 18:28, 1998.

TRINDADE, Z. A. Apresentação. In: ALVIN, S. F. & SOUZA, L. **Homens, Mulheres e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Noos, 2004, p.13-18.

VELHO, G. Violência, Reciprocidade e Desigualdade: uma Perspectiva antropológica. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Orgs.) **Cidadania e Violência**, Rio de Janeiro:UFRJ Editora, 1996.

VIGARELLO, G. **História do Estupro – Violência Sexual nos Séculos XVI-XX** (tradução de Lucy Magalhães) Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 306 p.

VICENTE, C. M. O direito a convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do Vínculo. In: **Família Brasileira – A base de tudo**. Brasília: UNICEF, 1998. p. 47-59.

WAGNER, W. Sócio-Gênese e características das Representações Sociais. In: MOREIRA, A.S.P. e OLIVEIRA, D.C. (Orgs.) **Estudos Interdisciplinares de Representações Sociais**. Goiânia: Ed. AB, 2000. p. 3-25.

WALSH, F. **Fortalecendo a Resiliência Familiar**. (Trad.) Magda França Lopes. São Paulo:Roca, 2005, 314 p.

WERNER, E. E. & SMITH, R. S. **Overcoming the odds: high-risk children from birth to adulthood**. Ithaca, London: Cornel University Press, 1992.

WERNER, E. E. Risk, resilience and recovery: perspective from the Kauai longitudinal study. **Development and Psychopathology**, 5, 503-515, 1993.

WOLIN, S. & WOLIN, S. **The resilience self: How survivors of troubled families rise above adversity**. New York: Vilard. 1993.

YUNES, M. A. M. A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda. **Tese de doutorado**. Pontifícia universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 16(45), 2001. Disponível in: <<http://www.scielo.br>>. (Acesso em 15/08/2002).

## ANEXO I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL

- 1) Nome: .....
- 2) Data do Nascimento:.....
- 3) Idade:.....
- 4) Naturalidade: .....
- 5) Escolaridade:.....
- 6) Endereço:.....
- 7) Estado Civil: .....
- 8) Profissão:.....

A entrevista não seguirá um roteiro previamente estruturado. Pediremos para a pessoa entrevistada que nos fale sobre a violência sexual de que foi vítima e a partir do que for mencionando, perguntaremos se pode nos explicar com mais detalhes algo que foi citado e que contemple os objetivos de nossa pesquisa. Desse modo, embora a entrevista tenha eixos norteadores previamente estabelecidos que possibilitarão o alcance dos objetivos, o desenvolvimento da mesma se dará a partir do que for sendo colocado pela entrevistada.

#### Itens de interesses a ser contemplado:

1. História sobre o abuso sexual
  - Periodicidade
  - Sentimentos mobilizados
  - Local
  - Tempo/ Duração
  - Tipo de abuso
2. Sobre o abusador
  - Estratégias utilizadas
  - Idade
  - Uso de drogas

- Nível de parentesco
- 3. Sobre a Vítima
  - Dados Pessoais
  - Relações familiares
  - Vínculo com o abusador
  - Relações afetivas sexuais
  - Conseqüências nos relacionamentos afetivos sexuais
  - Estratégias de reação
  - Estratégias de enfrentamento dos efeitos da violência

## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

**PROJETO:** O impacto do abuso sexual na saúde de mulheres vitimadas.

**RESPONSÁVEL:** Doutoranda Rosimeire de Carvalho Martins

**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Espírito Santo – Pós-graduação em Psicologia.

#### JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o impacto do abuso sexual na saúde de mulheres vitimadas.

#### DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS A QUE A PARTICIPANTE SERÁ SUBMETIDA

Será feita uma entrevista não diretiva orientada para os objetivos da pesquisa. Os sujeitos da pesquisa serão informados de que, caso sintam mal-estar, por conta de conteúdos emocionalmente mobilizados pela entrevista, poderão ser atendidos também por psicólogo da equipe multidisciplinar do projeto naquele momento.

**Vale destacar que o ANONIMATO será assegurado.**

#### BENEFÍCIOS ESPERADOS

Os resultados da pesquisa serão divulgados através da participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados, contribuindo para a ampliação de conhecimentos que se têm produzido sobre aspectos relacionados ao impacto psicológico do abuso sexual na saúde da pessoa vitimada e para a criação de políticas de proteção e prevenção contra a violência sexual.

#### IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Estando, portanto, de acordo, assinam a responsável pela pesquisa e o representante da instituição o presente termo de compromisso em duas vias.

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2004.

\_\_\_\_\_  
Diretor da Instituição

\_\_\_\_\_  
Rosimeire de Carvalho Martins

## ANEXO III

### TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

**PROJETO:** O impacto do abuso sexual na saúde de mulheres vitimadas.

**RESPONSÁVEL:** Doutoranda Rosimeire de Carvalho Martins

**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal do Espírito Santo – Pós-graduação em Psicologia.

#### JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o impacto do abuso sexual na saúde da pessoa vitimada.

#### DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS A QUE A PARTICIPANTE SERÁ SUBMETIDA

Será feita uma entrevista não diretiva orientada para os objetivos da pesquisa. Os sujeitos da pesquisa serão informados de que, caso sintam mal-estar, por conta de conteúdos emocionalmente mobilizados pela entrevista, poderão ser atendidos por psicólogo da equipe multidisciplinar do projeto naquele momento.

**Vale destacar que o ANONIMATO será assegurado.**

#### BENEFÍCIOS ESPERADOS

Os resultados da pesquisa serão divulgados através da participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados, contribuindo para a ampliação de conhecimentos que se têm produzido sobre aspectos relacionados ao impacto psicológico do abuso sexual na saúde da pessoa vitimada e para a criação de políticas de proteção e prevenção contra a violência sexual.

#### IDENTIFICAÇÃO DO CHEFE DO SETOR DE PSICOLOGIA

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Projeto: \_\_\_\_\_

Estando, portanto, de acordo, assinam a responsável pela pesquisa e o chefe do setor de psicologia do Hospital Getúlio Vargas o presente termo de compromisso em duas vias.

DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2004.

\_\_\_\_\_  
Chefe do setor de Psicologia

\_\_\_\_\_  
Rosimeire de Carvalho Martins  
Responsável pela Pesquisa

## ANEXO IV

### TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA – PESSOA VITIMADA

Concordo participar do projeto de pesquisa discriminado abaixo, nos seguintes termos:

**PROJETO: O impacto do abuso sexual na saúde de mulheres vitimadas.**  
**RESPONSÁVEL: Doutoranda Rosimeire de Carvalho Martins**  
**INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Espírito Santo – Departamento Psicologia.**

#### JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o impacto do abuso sexual na saúde de mulheres vitimadas.

#### DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS A QUE A PARTICIPANTE SERÁ SUBMETIDA

Será aplicada uma entrevista não diretiva orientada para os objetivos da pesquisa.

**Vale destacar que o ANONIMATO será assegurado.**

#### BENEFÍCIOS ESPERADOS

Os resultados da pesquisa serão divulgados através da participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados, contribuindo para a ampliação de conhecimentos que se têm produzido sobre aspectos relacionados ao impacto psicológico do abuso sexual na saúde da pessoa vitimada e para a criação de políticas de proteção e prevenção contra a violência sexual.

#### IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Estando, portanto, de acordo, assinam a responsável pela pesquisa e o responsável pela adolescente o presente termo de compromisso em duas vias.

DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2004.

\_\_\_\_\_  
Entrevistada

\_\_\_\_\_  
Rosimeire de Carvalho Martins  
Responsável pela Pesquisa

## ANEXO V

### TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA – RESPONSÁVEL PELA VÍTIMA

Autorizo a participação no projeto de pesquisa discriminado abaixo, nos seguintes termos:

**PROJETO: O impacto do abuso sexual na saúde de mulheres vitimadas.**  
**RESPONSÁVEL: Doutoranda Rosimeire de Carvalho Martins**  
**INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Espírito Santo – Departamento Psicologia.**

#### JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o impacto do abuso sexual na saúde de mulheres vitimadas.

#### DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS A QUE A PARTICIPANTE SERÁ SUBMETIDA

Será aplicada uma entrevista não diretiva orientada para os objetivos da pesquisa.

**Vale destacar que o ANONIMATO será assegurado.**

#### BENEFÍCIOS ESPERADOS

Os resultados da pesquisa serão divulgados através da participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados, contribuindo para a ampliação de conhecimentos que se têm produzido sobre aspectos relacionados ao impacto psicológico do abuso sexual na saúde da pessoa vitimada e para a criação de políticas de proteção e prevenção contra a violência sexual.

#### IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Estando, portanto, de acordo, assinam a responsável pela pesquisa e o (a) responsável pela adolescente o presente termo de compromisso em duas vias.

DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2004.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela entrevistada

\_\_\_\_\_  
Rosimeire de Carvalho Martins  
Responsável pela Pesquisa